

Joel Dutka

**DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA
CONTEMPORÂNEA NO BRASIL**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política
da Universidade Federal de Santa
Catarina, para a obtenção do Grau de
Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Bahia
Losso

Florianópolis
2016

Dutka, Joel

Democracia : uma análise da produção acadêmica contemporânea no Brasil / Joel Dutka ; orientador, Tiago Bahia Losso - Florianópolis, SC, 2016.

149 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Saúde.

Inclui referências

1. Saúde. 2. Democracia. 3. Teoria democrática. 4. Produção acadêmica no Brasil. I. , Tiago Bahia Losso. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação Multidisciplinar em Saúde. III. Título.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

**“Democracia: Uma Análise da Produção Acadêmica
Contemporânea no Brasil”.**

Joel Dutka

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final
pelo Orientador e pelos demais membros da Banca
Examinadora, composta pelos seguintes professores.

Prof. Dr. Tiago Bahia Losso
(Presidente/Orientador)

Prof. Dr. Tiago Daher Padovezi Borges
(Membro)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell
(Membro)

Prof. Dr. Luis Felipe Guedes da Graça
(Membro)

Prof. Dr. Márcia Grisotti
(Coordenadora)

FLORIANÓPOLIS, (SC), OUTUBRO DE 2016.

Para você, Clarinha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais que, pela insuficiência de recursos, me tornaram uma pessoa melhor e formaram meu caráter. Foram eles o estímulo para eu batalhar por meus objetivos. Apesar das dificuldades financeiras, nunca faltaram amor, carinho e um café quentinho.

Agradeço ao meu orientador, professor Tiago Losso, que desde o início foi meu grande conselheiro e apoiador do projeto. Sua disponibilidade e atenção foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho. Obrigado, professor, por ter acreditado em mim desde o começo.

Por fim, agradeço a minha querida companheira Eloize, em quem me espelho. Desde a época da graduação é a pessoa que me conforta nos momentos de dificuldades e que divide os momentos de alegria. Minha admiração por você é o Norte para meus planos. Obrigado pelo companheirismo em todos os momentos e pelo estímulo em conquistar novos horizontes.

RESUMO

A presente dissertação apresenta a análise da produção acadêmica relacionada ao termo “democracia” no Brasil. Foram pesquisados artigos em português, publicados em revistas científicas brasileiras avaliadas com conceito Qualis-CAPES A1 e A2 na área de sociologia e ciência política, no período entre 2005 e 2015. O objetivo foi mapear a produção sobre o tema no Brasil e criar um banco de dados com informações sobre os diferentes contextos em que o termo é empregado. A parte teórica consistiu na abordagem de algumas das principais teorias desenvolvidas ao longo do tempo e na sequência de acontecimentos que caracterizaram a história da democracia brasileira. O procedimento aplicado compreendeu tanto o método qualitativo, durante a análise dos títulos, resumos e palavras-chave, quanto o método quantitativo, na exposição e na análise dos dados. A organização e a abordagem do trabalho permitiram ampla visão sobre o assunto, que resultou em um panorama detalhado sobre diversas formas e teorias debatidas em âmbito acadêmico que empregaram o termo. Apresentamos os dados em forma de gráficos e divididos por extrato conforme a avaliação. Com a pesquisa foi possível apontar as linhas de interesse que movimentaram o debate acadêmico sobre democracia durante o período, considerando a polissemia do termo, bem como compreender seu desenvolvimento teórico no Brasil. Constatamos que o termo “democracia” é usado em diversas linhas de debates e nos mais diferentes contextos. Ao final, verificamos que a participação foi o tema mais contemplado nas publicações analisadas.

Palavras-chave: Democracia. Teoria democrática. Produção acadêmica no Brasil.

ABSTRACT

In this work the academic production related to the word “democracy” in Brazil is analyzed. Articles written in Portuguese, and published in Qualis-CAPES A1 and A2 Brazilian sociology and political science journals between 2005 and 2015, are reviewed with the purpose of mapping the production on the subject in the country, creating a database with information on the different contexts in which the term is used. The theoretical basis consisted of approaching some of the main theories developed over time and the sequence of events which characterized the history of Brazilian democracy. The procedure was both qualitative, as it encompassed an analysis of titles, abstracts and keywords, and quantitative, with sorting and presentation of data. The structure and the method of this study allowed for a broad view of the subject, which resulted in a detailed overview of various forms and theories, discussed in academia, which have used the term. We group data by evaluation levels and present it in graphs. The research enabled us to identify the lines of interest which stirred the academic debate on democracy during the period, considering the polysemy of the term, as well as to understand its theoretical development in Brazil. We observed the term "democracy" being used in several lines of debates and in many different contexts. At the end, we found participation to have been the most discussed topic in the analyzed publications.

Keywords: Democracy. Democratic theory. Academic production in Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 1: Os quatro passos da pesquisa.....	23
Fluxograma 2: Resumo do processo eleitoral no Brasil.....	57
Fluxograma 3: Sequência e critérios para a seleção dos periódicos.....	66
Fluxograma 4: Sequência das etapas de análise dos artigos.....	71
Figura 1: Mapa do Ranking da qualidade das democracias de 2015.....	59
Gráfico 1: Comparação do ano de 2008 a 2014 da democracia brasileira.	60
Gráfico 2: Total de artigos por conceito e total geral.....	68
Gráfico 3: Participação de cada revista no conceito A1 em Ciência Política.....	72
Gráfico 4: Ano de publicações em A1 em Ciência Política.....	73
Gráfico 5: Nacionalidades das instituições a que os autores são vinculados – A1 em Ciência Política.....	74
Gráfico 6: Abordagem – A1 em Ciência Política.....	75
Gráfico 7: Campo de pesquisa – A1 em Ciência Política.....	75
Gráfico 8: Campo de pesquisa no Brasil – A1 em Ciência Política.....	76
Gráfico 9: Temas principais – A1 em Ciência Política.....	77
Gráfico 10: Participação de cada revista no conceito A2 em Ciência Política.....	78
Gráfico 11: Ano publicação – A2 em Ciência Política.....	79
Gráfico 12: Abordagem – A2 em Ciência Política.....	80
Gráfico 13: Campo de pesquisa – A2 em Ciência Política.....	80
Gráfico 14: Campo de pesquisa no Brasil – A2 em Ciência Política....	80
Gráfico 15: Tema principal dos artigos – A2 em Ciência Política.....	81
Gráfico 16: Participação de cada revista no conceito A1 em Sociologia.	82
Gráfico 17: Ano publicação – A1 em Sociologia.....	83
Gráfico 18: Nacionalidades das instituições a que os autores são vinculados – A1 em Sociologia.....	83
Gráfico 19: Abordagem – A1 em Sociologia.....	84
Gráfico 20: Campo de pesquisa – A1 em Sociologia.....	84
Gráfico 21: Campo de pesquisa no Brasil – A1 em Sociologia.....	85
Gráfico 22: Tema principal dos artigos – A1 em Sociologia.....	86

Gráfico 23: Participação de cada revista no conceito A2 em Sociologia.	87
Gráfico 24: Ano publicação – A2 em Sociologia.	88
Gráfico 25: Nacionalidades das instituições a que os autores são vinculados – A2 em Sociologia.	89
Gráfico 26: Abordagem – A2 em Sociologia.	89
Gráfico 27: Campo de pesquisa – A2 em Sociologia.	90
Gráfico 28: Campo de pesquisa no Brasil – A2 em Sociologia.	90
Gráfico 29: Tema principal dos artigos – A2 em Sociologia.	91
Gráfico 30: Ano publicação – Dados Gerais.	92
Gráfico 31: Nacionalidades das instituições a que os autores são vinculados – Dados Gerais.	93
Gráfico 32: Abordagem – Dados Gerais.	93
Gráfico 33: Campo de pesquisa – Dados Gerais.	94
Gráfico 34: Campo de pesquisa no Brasil – Dados Gerais.	95
Gráfico 35: Tema principal dos artigos – Dados Gerais.	96
Gráfico 36: Formas de democracia.	97
Gráfico 37: Autores.	99
Gráfico 38: Temas Secundários.	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Periódicos em português publicados no Brasil com extrato Qualis-CAPES A1 e A2 em Sociologia e Ciência Política.	64
Quadro 2: Periódicos selecionados para o trabalho após pesquisa inicial e número de artigos inicialmente selecionados por periódicos.	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1. DEMOCRACIA: CONCEITO, FORMAS E TEORIAS.....	27
1.1 A DEMOCRACIA ATENIENSE COMO FALSO PARADIGMA	28
1.2 DEMOCRACIA COMO DISCURSO NORMATIVO	31
1.3 DEMOCRACIA DIRETA <i>VERSUS</i> DEMOCRACIA REPRESENTATIVA	34
1.4 TEORIAS SOBRE DEMOCRACIA	38
1.4.1 Teoria empírica	39
1.4.2 Teoria deliberativa	40
1.4.3 Teoria agonística	42
1.4.4 A poliarquia de Robert Dahl	44
1.4.5 Teoria Participativa	46
1.5 DEBATES RECENTES SOBRE A DEMOCRACIA	48
2. DEMOCRACIA NO BRASIL: NOÇÕES GERAIS	53
2.2 A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE DEMOCRACIA	62
2.2.1 A coleta de dados	63
2.3 EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	71
2.3.1 Dados conforme conceito A1 em Ciência Política.....	72
2.3.1.1 Ano de Publicação.....	73
2.3.1.2 Instituições	73
2.3.1.3 Abordagem.....	74
2.3.1.4 Campo de pesquisa.....	75
2.3.1.5 Tema principal dos artigos	76
2.3.2 Dados conforme conceito A2 em Ciência Política.....	78
2.3.2.1 Ano de Publicação.....	79
2.3.2.2 Instituições	79
2.3.2.3 Abordagem.....	79
2.3.2.4 Campo de pesquisa.....	80
2.3.2.5 Tema principal dos artigos	81
2.3.3 Dados conforme conceito A1 em Sociologia.....	81
2.3.3.1 Ano de Publicação.....	82
2.3.3.2 Instituições	83

2.3.3.3 Abordagem.....	84
2.3.3.4 Campo de pesquisa.....	84
2.3.3.5 Tema principal dos artigos	85
2.3.4 Dados conforme conceito A2 em Sociologia.....	87
2.3.4.1 Ano de Publicação	88
2.3.4.2 Instituição.....	88
2.3.4.3 Abordagem.....	89
2.3.4.4 Campo de pesquisa.....	89
2.3.4.5 Tema principal dos artigos	91
2.3.5 Dados Gerais.....	91
2.3.5.1 Ano de Publicação	92
2.3.5.2 Instituição.....	92
2.3.5.3 Abordagem.....	93
2.3.5.4 Campo de pesquisa.....	94
2.3.5.5 Tema principal dos artigos	95
2.3.5.6 Dados secundários.....	100
2.3.6 Democracia: diferentes abordagens	101
2.3.7 Análise dos dados	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS.....	113
APÊNDICE A – Coleta de dados principais.....	125
APÊNDICE B – Coleta de dados secundários.....	127
APÊNDICE C – Exposição completa dos dados secundários.....	129
APÊNDICE D - Lista completa dos artigos analisados.....	133

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma análise da produção acadêmica relacionada ao termo “democracia” no Brasil. Foram pesquisados artigos em português publicados em revistas científicas brasileiras avaliadas com conceito Qualis-CAPEs A1 e A2 na área de sociologia e ciência política¹, no período entre 2005 e 2015. O objetivo foi mapear a produção sobre o tema, com o intuito de criar um banco de dados que apresenta a relação da democracia com as diversas teorias construídas ao longo do tempo, bem como verificar em quais contextos o termo “democracia” é aplicado. Também foi possível apontar as linhas de interesse que movimentaram o debate acadêmico nessa área durante o período pesquisado, bem como compreender seu desenvolvimento teórico no Brasil. O procedimento aplicado, que consistiu em uma sequência de coleta de dados, permitiu uma ampla visão sobre o assunto, o que resultou numa análise detalhada sobre diversas formas e teorias debatidas em âmbito acadêmico que empregam o termo.

O significado de democracia, com o passar do tempo, foi ganhando contornos que ultrapassaram a simples ideia de governo pelo povo. Cunhada num modelo de participação direta iniciada na Grécia antiga, vem sendo usada para definir tanto uma possível forma de governo como também para caracterizar diversas instituições, além de referir-se a garantias individuais e sociais que atendem a princípios relacionados à liberdade e à igualdade. De forma geral, é vista como “algo bom” na esfera de discussão política. Seu conceito moderno² é associado a diversos temas da ciência política e da sociologia, como liberdade, igualdade, participação política e eleições³. Por isso é assunto inevitável na discussão política. Nas sociedades complexas atuais, e com o surgimento do governo representativo, seu conceito é compreendido cada vez mais no sentido de instituições do que propriamente no da participação direta pelo povo.

¹ A avaliação em Ciência Política abrange também a área de Relações Internacionais.

² Utilizamos a divisão feita por Robert Dahl (2001, p. 19) em dois períodos: mais antigo (Grécia antiga até século XVIII), e moderno (a partir do século XVIII).

³ Além dessas duas grandes áreas de conhecimento (Sociologia e Ciência Política), a democracia vem sendo debatida em diversas outras, como, por exemplo, direito, história, educação e saúde.

Como opção de forma de governo, a democracia foi debatida desde os primeiros teóricos políticos da Grécia Antiga, que remontam à era anterior a Cristo, e seguiu no centro dos debates políticos sobre regimes de governo, sobretudo a partir do século XVIII, com o surgimento do modelo representativo. Nas palavras de Santos e Avritzer (2003, p. 8), “a democracia constitui uma nova gramática histórica”. Segue-se, então, um ideal democrático que foge a qualquer restrição conceitual e se torna mais um ideal popular, representado num discurso com forte carga normativa.

Principalmente no século passado, houve a expansão do modelo democrático a diversas nações, que foram substituindo formas centralizadas e autoritárias de governo por maior participação popular nas decisões, diminuindo, em certa medida, o poder outrora concedido a poucos. Essa onda de democratização fez com que regimes antidemocráticos fossem aos poucos desaparecendo e, mesmo quando insistiam em sobreviver, o faziam sob um rótulo “pseudodemocrático” (DAHL, 2001, p. 11). Assim, conforme a visão de Dahl (2001, p. 19), a democracia, apesar de ter seu surgimento atribuído ao período grego clássico, se desenvolveu em diferentes épocas e em diversos lugares, na medida em que o ambiente mostrava-se favorável.

As diversas teorias democráticas que foram criadas ao longo da história ocidental tentaram, de alguma forma, suprir as lacunas deixadas entre o ideal e a realidade. Isso ocorreu porque com o crescimento populacional acelerado, principalmente a partir do século XVIII, e com o surgimento da chamada democracia representativa, aquele modelo antigo ateniense⁴, com participação direta dos cidadãos na ágora, tornou-se um ideal e até mesmo uma utopia. A partir de então o debate em torno da democracia passou a conviver com a teoria da representação, e foi concebida num discurso formatado como governo que assegura a presença de algumas instituições, como, por exemplo, participação política, voto, contestação pública, direitos individuais e fundamentais.

Durante o século XX, entretanto, a discussão tomou rumos diferentes daquele conceito atrelado à soberania popular. De um lado, buscou-se a democracia como governo ideal. De outro, houve a colisão entre os valores democráticos e as ideologias liberais e socialistas (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 323). Com o convívio

⁴ Apesar de diversos autores, como Finley (1998), Manin, (1997) e Menezes (2010), apontarem a existência de mecanismos representativos já nas assembleias atenienses.

entre os preceitos liberais e a democracia, o que gerou a chamada “terceira via” social democrata, restou então a saturação de seu conceito como governo do povo, causada pela adaptação e absorção de diferentes práticas dentro do mesmo significado. A democracia passou a servir como refúgio para as mais diversas concepções teóricas relacionadas à crescente valorização do indivíduo nos últimos séculos, e seu debate girou basicamente sobre três pilares: igualdade, soberania popular e autogoverno (SARTORI, 1994, p. 87).

O sistema representativo, de certa maneira, ofuscou o brilho de um modelo participativo direto dos cidadãos conforme o ideal grego. Essas ideias posicionaram, de um lado, a teoria empírica hegemônica iniciada com Schumpeter (1984), baseada na simples possibilidade de escolha dos representantes pelo voto, e, de outro, a vertente deliberativa, que previu a necessidade de um debate prévio para justificar a escolha pelo voto. Ambas reconheciam a impossibilidade de participação direta de todos os cidadãos nas decisões políticas, mas a deliberativa buscava uma maior legitimação das decisões pelo debate prévio, diferente da versão aparentemente simplista do modelo procedimental.

Assim, em meio a todo esse contexto, houve um crescimento expressivo, principalmente nos últimos anos, de publicações sobre a democracia. Foi o que constatou a recente pesquisa feita por Dubrow e Kolczynska (2015), que verificaram o crescimento, nas últimas décadas, dos trabalhos com o tema na Europa e na América do Norte. Ao compararem a incidência do tema na sociologia e na ciência política, obtiveram maior resposta na ciência política do que em relação aos debates sociológicos. A partir do ano de 2000, houve um crescimento impactante: de 200 produções anuais, em 1975, para mais de 3.600 a cada ano a partir de 2010 (DUBROW; KOŁCZYŃSKA, 2015, p. 105). Esses dados apontam a emergência do debate sobre a democracia no final do último século e no início do século XXI, o que favorece o surgimento de novas correntes e ideias e abre um amplo campo de análise e pesquisa.

No Brasil a onda de democratização ocorreu recentemente, principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990 (SANTOS; AVRITZER, 2003, p. 11), nas quais a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) serviu como marco. Após um período turbulento de autoritarismo, a chamada “Constituição Cidadã” inaugurou um novo momento de defesa das instituições democráticas, como participação popular, igualdade política e direito ao sufrágio na forma universal. Passados os últimos anos do século XX, houve no país, portanto, amplo debate científico sobre o tema, que legou

à atualidade um horizonte positivo em relação ao surgimento e à manutenção de instituições democráticas, concretizando ideias e estimulando a produção intelectual. O cenário brasileiro atual, considerando as instituições e garantias de direitos individuais, pode ser classificado como democrático⁵.

Observando esse contexto é que surgiu a ideia de pesquisar as fontes de interesse que permearam os debates acadêmico-científicos no Brasil sobre o tema. O recorte temporal escolhido para esta dissertação compreendeu os últimos dez anos – período suficiente para diminuir a possibilidade de captação de dados sobre debates e interesses passageiros, principalmente após eventos políticos de grande repercussão, como eleições polêmicas ou crises governamentais. A ideia central foi fazer o mapeamento da produção acadêmica relacionada ao tema no Brasil, visando à análise das linhas de pesquisa que movimentaram a produção científica nesse período, bem como verificar quais chaves de pesquisa despertaram o interesse dos estudiosos do tema.

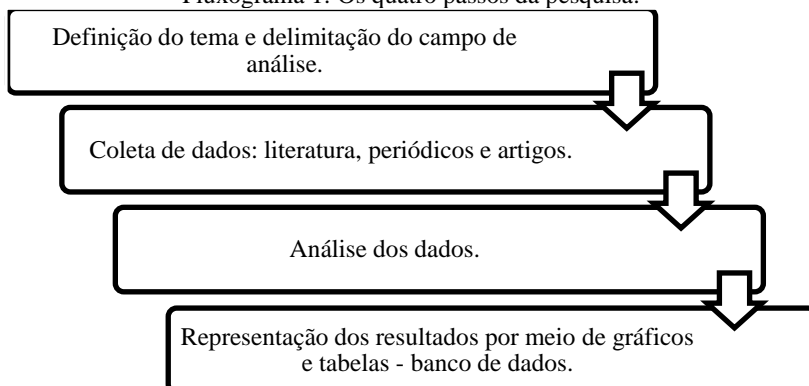
Como já dito acima, foram considerados somente artigos e periódicos em português, publicados no Brasil. Selecionamos aqueles com conceito Qualis-CAPES A1 e A2, nas áreas *Ciência Política* e *Sociologia*. Essa delimitação se justificou devido à quantidade de material produzido em outras áreas, que não foram contempladas neste trabalho. A opção em escolher a avaliação A1 e A2 em ambas as áreas favoreceu a análise sobre a produção que pode ser considerada de alto nível, uma vez que os critérios para publicação nesses periódicos são altamente rigorosos, o que acaba por filtrar e selecionar somente trabalhos de qualidade satisfatória.

No percurso deste trabalho, adotamos e adaptamos o que Bauer e Gaskell (2002, p. 19) chamaram de “quatro dimensões” na investigação social (Fluxograma 1). Num primeiro momento, projetamos a pesquisa conforme os princípios estratégicos, guiados para atender ao nosso objetivo. Definimos o tema, organizamos e delimitamos o campo de análise. Em seguida, definimos a forma da coleta de dados, que se desenvolveu numa sequência lógica com objetivo de coletar o material de maneira eficiente e capaz de contemplar o maior número de dados possível. Nesse ponto, selecionamos a literatura utilizada para revisão bibliográfica, com o intuito de dar forma e contextualização ao trabalho, e também os critérios de filtros para a coleta dos artigos. Considerando a

⁵ Apesar de diversas críticas, como, por exemplo, a proferida por Nóbrega Jr. (2010, p. 75), que avalia a democracia brasileira como “semidemocracia”.

imensa quantidade de literatura sobre o tema, optamos por algumas obras centrais para construção de uma base de análise, visando contemplar tanto os clássicos quanto as publicações mais modernas. O critério de seleção das teorias elencadas durante o trabalho foi o número de vezes em que foram citadas ou problematizadas em nossas leituras. Também nesse momento definimos os filtros aplicados à busca dos artigos: ano de publicação e avaliação dos periódicos ou revistas em que foram publicados. O terceiro passo foi a análise dos dados coletados para obter as informações pretendidas, como temas explorados, teorias aplicadas, dentre outros. Nessa etapa, escolhemos os artigos conforme o interesse, visando apontar as teorias mais utilizadas no estudo sobre democracia. Por fim, geramos um banco de dados representado por diversos gráficos que indicam os caminhos trilhados na produção acadêmica brasileira durante o período pesquisado.

Fluxograma 1: Os quatro passos da pesquisa.



Fonte: Adaptado de Bauer e Gaskell (2002, p. 19).

O procedimento utilizado, apesar de predominantemente quantitativo, contemplou também a forma qualitativa, visando um resultado mais robusto, tanto em termos de análise do material (forma qualitativa), quanto na distribuição dos dados (forma quantitativa). Essa mescla de métodos é o que viabiliza um resultado mais firme, partindo da premissa de que mesmo em métodos quantitativos há certo olhar subjetivo na análise. Assim, seguindo o raciocínio de Pires (2010, p. 87), podemos verificar que “é falso afirmar que exista uma *metodologia* qualitativa ou quantitativa: não há senão *pesquisas* qualitativas ou

quantitativas (ou as duas simultaneamente)”⁶. A pesquisa qualitativa fundamentou desde a coleta dos dados, tanto nos periódicos quanto nos artigos, até a análise dos artigos selecionados, quando então os distribuímos conforme as linhas de interesse e temas abordados pelos autores. A forma quantitativa foi a base para a movimentação dos dados obtidos através da análise do material. Essa mistura de métodos viabilizou a pesquisa e contribuiu para maior segurança nos resultados. Conforme Mirian Goldenberg (2004, p. 62),

a integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular.

O trabalho está dividido em duas grandes partes. Na primeira (*Democracia: conceito, formas e teorias*), apresentamos um panorama sobre o conceito de democracia e algumas de suas teorias, com uma breve revisão bibliográfica sobre o tema de forma geral. Nesse momento, problematizamos a democracia e sua complexidade como discurso normativo por meio de seus diversos conceitos e ideais, relacionada, sobretudo, aos sistemas representativos ocidentais. O intuito da abordagem teórica, além da contextualização do objetivo do trabalho, é apresentar algumas das diferentes correntes democráticas que movimentaram o debate sobre o tema nas últimas décadas. Essas teorias forneceram as bases para a análise dos artigos selecionados. Em outras palavras, partimos de uma visão preliminar sobre as possíveis linhas de interesse que movimentam o debate no ambiente acadêmico brasileiro, para, após a análise dos dados, relacioná-las a essas teorias.

A segunda parte (*Democracia no Brasil: noções gerais*) visou focalizar o estudo da democracia no Brasil, especificamente no ambiente acadêmico-científico. Apresentamos um panorama do processo democrático brasileiro a partir de uma breve exposição do desenvolvimento histórico da democracia nesse país que, desde o início da república, convergiu com a evolução constitucional e o direito ao voto. Em seguida, verificamos a classificação da nossa democracia segundo medidores externos que avaliaram as instituições a ela relacionadas, e também o sentimento dos brasileiros acerca desse regime, por meio de pesquisas relacionadas ao tema. Na sequência,

⁶ Também concordam com essa perspectiva Alves-Mazzotti e Gewandsnajder (1999, p. 109) e Santos (2009, p. 130).

problematizamos a produção acadêmica brasileira sobre democracia, com a análise e exposição dos dados coletados, o que permitiu a compreensão e a visualização do contexto acadêmico-científico sobre o tema em nosso país. Por último, apresentamos as considerações finais, uma articulação do panorama teórico com os dados obtidos, e nossa compreensão sobre os resultados da pesquisa.

1. DEMOCRACIA: CONCEITO, FORMAS E TEORIAS

Para além de um simples conceito, o termo “democracia” ganhou contornos muito mais abrangentes do que seu simples sentido etimológico. O termo deriva do grego, com a junção de *demos*, povo, e *kratia*, governo, o que resulta em *governo do povo* (DAHL, 2001, p. 21). Apesar da simplicidade aparente, seu significado na ciência política é complexo, principalmente porque se tornou um ideal normativo de relação entre sociedade e governo. No modelo grego ateniense⁷, os cidadãos se reuniam na *ekklésia*, numa colina chamada *Phyx*, onde deliberavam acerca dos assuntos políticos locais (MENEZES, 2010, p. 25). No entanto, a ideia imaginada de reunião e ampla participação política dos cidadãos atenienses de forma direta é algo que demanda cuidado, visto que já existiam mecanismos de representação, conforme veremos adiante.

De lá para cá, o conceito de democracia foi recebendo contornos distintos e, de uma suposta participação direta inicial, foi se fundindo, principalmente nos últimos séculos, com o fenômeno da representação. Considerando essas transformações, podemos também observar a democracia como método político para alcançar decisões políticas (Schumpeter), no qual a participação às vezes se resume ao voto. O uso indiscriminado do termo, todavia, implica a ausência de um significado adequado e, nas palavras de Dahl (2012, p. 3), “um termo que significa qualquer coisa não significa nada”. Assim, conceituar democracia de forma taxativa, sem considerar as transformações e adaptações ocorridas principalmente nos últimos séculos, pode ser tarefa demasiada difícil, e ter um resultado inócuo.

A democracia, numa concepção moderna, transformou-se em um conjunto de instituições representado pelo discurso normativo de ideal de governo, com o objetivo de garantir direitos, dentre eles a soberania popular, a liberdade e a igualdade. Para a análise do termo é imprescindível a verificação do contexto em que está inserido, pois pode ser utilizado para os mais diversos fins políticos, ideológicos e acadêmicos, em suas diversas definições. Kelsen (2000, p. 25) diz que “a democracia é a palavra de ordem que, nos séculos XIX e XX, domina quase universalmente os espíritos; mas, exatamente por isso, ela perde, como qualquer palavra de ordem, o sentido que lhe seria próprio”. A

⁷ Apesar de o início dessa era democrática ser atribuído ao período de aproximadamente 500 anos a.C., Dahl (2001, p. 20) aponta formas anteriores de organização e decisões, como nos estudos de sociedades tribais ágrafas.

visão procedimental de Kelsen tem o sentido de garantir a ampla participação dos indivíduos, considerando a democracia como uma maneira de ordenação estatal. A liberdade individual, para ele, é o cerne da democracia⁸.

Na tentativa de conceituação da democracia, dois fatores podem ser destacados e serão vistos a seguir. O primeiro é que a experiência de democracia direta, ocorrido na Grécia Antiga, demanda certo cuidado, visto que alguns pesquisadores dedicados ao tema apontaram a existência de mecanismos representativos já naquela época, o que descaracteriza uma experiência “pura” de participação direta usada como paradigma até os dias de hoje. O segundo fator é que a normatividade permeia os debates sobre as formas de governo em geral, e acaba influenciando para a ineficiência de um conceito seguro e objetivo sobre o termo “democracia”.

1.1 A DEMOCRACIA ATENIENSE COMO FALSO PARADIGMA

A existência, mesmo no passado, de uma democracia direta é algo questionável, principalmente o modelo imaginado com todos os cidadãos reunidos em praça pública decidindo diretamente sobre todos os assuntos políticos, de forma ampla. Esse questionamento surgiu após a leitura de alguns trabalhos (FINLEY, 1998; MANIN, 1997; MENEZES, 2010) que apontam mecanismos de eleição e representação já na época grega, modelo usado como paradigma até os dias de hoje. Bernard Manin, em *The Principles of Representative Government*, discorreu sobre a complexidade da democracia ateniense da Grécia antiga e, baseado nos critérios de escolhas para a mais alta magistratura (*boule*), tesoureiros e generais, ele desmistificou a visão utópica de uma participação direta e ampla dos cidadãos. Mesmo no modelo grego, pois, não havia exclusividade da assembleia para as decisões políticas, e mesmo a forma de sorteio já esboçava mecanismos representativos. Assim, não cabia apenas aos cidadãos a decisão sobre todos os assuntos e já havia representação. Nas palavras de Menezes (2010, p. 40), “como o povo em Assembleia não exercia todas as funções governamentais, a representação não era totalmente desconhecida na Grécia antiga”.

⁸ Isso se extrai da seguinte passagem: “A democracia é uma forma de regime justa, pois assegura a liberdade individual. Isso significa que a democracia é um regime justo somente sob a premissa de a preservação da liberdade individual ser o fim maior” (KELSEN, 2001, p. 10).

Também Castoriadis (2002, p. 238) apontou a presença da delegação de algumas funções, como, por exemplo, polícia e finanças públicas.

Isso, contudo, não significa eliminar ou ignorar a experiência grega de participação ativa dos cidadãos nas assembleias, onde decisões importantes eram tomadas. Mesmo que o status de “cidadão” fosse atribuído apenas a uma pequena parcela da população da época, foram os gregos que desenvolveram a ideia de participação na política pelo povo de forma mais próxima e ativa. Assim dispôs Finley (1988, p. 26-27):

afinal de contas foram os gregos que descobriram não apenas a democracia, mas também a política – a arte de decidir através da discussão pública – e, então, de obedecer às decisões como condição necessária da existência social civilizada. Não pretendo negar a possibilidade de que houvesse exemplos anteriores de democracias, as chamadas democracias tribais, por exemplo, ou as democracias na antiga Mesopotâmia, que alguns assiriologistas acreditam poder reconstituir através de investigação. Quaisquer que possam ser os fatos sobre estas últimas, eles não tiveram impacto histórico algum nas sociedades mais recentes. Os gregos, e apenas os gregos, descobriram a democracia nesse sentido; exatamente como Cristóvão Colombo, e não algum navegador *viking*, descobriu a América.

A análise mais cuidadosa do modelo ateniense, assim, contribui para o abrandamento das incompatibilidades entre representação e democracia. Finley analisou as assembleias gregas e concluiu que seria impossível não haver representação numa comunidade tão complexa como Atenas. Também não se pode negligenciar a exclusão de parte das pessoas da comunidade, sendo que a participação constituía privilégio para determinado grupo. Conforme Finley (1998, p. 37-38), “a evidência literária e epigráfica não deixa dúvida de que os pronunciamentos e a real formulação de políticas e de proposições constituíam um monopólio do que podemos chamar ‘pequena classe política’”. Assim, mesmo que a forma da participação grega seja tida como democrática, não significa dizer que se constituía por ampla participação direta dos cidadãos. Havia formas de representação, o que formava, de certa maneira, um sistema mais complexo de divisão de tarefas.

Tratando do desenvolvimento da democracia a partir de então, Robert Dahl, em *Sobre a Democracia* (2001, p. 33-34), problematizou

alguns pontos que ajudam a esclarecer o percurso do regime durante várias épocas e lugares: a) havia imensas desigualdades entre homens livres, escravos, mulheres, ricos e pobres, contrariando o chamado princípio da igualdade; b) os parlamentos eram destinados para o alto clero e para a aristocracia, limitando-se ao interesse de poucos; c) os representantes do povo não representavam todo o povo, pois além das mulheres, boa parte dos homens adultos estava excluída; d) só depois do século VIII d.C. as ideias e as convicções democráticas foram compreendidas.

A observação dos pontos trazidos por Dahl nos dá uma ideia dos equívocos do olhar romantizado sobre aquele modelo em que cidadãos deliberavam em praça pública de forma livre. Inicialmente, a constatação de que havia desigualdades evidentes já demonstra a dificuldade de um consenso. Imaginando que todos pudessem participar na *Ágora*, seria impossível um acordo entre os mais diversos interesses (homens em relação às mulheres; ricos em relação aos pobres; donos em relação aos escravos). Assim, temos um primeiro argumento contra a democracia da época: um modelo altamente exclusivo. Um segundo argumento é a questão do trabalho e das ocupações diárias, tendo em vista que, para que os cidadãos pudessem deliberar, alguém precisava trabalhar. Isso significa que somente aqueles que detinham escravos poderiam dispor de tempo para comparecer ao debate, formando a ideia de governo de elites, mais ou menos nos moldes do que mais tarde foi desenvolvido por Pareto, Michels e Mosca (MIGUEL, 2014, p. 31).

Nesse ponto, uma analogia pode ser feita se observarmos a consolidação do que Benjamin Constant (1816) chamou de liberdade dos antigos em relação à liberdade dos modernos. A liberdade dos antigos significava a liberdade de participação na política, na deliberação em praça pública e na tomada de decisões. Em consequência, eram tolhidos de suas liberdades privadas: “assim, entre os antigos, o indivíduo, quase sempre soberano nos assuntos públicos, era um escravo em todas as suas relações privadas”⁹ (CONSTANT, 1816, tradução nossa). A liberdade dos modernos, por sua vez, significava que a fruição das liberdades privadas não seria ceifada pelo Estado. Enquanto naquela época os cidadãos sentiam-se livres quando participavam da vida pública através das assembleias e abdicavam das liberdades privadas, nos dias de hoje, com os sistemas representativos, os cidadãos prezam pela liberdade como fruição privada de seus

⁹ “Thus among the ancients the individual, almost always sovereign in public affairs, was a slave in all his private relations”.

direitos. Isso acaba por afastar os indivíduos da esfera pública, os quais se contentam com os prazeres da liberdade dos modernos. Uma ressalva, feita pelo próprio Constant, é que a liberdade de participação dos gregos antigos só era possível pelo regime de escravidão.

Castoriadis (2002, p. 280) classificou como “preconceituosa” a utilização do modelo grego de forma eterna: “a Grécia é para nós um germen: nem um modelo, nem um espécime entre outros, mas um germen”. O que importa, entretanto, é compreender que muitos dos valores democráticos de hoje são relacionados ao modelo grego e não somente ao sistema representativo vigente. Em *Democracia antiga e moderna* (1988), Finley fez um trabalho comparativo entre a democracia antiga da Grécia clássica com nosso sistema atual de governo. Essa comparação serviu como base para sua crítica na utilização do modelo grego como paradigma, uma vez que são modelos distintos, e por isso, incompatíveis.

1.2 DEMOCRACIA COMO DISCURSO NORMATIVO

O discurso normativo se afasta da realidade, porque se situa no mundo do “dever ser”. Na democracia como discurso normativo, parte-se de um sentimento fundamentado no conhecimento empírico e busca-se um ideal de melhor forma de governo em substituição ao anterior. Esse processo de normatização esbarra na possibilidade de colocar o ideal em prática nas sociedades atuais. Conforme Thamy Pogrebinski,

este normativismo característico de parcela da produção teórica recente sobre a política – em particular, aquela influenciada pelo procedimentalismo de John Rawls e Jürgen Habermas – a afasta cada vez mais da realidade, ao sacrificar até mesmo suas usuais ferramentas de abstração conceitual, especulação filosófica e investigação histórica em nome de ideais reguladores que prescrevem, muitas vezes, um “dever ser” impotente diante da complexidade e da contingência que marcam a sociedade contemporânea (POGREBINSCHI, 2010, p. 658).

Com base nessa crítica, a autora cria um conceito “pragmático” de democracia, no qual busca apontar uma alternativa às tensões entre representação e participação. Sua ideia é criar um conceito de democracia normativo, porém empiricamente orientado. Em sua visão, a democracia seria o elo entre a sociedade civil e o Estado. Quanto mais

próximo um do outro, mais democrático é o governo (POGREBINSCHI, 2010, p. 660).

Robert Dahl (1988, p. 24), por outro lado, considera que a construção normativa é algo indissociável da teoria democrática: “a análise das políticas requer a compreensão *do que é* como *do que deve ser*; é uma combinação específica aplicada a circunstâncias concretas tanto da análise empírica como das premissas normativas”¹⁰. A noção trazida por Dahl de combinação do que é com o que deve ser aponta a dificuldade sobre o discurso democrático entre a conciliação do real com o imaginário. Em certo sentido, a democracia, principalmente nas sociedades atuais, desenvolveu promessas de bem-estar social, proclamando valores que devem ser atingidos com base em uma situação atual, o que configura a combinação entre descrição e prescrição, desenvolvida por Norberto Bobbio.

Bobbio, em *A Teoria das Formas de Governo*, expõe três perspectivas que toda análise das formas de governo carrega: descritiva, prescritiva e histórica. Na descritiva, o intérprete analisa as formas de governo de uma forma empírica, amoldando-as ao contexto histórico, quase como sendo um recorte sociológico. Na prescritiva, há um viés inicial descritivo, mas o intérprete atribui uma classificação conforme critérios normativos. Assim, uma pode ser considerada melhor que a outra, num plano ideal. Na histórica, há uma descrição de forma mais simples, unicamente visando situar o leitor em uma perspectiva histórica adaptada ao contexto social da época estudada (BOBBIO, 1997, p. 33).

Há certa dificuldade na análise das formas de governo sem um grau de prescrição. As noções como “bem comum” e “interesse geral” permearam, de uma forma ou de outra, as discussões políticas de todos os tempos – o que favoreceu a normatividade. A busca de uma forma que satisfizesse o interesse geral e consagrasse o bem comum, somada à promessa de governo e poder do povo, preparou o terreno para que o discurso democrático se tornasse o mais aceito nas sociedades contemporâneas, sobretudo em seu caráter normativo.

A pergunta formulada por Dahl (2012, p. 09) esclarece o núcleo do problema da normatividade da democracia: “se a democracia é tanto um ideal quanto uma realidade viável, como podemos decidir quando um regime real se aproxima suficientemente do ideal a ponto de podermos considerá-lo uma democracia?”. Esta questão forma o cerne

¹⁰ Dahl (2001, p. 37), em *Sobre a democracia*, dispõe que “quando se discute a democracia, talvez nada proporcione confusão maior do que o simples fato de ‘democracia’ referir-se ao mesmo tempo a um ideal e a uma realidade”.

do problema no discurso democrático, no qual o regime é visto e projetado como ideal a ser alcançado. Assim, a previsão normativa trabalha tanto com a perspectiva da possibilidade como da abstração. É nesse ponto que os *normativistas* esbarram na dificuldade de operacionalizar o sistema e, segundo Sartori (1994, p. 13), “o problema crucial passa a ser, portanto, descobrir em que medida e de que maneira os ideais são realizados e realizáveis”.

Em *Poliarquia*, Dahl desenvolveu as oito garantias que tornam possível uma democracia para um grande número de pessoas¹¹. Essas garantias formam uma espécie de régua para medir os sistemas reais. Com ela, e com base nos regimes de governo atuais, Dahl mede o “grau” de democratização real. O que ele propõe é um processo inverso, que passa do caráter prescritivo (régua com as oito instituições necessárias a um modelo ideal), para o descritivo (quantas instituições o regime analisado compreende). Nesse caso, há fuga do problema de operacionalização no sentido descritivo-prescritivo.

Essa noção inicial de discurso normativo tem importância para a compreensão do conceito democrático, na medida em que consideramos a democracia com diversos conceitos e concepções. Além do caráter subjetivo do discurso democrático (pode ser bom para um, e ruim para outro), o termo é empregado frequentemente para classificar alguma instituição ou situação como “democrática” ou “não democrática”, dependendo do ponto de vista.

No entanto, apesar de bastante criticada, a visão normativa é indissociável do próprio propósito democrático, que indica um sistema satisfatório entre as vontades do povo e o governo, além de resguardar os direitos e garantias individuais e coletivos. Sartori (1994, p. 23) resume a questão: “o que a democracia é não pode ser separado do que a democracia *deve ser*. Uma democracia só existe à medida que seus ideais e valores dão-lhe existência”. Sartori desenvolveu uma nova teoria da democracia, fazendo a análise da prescrição-descrição, buscando atender os dois pontos de vista. Em sua concepção “a democracia precisa tanto de realismo (percepção dos fatos), quanto de idealismo (a pressão do valor sobre os fatos)” (SARTORI, 1994, p.

¹¹ São elas: liberdade para formar e aderir a organizações; liberdade de expressão; direito de voto; elegibilidade para cargos públicos; direito de líderes políticos disputarem apoio; fontes alternativas de informação; eleições livres e idôneas; e instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência (DAHL, 1997, p. 27).

225). O que ele entendeu por “poliarquia eletiva” (SARTORI, 1994, p. 226), implica a admissão de uma democracia incompleta, com a participação popular por meio do voto.

Assim, o ideal democrático convive com valores normativos, pois são essenciais à manutenção do debate e, nas palavras de Bobbio (2013, p. 38), “ao falar de democracia, não nos referimos a certas instituições, mas a certo ideal a ser perseguido, não aos meios ou aos procedimentos empregados, mas ao fim que com aqueles procedimentos se quer alcançar”.

1.3 DEMOCRACIA DIRETA *VERSUS* DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

O contraponto entre democracia direta e representação requer alguns cuidados. Isso porque a democracia direta, entendida também como democracia participativa, significa a participação direta do povo na política. Não se sabe se um modelo nesses moldes de participação algum dia existiu. Mesmo nas assembleias atenienses e mais tarde na Roma antiga, havia representantes, fossem eles eleitos ou sorteados. Ou seja, um modelo “puro” de participação direta pode servir como ideal, mas sua existência é algo incerto.

A participação direta, mesmo com algumas funções de representação como no modelo grego, seria impraticável nos dias de hoje. Isso porque com a expansão dos territórios e aumento da população, a reunião em assembleia de todos os cidadãos (ou parte deles) seria impensável. Assim, chegamos a um estágio parecido com o que Dahl (2012, p. 2) considerou como a segunda transformação do desenvolvimento democrático, ou seja, a passagem da cidade-estado para o Estado-nação¹². Essa transformação, ocorrida pela expansão dos territórios, impactou diretamente na estrutura das formas de governos, sobretudo na forma de participação popular nas decisões, que passou a ser viável somente com o fenômeno da representação.

Apesar de haver indícios do modelo representativo no final do século XIII, durante o reinado de Eduardo I, de 1272 a 1307, com o Parlamento da Inglaterra Medieval (DAHL, 2001, p. 31)¹³, foi nos

¹² A primeira transformação, segundo Dahl (2012, p. 1), foi a passagem da “ideia e prática de governo de poucos para a ideia e prática do governo de muitos”.

¹³ Para Urbinati (2006, p. 199) “a origem da ideia de representação foi a Bula Papal *Unam Sanctam*, do Papa Bonifácio VIII (1302)”.

últimos duzentos anos que a representação se firmou nos países ocidentais. Durante o século XVIII, em meio à dificuldade da prática de algo parecido com uma democracia direta, os republicanos difundiram o governo representativo como forma de viabilizar a participação popular nos Estados nacionais (DAHL, 2012, p. 41). No modelo representativo há um grupo de pessoas – eleitas, sorteadas ou, por qualquer outra forma, escolhidas – encarregadas de decidir em nome das demais. Benjamin Constant (1816, tradução nossa) define o sistema representativo como “uma procuração dada a um certo número de homens pela massa das pessoas que desejam que seus interesses sejam defendidos e que, no entanto, não têm tempo para defendê-los”¹⁴. Hanna Pitkin, por sua vez, diz que representação significa “agir no interesse dos representados, de uma maneira responsiva a eles” (PITKIN, 1967, p. 209, tradução nossa)¹⁵. Na América, o sistema representativo foi inaugurado com a primeira constituição dos EUA, em 1787 (TOTA, 2008, p. 70).

Um dos problemas da representação é que a soberania popular prometida pelo discurso democrático fica ofuscada, o que tende a levar a população ao desinteresse com a “coisa pública”, uma vez que os representantes são quem realmente decidem e a participação popular é marginal (ROSENFELD, 2003, p. 76). John Stuart Mill, por sua vez, tinha uma visão favorável ao governo representativo, pois não seria totalmente democrático, mas, por outro lado, limitaria os poderes do soberano. A representação, para ele, é possível e necessária, pois seria a única forma de satisfazer as exigências de uma comunidade maior do que uma única cidade.

[...] é evidente que o único governo capaz de satisfazer completamente todas as exigências do estado social é aquele em que o povo todo possa participar; onde qualquer participação, mesmo na função pública mais modesta, é útil; um governo no qual a participação deverá ser, em toda parte, tão grande quanto permita o grau geral de aprimoramento da comunidade; e, no qual, nada menos possa ser desejado do que a admissão de todos a uma parte do poder soberano do estado.

¹⁴ “The representative system is a proxy given to a certain number of men by the mass of the people who wish their interests to be defended and who nevertheless do not have the time to defend them themselves”.

¹⁵ “[...] acting in the interest of the represented, in a manner responsive to them”.

Porém, uma vez que é impossível, em uma comunidade maior do que uma única cidade, que todos participem pessoalmente de todos os negócios públicos, a não ser de muito poucos, conclui-se que o tipo ideal de governo perfeito deve ser o representativo (MILL, 1998, p. 65).

A passagem da democracia direta para democracia representativa pode induzir ao pensamento de que a representação foi uma continuação da democracia direta. No entanto, para alguns autores, como Nadia Urbinati, por exemplo, a representação é uma forma de governo original, legítima, e não continuidade ou adaptação da democracia direta: “a representação não tem que fazer uma atividade preexistente”, “ela é uma forma de existência política criada pelos próprios atores” (URBINATI, 2006, p. 201). Assim, a representação não seria vista somente como uma opção viável em substituição à democracia na forma direta inviável, mas um sistema de legitimação das decisões representativas através de canais e formas de comunicação entre os atores envolvidos, ou seja, representantes e representados.

Um argumento a favor da representação é que através dela há escolha de pessoas com maior capacidade de governo, mais aptas tecnicamente para tomar as decisões. Manin (1995, p. 187-188) chamou a diferença intelectual e social dos eleitos de princípio da distinção: “o governo representativo foi instituído com plena consciência de que os representantes eleitos podiam e deviam ser cidadãos eminentes, socialmente diferentes dos que os elegiam”. Luiz Felipe Miguel, baseado nas correntes tradicionais iniciadas com Mosca, Pareto e Michels, discutiu a democracia como forma de governo entre desiguais, e descreveu o elitismo como “a crença de que a igualdade social é impossível, de que sempre haverá um grupo naturalmente mais capacitado detentor dos cargos de poder” (MIGUEL, 2014, p. 32). Isso cria um problema na discussão de um ideal igualitário proposto pelo discurso democrático, e encerra uma contradição de sentidos. Há, portanto, uma ideia predominante que reduz a democracia ao governo de uma parcela da população: as elites (MIGUEL, 2014, p. 60).

A livre escolha dos representantes é questionada na medida em que há prévia seleção do grupo que disputa os cargos em poderosas instâncias anteriores. Assim, os eleitores estariam presos a escolhas pré-definidas por questões sociais de acesso a grupos políticos, que tenderiam a escolher os mais aptos, social e economicamente dominantes. Nas palavras de Souza (2006, p. 49):

os ditos “representantes do povo” representam-no, sim, mas de maneira enviesada, posto que os candidatos são, via de regra, “pré-selecionados” por instâncias e filtros poderosos: grupos econômicos dominantes, oligarquias políticas tradicionais. Tais grupos sociais possuem acesso privilegiado aos meios de comunicação de massa e investem, no âmbito de campanhas milionárias, na “fabricação” de seus candidatos.

A tensão entre democracia e representatividade é algo esperado quando se comparam modelos aparentemente contraditórios entre si. Se partirmos de uma ideia de democracia baseada num modelo de participação direta dos cidadãos nas decisões políticas sobre o interesse geral, a representação é algo incompatível. Nas palavras de Miguel (2014, p. 13): “a familiaridade com que a expressão ‘democracia representativa’ é recebida não deve obscurecer o fato de que encerra uma contradição. Trata-se de um governo do povo no qual o povo não está presente no processo de tomada de decisões”.

A representação, apesar de problemas e contradições, parece ser a única forma possível de participação popular em sociedades complexas. Bernard Manin, um dos escritores que mais se dedicou ao tema, estudou as transformações da representação na segunda metade do século XIX, e observou duas grandes mudanças, as quais denominou de “metamorfoses do governo representativo” (MANIN, 1995). A primeira consistiu na passagem da democracia dos notáveis para a democracia de partidos. A segunda foi a transformação da democracia de partidos em democracia de auditório. O modelo parlamentar inicial era baseado na confiança, com ênfase nas relações locais e tendia à escolha dos notáveis. A relação entre eleitor e representante, nesse modelo, era mais próxima. A democracia de partido valorizava o pertencimento do eleitor a determinada classe, criava líderes representantes e lutava para a manutenção da fidelidade partidária. A democracia de público, por sua vez, é ancorada na presença de um líder comunicador, carismático, baseada novamente na confiança do eleitor ao representante (MANIN, 1995, p. 20). Essas transformações retratam a diferença na forma de captação de votos. Na democracia dos notáveis os votos serviam como gesto de confiança, onde o eleitor, mais próximo do representado, tinha maior facilidade na cobrança. Na democracia partidária, grupos com objetivos comuns e formas semelhantes de pensar apoiavam candidatos e lutavam por votos a favor deles. Houve, então, a organização e a estruturação das formas de apoio. Na democracia de público, líderes

carismáticos se manifestam diretamente ao eleitor, sem intermediários. A forma de fiscalização e cobrança nesse modelo fica mais difícil, pois não há qualquer relação de proximidade com o representante eleito.

Outro ponto de abordagem no sistema representativo é a liberdade dos representantes em decidir de maneira divergente em relação aos interesses populares. Estariam eles, uma vez eleitos, livres para decidir? Bernard Manin, por exemplo, quando desenvolveu os quatro princípios do governo representativo¹⁶, deixou claro que o governante detém certa independência da vontade dos representados. Isso implica uma autonomia para legislar e decidir sobre os interesses gerais, afastando-se de qualquer tipo de mandato imperativo. Edmund Burke, em seu famoso *Discurso aos Eleitores de Bristol* (1774), afirmou que “o Parlamento é uma assembleia *deliberativa* de uma nação, com um interesse, o da totalidade” (BURKE, 2012, p. 101).

A representação, apesar de alguns problemas de legitimação de decisões e afastamento dos eleitores, tende a ser um sistema inclusivo, com ampla participação nas eleições. Ademais, o governo representativo não requer que os eleitores sejam peritos na arte de governar. Conforme Castoriadis (2002, p. 283), as pessoas não precisam ser *experts* para emitir uma avaliação do governo. Assim como é o paciente que julga o médico, e não outros médicos, é o povo que, independente de sofisticação política, deve manifestar-se acerca de bons ou maus governos.

1.4 TEORIAS SOBRE DEMOCRACIA

Com o surgimento do governo representativo no século XVIII, a democracia, para além de um paradigma grego, passou a ser discutida em conjunto com a representação. O conceito de soberania popular foi aos poucos se fundindo com liberdades, igualdade e instituições, que formaram, então, seu significado moderno. A eleição se tornou a principal forma de participação política dos cidadãos que, através do direito ao sufrágio, votam e escolhem os representantes. Outros fatores, porém, conforme os critérios do *Global Democracy Ranking* (Figura 1), também são levados em conta para aferição das democracias ao redor do mundo, como, por exemplo, liberdade de expressão, igualdade de

¹⁶ São eles: os governantes são selecionados por meio de eleições regulares; as decisões dos governantes mantêm algum grau de independência em relação à vontade dos representados; os manifestantes podem expressar livremente suas opiniões; as decisões são submetidas ao debate público (MANIN, 1997).

gênero e economia. Até mesmo a participação por meio do voto, principalmente para os deliberacionistas, deve ser fundamentada num consenso prévio racional que legitime a escolha.

Foi nesse contexto, portanto, que se desenvolveram diversas teorias acerca do regime democrático, algumas com caráter normativo e outras voltadas a orientações empíricas. De uma forma geral, principalmente com as vertentes de caráter normativo, buscou-se trazer mais legitimidade ao modelo representativo, quando considerado como simples direito ao voto. Em outras palavras, elas aparecem no sentido de preencher o caminho entre a democracia direta participativa e a representação.

Dentre as diversas teorias que se desenvolveram sobre o tema, apontaremos algumas correntes desenvolvidas e debatidas nos últimos séculos. Obviamente seria impossível contemplar nesse trabalho todas as vertentes existentes. Por isso, selecionamos aquelas que percebemos serem mais citadas e discutidas em nossas leituras de obras sobre o tema.

1.4.1 Teoria empírica

A teoria empírica da democracia, considerada a vertente hegemônica no pós-guerra, foi inaugurada com Joseph Schumpeter, na obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, quando o autor definiu a democracia como escolha dos representantes pela população por meio do voto. Assim, democracia não estaria no mundo das ideias, pois representaria um método político de escolha de representantes. Partindo de um método descritivo, Schumpeter fez a análise de como realmente ocorria o processo democrático no modelo representativo, uma visão que definiu a democracia como um método político de tomada de decisões, que atribuía ao povo o poder de aceitação ou rejeição dos representantes. Em suas palavras,

a democracia é um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa) e, por isso mesmo, incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas. E justamente este deve ser o ponto de partida para qualquer tentativa de definição (SCHUMPETER, 1984, p. 304).

A participação popular, para ele, se reduzia ao voto. Sua intenção era afastar o caráter normativo da teoria clássica da democracia. Expressões como “bem comum” e “vontade geral” deveriam ser distanciadas de qualquer tentativa de definição da democracia, para que então fossem levadas a efeito (SCHUMPETER, 1984, p. 314). Schumpeter foi acompanhado por Downs, Lipset e Berelson, dentre outros, que levaram adiante esse entendimento e formaram a chamada “teoria política empírica”, que serviu como modelo oposto àquele de natureza normativa.

David Held melhor explica o sistema de Schumpeter.

No sistema democrático de Schumpeter, os únicos participantes plenos são os membros de elites políticas em partidos e em instituições públicas. O papel dos cidadãos ordinários é não apenas altamente limitado, mas frequentemente retratado como uma intrusão indesejada no funcionamento tranquilo do processo “público” de tomada de decisões (HELD, 1987, p. 168).

A teoria de Schumpeter foi considerada uma das mais influentes sobre a democracia do último século. Seus argumentos defendiam a possibilidade de convivência entre os sistemas socialista ou capitalista e a democracia. Para ele, o método de escolha política, baseado na aprovação ou rejeição dos representantes, em nada confrontava os sistemas econômicos vigentes, pois, na prática, o que ocorria era a disputa de diversos grupos de elites pela aprovação ou rejeição das massas. Ainda hoje é possível encontrar conceitos muito próximos ao dele. Nessa linha, por exemplo, Jacques Gagnéux (2003, p. 77) entende o processo democrático como “um processo de livre concorrência pelo poder, do qual saem vencedores os partidos, ou coalizões de partidos, que obtiverem uma fração suficiente de votos expressos”. Apesar de haver pertinência entre a teoria empírica e a realidade democrática, a teoria empírica foi e continua sendo criticada como reducionista e empobrecedora do processo democrático.

1.4.2 Teoria deliberativa

Em oposição à teoria empírica surgiu a ideia de deliberação prévia ao voto, com objetivo de atribuir maior legitimidade às decisões. A teoria deliberativa, desenvolvida por Jürgen Habermas, apoia a democracia no consenso racional prévio ao voto. No capítulo VII, do livro *Direito e Democracia*, Habermas apresenta um modelo baseado

em negociação e formas de argumentação. Ele entende que tal modelo carregava uma perspectiva normativa e buscou esclarecer como seria o relacionamento entre seu conceito procedimental e as pesquisas empíricas: “tentarei descobrir as pontes que permitem passar dos modelos normativos da democracia para os das teorias sociais da democracia, e vice-versa” (HABERMAS, 2011, p. 11).

Sua intenção com o modelo deliberativo é garantir resultados racionais, uma vez que todo o processo seria permeado pela deliberação: “a política deliberativa obtém sua força legitimadora da estrutura discursiva de uma formação da opinião e da vontade, a qual preenche sua função social integradora graças à expectativa de uma *qualidade racional de seus resultados*” (HABERMAS, 2011, p.28). O ponto principal é formar uma democracia processual, vista pela ótica de uma teoria do discurso. Seu principal argumento é a legitimidade das decisões políticas por meio de um processo de deliberação prévio ao voto.

O modelo de Habermas não busca a extinção do modelo tradicional de voto da maioria, mas pretende criar uma forma de discussão e debate que anteceda a votação. Esse debate, baseado na razão, requer ampla participação entre cidadãos livres e iguais, sem qualquer interferência externa. Está apoiado na legitimação de todas as decisões políticas tomadas, e busca um debate qualificado e produtivo com intuito de obter maior simetria entre as decisões tomadas e a vontade dos cidadãos. Esses debates ocorreriam em outros espaços que não aqueles institucionalizados da política. Grupos menores debateriam e tentariam chegar a um consenso racional, como forma de justificação das leis criadas. Sua ideia é a institucionalização de microesferas, nas quais a deliberação seja possível.

O interesse na deliberação não se baseia necessariamente na identificação dos problemas, mas na sua formulação e solução com respostas adequadas. As esferas públicas dependem da descoberta de uma esfera pública não institucionalizada, na qual as ideias e anseios estão dispersos, porém, são determinantes para o processo democrático. Para Habermas (2011, p. 33), “a formação democrática da opinião e da vontade depende de opiniões públicas informais que idealmente se formam em estruturas de uma esfera pública política não desvirtuada pelo poder”.

Um dos pontos cruciais nesse processo de encorajamento de debates e participação política é a questão da neutralidade dos participantes, uma vez que essa neutralidade não significa indiferença, mas um consenso onde cada um cede um pouco em relação a seus

interesses pessoais: “neutralidade significa, em primeiro lugar, que o justo, fundamentado na lógica da argumentação, tem o primado sobre o bom, ou seja, que as questões relativas à vida boa cedem o lugar às questões de justiça” (HABERMAS, 2011, p. 35).

Outro ponto do debate é a questão do consenso em relação ao saber prático adquirido preliminarmente, pois as experiências e noções que cada indivíduo carrega consigo sobre o sentido de “vida boa”, por exemplo, são conflitantes. Mas Habermas indica que deveria haver um esforço para o entendimento entre os participantes, já que

conceitos tais como verdade, racionalidade, fundamentação e consenso desempenham o mesmo papel gramatical em todos os idiomas e em todas as comunidades lingüísticas, mesmo sendo interpretados de forma diferente e aplicados segundo critérios distintos (HABERMAS, 2011, p. 38).

O problema que o modelo de Habermas enfrenta, como já dito, é a forma de sua operacionalização. Em sociedades com diferenças marcantes de cultura, como se daria essa deliberação? A resposta parece complicada, mesmo partindo do pressuposto de que todas as pessoas (ou pelo menos a maioria) estejam realmente interessadas no processo, dispostas a dedicar-se aos assuntos e decidir de acordo com um suposto interesse geral. Assim, o consenso racional não consegue superar as diferenças materiais da sociedade como um todo e suas diversas peculiaridades, as quais se traduzem em dificuldades no processamento de suas ideias, iniciadas na carência das formas de argumentação.

1.4.3 Teoria agonística

Como opção entre a versão empírica e a deliberativa, Chantal Mouffe (1999; 2003; 2005; 2015) vem desenvolvendo uma proposta agonística de democracia. Percebendo o paradoxo existente na articulação entre democracia e liberalismo, ela constrói um modelo baseado no reconhecimento e na administração dos conflitos.

O liberalismo – entendido aqui como limitação do poder pelo Estado sobre algumas esferas da vida, para as quais deve prevalecer o livre arbítrio pessoal – colide com preceitos democráticos, pois a democracia, por outro lado, significa a distribuição de poder e a igualdade política. Temos, assim, um conflito entre as duas correntes teóricas: o liberalismo como limitação de poder e a democracia como distribuição de poder. Esse conflito pode ser até considerado natural

entre as duas vertentes, porém, em alguns momentos elas se chocam, e daí ocorre o enfraquecimento de suas instituições. Por isso, Mouffe prepara o campo teórico onde quer adentrar e já de início desqualifica o modelo deliberativo como algo novo. Em sua concepção, a forma de deliberação anterior ao voto já existia desde o nascimento da democracia na Grécia antiga, na qual os cidadãos discutiam e deliberavam antes das decisões nas assembleias (MOUFFE, 2005, p. 11).

Combatendo a visão de Habermas e Rawls, Mouffe (2005, p. 17) vê as perspectivas deliberativas como “extremamente inadequadas”. Como Habermas e Rawls pretendem fundamentar a adesão à democracia liberal por mecanismos imunes à contestação, por meio da eliminação de questões abrangentes, como a religião e a filosofia – entendidas como pertencentes apenas ao âmbito privado –, tentando criar, assim, um consenso racional, ela contesta dizendo que a política não é um terreno neutro que poderia ser afastado dessas questões (MOUFFE, 2005, p. 16). Além disso, ressalta que ambos querem negar o caráter paradoxal entre a democracia e os valores liberais e, para isso, criam meios paliativos para contornar tal conflito: “a teoria democrática deveria renunciar a essas formas de escapismo e enfrentar o desafio que decorre do reconhecimento do pluralismo de valores” (MOUFFE, 2005, p. 17).

Só existirão indivíduos democráticos se houver a propagação de discursos, práticas e culturas democráticas, diz Mouffe. Além disso, para ela, elevar o pluralismo a um status empírico significa deixar de lado a visão de um consenso racional. Sua ideia central é buscar a unidade num contexto de diversidade e de conflitos, reconhecendo as diferenças e estabelecendo um confronto entre adversários legítimos. Reconhecer as diferenças requer um respeito mútuo sobre as visões de cada participante. Mouffe entende que o poder é constitutivo das relações sociais, por isso o conflito e o antagonismo seriam inerradicáveis. Isso faz com que a perspectiva da democracia tenha outro rumo, desenvolvendo uma ideia que coloca no centro do debate o poder e o antagonismo. Daí sua diferenciação entre “a política” e “o político”. Por político ela entende “a dimensão do antagonismo inerente às relações humanas, um antagonismo que pode tomar muitas formas e emergir em diferentes tipos de relações sociais” (MOUFFE, 2005, p. 20). A política, por sua vez, pode ser concebida como o “conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre conflituais porque são sempre afetadas pela dimensão do ‘político’” (MOUFFE, 2005, p. 20).

O reconhecimento de visões opostas como legítimas abre caminho para a conversão do antagonismo (luta destrutiva entre inimigos) para o agonismo (luta entre adversários legítimos). Embora com visões de mundo diferentes, tais adversários compartilhariam o princípio da democracia liberal: “liberdade e igualdade para todos”. O processo demandaria certo consenso em torno das regras do jogo, mas o reconhecimento do pluralismo de valores tornaria legítimas as divergências sobre o que seria e como implementar a liberdade e a igualdade para todos.

O pluralismo agonístico, diferente do modelo deliberacionista, reconhece as diferenças dos agentes sociais e considera que isso facilita a transformação das paixões humanas em objetivos democráticos. Portanto, não busca um consenso racional na esfera pública, pois isso seria a própria negação da democracia, já que esta supõe conflito de ideias e conflito de interesse. Em outras palavras, acabar com o conflito seria acabar com a própria democracia. Assim entende também Miguel (2014, p. 241): “tal tensão não pode ser eliminada, seja na prática, seja na reflexão teórica, pois a busca de uma democracia isenta do conflito político nega seu próprio caráter democrático”.

O conflito, portanto, é característico da democracia. Sua administração é a forma de tornar o regime possível. Assim, o reconhecimento do conflito e sua administração formam a substância do processo democrático, no qual as diferenças possam ser controladas e respeitadas. Em artigo dedicado especialmente a debater o modelo de Mouffe, Luis Felipe Miguel argumenta que o antagonismo é impossível de ser eliminado. Em suas palavras: “o antagonismo entre os dominantes e os dominados pode se expressar ou pode ser escamoteado, mas não há fórmula retórica que o faça ser transcendido” (MIGUEL, 2014, p. 40).

Para Mouffe, o momento de decisão política envolve o estabelecimento de fronteiras e a constituição de projetos hegemônicos. Se se aceita que a implementação do princípio democrático-liberal seria sempre algo que geraria discordância, porém o resultado de uma articulação hegemônica, pode-se entender que todo “consenso” só existe provisoriamente, como resultado da estabilização de um poder, de uma hegemonia, que acarreta sempre alguma forma de exclusão.

1.4.4 A poliarquia de Robert Dahl

Robert Alan Dahl foi um dos autores mais influentes no debate sobre a democracia do século passado. Com sua visão pluralista, passou a examinar o contexto democrático e suas possibilidades reais em

grande escala. Na obra *Poliarquia* (1997), ele fez um processo inverso ao tradicional descritivo-normativo: suas ideias partiram de um plano abstrato (democracia) e chegaram a um plano real (poliarquia). Em sua visão, a democracia na forma representativa requer “a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos” (DAHL, 1997, p. 26). Como um sistema dessa natureza é uma hipótese, um ideal a ser seguido, acaba se transformando num limite teórico, que se posiciona como um ponto crucial para uma análise real da democracia.

Como já vimos, Dahl desenvolveu sua teoria ancorada em vários critérios que medem o grau de democratização de um regime. Um regime poliárquico, por exemplo, pode ser constituído pela participação e pela contestação pública. Partindo do que Dahl chama de hegemonias fechadas, quanto mais contestação pública ao governo, mais se chegará às oligarquias competitivas. Por outro lado, seguindo somente no sentido da participação, chegaremos às hegemonias inclusivas (DAHL, 1997, p. 30). No entanto, se houver uma direção na diagonal, que contemple tanto a contestação pública quanto a participação, aí alcançaríamos o que ele chama de poliarquia. O termo deriva de palavras gregas que significam “governo” e “muitos”, tendo sido originalmente empregado por Dahl em 1953, como referência a uma democracia representativa moderna (DAHL, 2001, p. 104).

A democracia poderia ser concebida como um regime localizado no canto superior direito [contemplando a contestação pública e a participação]. Mas como ela pode envolver mais dimensões do que as duas [contestação pública e participação], e como [...] nenhum grande sistema no mundo real é plenamente democratizado, prefiro chamar os sistemas mundiais reais que estão mais perto do canto superior direito de poliarquias (DAHL, 1997, p. 31).

Dahl desenvolveu o argumento de que um sistema poliárquico só pode existir com a presença de dois requisitos: a contestação e a participação. A participação é um valor substantivo da democracia, mas o poder de uma maioria não pode se dar sem limites. É preciso que se garanta a existência de um espaço onde possa haver o controle e a limitação de possíveis excessos. É aqui que surge a oposição. Essa combinação participação-oposição talvez seja um dos argumentos centrais de Dahl no desenvolvimento de seu modelo poliárquico.

1.4.5 Teoria Participativa

“Não há democracia sem participação”, assim se posiciona Paulo Bonavides (2001, p. 51). Esse teórico propôs um modelo de democracia constitucional participativa, no qual o povo deixaria de ser visto apenas como sujeito passivo nas decisões. Em seu modelo, é o povo que assume todo o controle político das decisões, mesmo existindo mecanismos representativos. O ponto fundamental é considerar o povo e suas diferenças, que dão vida ao processo democrático e o legitimam.

[...] a participação aponta para as forças sociais que vitalizam a democracia e lhe assinam o grau de eficácia e legitimidade no quadro social das relações de poder, bem como a extensão e abrangência desse fenômeno político numa sociedade repartida em classes ou em distintas esferas e categorias de interesses (BONAVIDES, 2001, p. 51).

Apesar do caráter normativo de sua teoria, o que Bonavides pretende não é uma democracia direta, mas legitimar o povo como único e exclusivo detentor do poder. Por meio de mecanismos de participação direta, o povo controlaria as decisões políticas, dando mais legitimidade ao processo.

Olhando para o passado, constatamos que já nos anos 1960 surgiram mecanismos de participação direta nas democracias do hemisfério norte (LAVALLE; VERA, 2011). Esses mecanismos colocaram-se num ponto estratégico entre a democracia e a representação. Considerando o caso brasileiro, por exemplo, há decisões de forma direta (plebiscito e referendo); papel legislativo (iniciativa popular e Comissão de Legislação Participativa)¹⁷; e deliberação sobre o destino dos recursos públicos (Orçamento Participativo). Assim, abre-se espaço para o poder popular através dos debates, sugestões e mecanismos que aproximam eleitores e eleitos.

Em relação ao debate desses mecanismos no Brasil, Lavalle e Vera (2011), quando redefiniram os termos que compõem o que chamam de “trama da crítica democrática”, consideraram os mecanismos de participação popular como integrantes da democracia participativa, seguindo moldes representativos.

O debate no Brasil ganhou densidade *pari passu* ao debate internacional por motivações

¹⁷ Apesar de não serem impositivas, as propostas e sugestões têm certa força nos debates legislativos dos parlamentares.

endógenas, a saber, a diversidade e grau de institucionalização de experiências de inovação democrática implantadas a partir dos anos 1980 contra o pano de fundo de um ideário participativo fortemente arraigado nos atores sociais de origem popular e na esquerda acadêmica (LAVALLE; VERA, 2011, p. 99).

Santos e Avritzer (2003, p. 18), por sua vez, constataram que os países com maior manifestação de mecanismos de democracia participativa, considerando os casos estudados, são o Brasil e a Índia. O Orçamento Participativo, surgido inicialmente no Brasil, é um exemplo de participação. Como o próprio nome sugere, é um mecanismo no qual o povo participa da elaboração do plano de aplicação dos recursos, e serve, conforme Avritzer e Navarro (2003, p. 14), para “rebalancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa”. A experiência inicial ocorreu em Porto Alegre-RS, no ano de 1989. Daí em diante o modelo se espalhou por cidades do Brasil e também internacionalmente, no Uruguai, na França, dentre outros países. Conforme Avritzer e Navarro (2003), até o ano de 2003, 103 municípios brasileiros já haviam aderido à ideia.

No Brasil, a CRFB/88 previu no artigo 14 e incisos¹⁸ alguns mecanismos de participação popular: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Além dos previstos na carta constitucional, outros mecanismos importantes foram criados com a intenção de favorecer o diálogo entre a sociedade e as decisões políticas, dentre eles o Orçamento Participativo e a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. “Sendo assim, a Constituição foi capaz de incorporar novos elementos culturais, surgidos ao nível da sociedade, na institucionalidade emergente, abrindo espaço para prática da democracia participativa” (SANTOS; AVRITZER, 2003, p. 18). Em nível infraconstitucional foi editado o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), que trouxe novidades em relação à participação pública em audiências, debates e consultas públicas.

Esses mecanismos de participação também funcionam como corrente comunicativa entre população e governo. Por meio deles, as pessoas informam ao governo quais são seus anseios e interesses, os quais passam a compor a agenda das decisões políticas e favorecem a

¹⁸ “Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular [...]” (BRASIL, 1988).

simetria entre instituições e necessidades populares. Sobre os meios de participação além do voto, dispõe Urbinati (2006, p. 210) que

uma política representacional concebe a sociedade democrática como uma malha intrincada de significados e interpretações das crenças e opiniões dos cidadãos a respeito de quais são seus interesses; crenças que são específicas, diferenciadas e sujeitas à variação ao longo da vida real das pessoas.

O que Urbinati desenvolve é a ideia de que os mecanismos de participação não ficam separados do processo de representação. Eles podem ser captados e revelam as preferências e ideias dispersas em diversas esferas políticas, além daquelas institucionais. Em síntese, todos os mecanismos de participação popular, em seu entender, compõem o sistema de democracia representativa.

1.5 DEBATES RECENTES SOBRE A DEMOCRACIA

O estudo da democracia na concepção moderna teve a contribuição do francês Alexis de Tocqueville, considerado o primeiro autor da chamada “democracia de massas” (SOUZA, 2006, p. 42). Em sua experiência na América, no início do século XIX, ele viu um ambiente favorável para a democracia, principalmente como forma de equilíbrio no conflito entre liberdade e igualdade. Na América, diferente da França e da Inglaterra do século XIX, foi onde ele encontrou o convívio mais pacífico entre os valores liberais e o poder popular. Ali, quem detinha o poder político era o povo, que era o centro das decisões políticas. “O povo reina sobre o mundo político americano como Deus sobre o universo. É ele a causa e o fim de todas as coisas; tudo sai do seu seio, e tudo se absorve nele” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 52). Tocqueville viu a possibilidade da democracia somente quando respeitado o princípio da igualdade, e isso ele encontrou nos Estados Unidos da América. Ali, apesar de diferenças materiais, a igualdade formal prevalecia, o que favorecia a democracia. Era no dia a dia, nas pequenas coisas, que se criavam e mantinham os costumes democráticos.

Considerada a primeira democracia moderna, o modelo norte-americano, apesar de distante a mais de dois mil anos da experiência grega, foi também um modelo exclusivo: deixava de fora mulheres, índios e negros (DAHL, 2012, p. 6). Veio de lá a contribuição de James Madison acerca do conflito entre o poder da maioria e a vontade das

minorias. Chamado por Dahl de *modelo Madisoniano de democracia*¹⁹, tal esquema visava o controle da maioria pela minoria, sob pena de transformar a democracia em tirania da maioria. O sistema majoritário de democracia, como o próprio nome diz, respeita a vontade da maioria na escolha dos representantes. Definida uma maioria, mesmo sendo de apenas 50% mais um, seria ela quem teria o poder de escolha. O que Madison propôs, entretanto, foi um sistema de controle externo como forma de evitar que a maioria tiranizasse a minoria, sob o pretexto de legitimação com a maioria de votos. Se ilimitado o poder da minoria, chegaríamos a regimes oligárquicos. Porém, se ao poder da maioria não fosse imposto limite, a tendência seria a ocorrência de regimes populistas. A preocupação de Madison era como controlar o poder da maioria e, para isso, direcionou seus esforços a mecanismos constitucionais previamente criados. Dahl, com a poliarquia, focou as condições anteriores à ordem democrática. “Em contraposição ao madisonianismo, a teoria da poliarquia focaliza-se principalmente não em requisitos constitucionais prévios, mas nas condições preliminares a uma ordem democrática. A diferença é de grau” (DAHL, 1989, p. 83).

Contrapondo o modelo majoritário, surgiu a ideia do sistema consensual, que procura distribuir o poder ao maior número de pessoas (para além da maioria). A questão principal na discussão sobre os dois sistemas é em relação à minoria. Enquanto no modelo majoritário corre-se o risco de existir uma minoria muito próxima da metade dos eleitores que a princípio teriam que contentar-se apenas pela oportunidade de oposição ao governo através de críticas e fiscalização, no modelo consensual a ideia é diminuir a minoria e, enquanto existente, valorizá-la. O modelo majoritário é excludente, baseado na competição. O modelo consensual, por sua vez, é inclusivo, e valoriza a participação e o debate.

Lijphart (2003) pesquisou 36 democracias durante o período de 1945 a 1996 em países americanos, africanos, europeus e asiáticos. Ele comparou o modelo majoritário ao consensual, concluindo que “o modelo majoritário de democracia é exclusivo, competitivo e combativo, enquanto o modelo consensual se caracteriza pela abrangência, a negociação e a concessão” (LIJPHART, 2003, p. 18).

¹⁹ Diz Dahl (1989, p. 13): “O que vou chamar de teoria ‘madisoniana’ de democracia constitui um esforço para se chegar a uma acomodação entre o poder das majorias e o das minorias, entre a igualdade política de todos os cidadãos adultos, por um lado, e o desejo de lhes limitar a soberania, pelo outro”.

Seguindo uma linha cronológica do processo democrático, Samuel Huntington (1993) apresentou o que chamou de três ondas de democratização que se referiam ao momento em que alguns países aderiram ao modelo representativo. A primeira teve como partida o início do século XIX com a garantia do sufrágio para homens brancos nos Estados Unidos (1828), até o início do século XX (1926). A segunda foi do fim da segunda guerra mundial (1945) até 1962. A terceira, por último, iniciou por volta de 1970 e segue até os dias atuais (HUNTINGTON, 1993, p. 16). A terceira onda, constatou Huntington (1993, p. 26), apresentou um crescimento expressivo de países democráticos, saltando de 30, em 1973, para 59, em 1990.

Os teóricos políticos, em sua quase totalidade, reconhecem o sistema representativo de democracia como o único possível nas sociedades atuais, mas tentam expandir a participação política para além do sufrágio, e relacionam instituições imprescindíveis a isso. No Dicionário de Política, Bobbio elencou os chamados procedimentos universais do processo democrático que giram em torno do sistema de votos²⁰. Esse sistema, em sua visão, deve ser inclusivo de todos os cidadãos maiores, o voto deve ter valor igual para todos os eleitores, e estes devem ter reais possibilidades de escolha dos candidatos. Em outro

²⁰ São eles: “1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau; 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado (tal como acontece nas repúblicas); 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioridade, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional; 6) devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de ter reais alternativas (o que exclui como democrática qualquer eleição de lista única ou bloqueada); 7) tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos de uma vez para sempre; 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições; 9) o órgão do Governo deve gozar de confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez, eleito pelo povo” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 327).

momento, quando proferiu a conferência em Brescia, na Itália, em 1959, Bobbio elevou a crítica sobre a democracia às últimas consequências.

A democracia como autogoverno do povo é um mito que a história desmente continuamente. Em todos os Estados, quem governa – e aqui falamos de “governar” no sentido de tomar as decisões últimas que se impõem a todos os membros de um grupo – é sempre uma minoria, um pequeno grupo, ou alguns grupos minoritários em concorrência entre si (BOBBIO, 2013, p. 23).

Apesar da dura crítica, a visão procedimental de Bobbio representada pelos nove procedimentos universais, evidencia que a democracia vem sendo entendida, em certa medida, como um ideal normativo conjugado com procedimentos, métodos e instituições que reconhecem a sociedade como centro de poder político.

2. DEMOCRACIA NO BRASIL: NOÇÕES GERAIS

A democracia no Brasil é recente se comparada à de países como Suíça e Reino Unido, por exemplo, que apresentam longa trajetória democrática. Apesar de altos e baixos na democracia brasileira, e ultrapassados períodos turbulentos de regimes autoritários, podemos observá-la num processo de relativa estabilidade. Nas palavras de Moisés (2010, p. 270), “em uma perspectiva temporal longa, portanto, a democracia é um fenômeno político relativamente novo no Brasil e, ao mesmo tempo, frágil e descontínuo na experiência política dos brasileiros”. Assim, o sentimento democrático no Brasil é algo que está atrelado às lutas populares recentes, que reivindicaram direitos e garantias fundamentais. Vivemos em um período de continuidade da democracia inédito no Brasil, que desde a promulgação da CRFB/88 até hoje, totaliza pouco mais de 25 anos. As instituições ao longo desse período se fortaleceram e um ambiente favorável foi criado às garantias de um sistema democrático.

Neste capítulo, pretendemos traçar um panorama da democracia brasileira com um olhar histórico. O desenvolvimento democrático brasileiro ocorreu juntamente com a ampliação do voto e das garantias constitucionais, o que nos levou a dedicar maior atenção a esses temas.

2.1 TRAJETÓRIA DEMOCRÁTICA DO BRASIL

A trajetória democrática brasileira está diretamente vinculada ao seu percurso constitucional. Foram as Constituições que marcaram as rupturas entre regimes, e dispuseram, aos poucos, dos direitos e garantias fundamentais, dentre eles a liberdade de participação nas eleições como candidato ou eleitor. Por isso, observamos o desenvolvimento do processo democrático brasileiro atrelado a dois pontos. Primeiro, às mudanças constitucionais que, de uma forma ou de outra, traduziam o regime vigente em cada época. O segundo ponto foi a participação popular através do voto que, em certa medida, também estava vinculada aos preceitos constitucionais.

O direito de votar, iniciado por aqui no século XVI, ainda na época do Brasil Colônia, e restrito a uma minoria, levou quase 500 anos para ser ampliado. Antes da declaração da independência havia eleições locais, nas quais apenas os “homens bons” tinham o direito de votar (CARVALHO, 2008, p. 21). Num país fortemente escravagista, esses “homens bons” se restringiam aos católicos, casados e donos de propriedade e de escravos. Resumiam-se, basicamente, às elites da

época. A primeira eleição nesses termos foi a eleição indireta para o Conselho Municipal de São Vicente, em São Paulo, primeira vila formada no Brasil pela colônia portuguesa. Essas eleições ocorreram no ano de 1532 e, por isso, o município detém o título de “Berço da Democracia Americana”, por ter inaugurado no continente o sistema de Câmaras Municipais e o Poder Legislativo (CÂMARA MUNICIPAL, s.d.).

Em 1821, pouco antes da declaração da independência, as eleições se estenderam para além do âmbito municipal, onde podiam participar homens livres e também analfabetos (FERREIRA, 2005, p. 52-53). A forma dessas eleições era complexa.

As Instruções de 7 de março de 1821 estabeleciam um sistema de eleições em quatro graus: o povo, em massa, escolhia os compromissários; estes, escolhiam os eleitores de paróquia, que, por sua vez, escolhiam os eleitores de comarca; finalmente, estes últimos procediam à eleição dos deputados (FERREIRA, 2005, p. 53).

Já com a declaração da independência, a constituição imperial de 1824 dispôs sobre diversos direitos relacionados às eleições. No entanto, o procedimento ocorria em dois turnos, sendo que no primeiro eram escolhidos aqueles que indicavam, no segundo turno, o candidato definitivo. No primeiro turno – chamado de eleições primárias – somente poderiam votar os homens que auferissem durante o ano renda superior a cem mil réis, restrito aos maiores de 25 anos, ou maiores de 21, se casados. Aqui, mais uma vez, o poder do voto tinha caráter censitário, pois somente uma minoria detentora de recursos é que poderia exercê-lo. Para ser eleito deputado, o requisito também era censitário, sendo que o candidato deveria ter renda anual de 400 mil réis (Constituição de 1824).

Em 1842 foi criada uma nova lei que regulava as eleições gerais e provinciais. A grande novidade foi a proibição de voto por procuração, que consistia em meio comum de fraudes. Essa lei, dentre outros méritos, buscou moralizar as eleições da época (FERREIRA, 2005, p. 131). Mais adiante, em 1881, foi editada a chamada Lei Saraiva (Decreto nº 3.029), que fez profunda reforma nas leis anteriores e criou o título de eleitor. Os analfabetos, que até então tinham direito ao voto, foram excluídos.

As reformas operadas pela Lei Saraiva foram de grande importância para a época, mas há visões distintas sobre o assunto. José Murilo de Carvalho (2008, p. 39) considerou um retrocesso as

modificações da referida lei, pois a exclusão dos analfabetos permitia que somente um número ínfimo de pessoas pudesse votar, considerando que somente 15% da população era alfabetizada. Manuel Rodrigues Ferreira, por sua vez, observou a referida lei como uma evolução e o retrato da consciência sobre a importância do voto. “Ao findar o Império, a 15 de novembro de 1889, o Brasil possuía uma legislação eleitoral perfeita. A Lei Saraiva, de 1881, foi a culminância de um processo evolutivo que durou 67 anos, desde os primeiros dias da Independência” (FERREIRA, 2005, p. 247).

Após a proclamação da independência, no século XIX, e passados os mais de sessenta anos do Brasil Império, iniciou-se um novo processo institucional com a proclamação da república, já no final do mesmo século. Apesar de a primeira Constituição republicana ter abolido o caráter censitário do voto e apresentado alguns mecanismos que podem ser tidos como democráticos – separação dos poderes, laicidade do Estado, *habeas corpus*, eleições diretas para chefe do executivo e autonomia dos estados-membros, por exemplo – houve um retrocesso em relação à estrutura eleitoral, principalmente no que concerne aos indivíduos legitimados a participarem do processo. As mulheres, os analfabetos, os mendigos, os membros de ordens religiosas e os soldados continuaram de fora (Constituição de 1891. Art. 70, BRASIL, 1891). Por outro lado, a eleição para Presidente e vice, Deputados e Senadores passou a ser direta²¹.

Logo após o movimento de 1930 e da Revolução Constitucionalista de 1932, foi promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1934. Nessa Carta, foi criada a Justiça Eleitoral, a Justiça do Trabalho e as Comissões Parlamentares de Inquérito. Além desses mecanismos, foram ampliados os direitos e garantias fundamentais e direitos sociais, sobretudo em relação aos direitos trabalhistas (MARINONI; SARLET; MITIDIERO, 2013). Nesse período, o direito ao voto foi estendido às mulheres, obrigatório

²¹ “Art 28 - A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos pelos Estados e pelo Distrito Federal, mediante o sufrágio direto, garantida a representação da minoria. [...] Art 30 - O Senado compõe-se de cidadãos elegíveis nos termos do art. 26 e maiores de 35 anos, em número de três Senadores por Estado e três pelo Distrito Federal, eleitos pelo mesmo modo por que o forem os Deputados. [...] Art 47 - O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos por sufrágio direto da Nação e maioria absoluta de votos” (BRASIL, 1891).

àquelas que exerciam função pública remunerada (Constituição de 1934. Art. 108).

Já em 1937, o próprio Getúlio Vargas outorgou a Carta de 1937 (a Constituição Polaca), iniciando o Estado Novo. Essa carta foi caracterizada pelo autoritarismo, além da supressão de direitos fundamentais – dentre eles o direito ao voto – e da autonomia dos estados-membros.

Em 1946, com a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, houve a chamada “redemocratização”. Nela, tornaram-se novamente relevantes os direitos individuais e sociais, o funcionamento do Congresso Nacional, a reinserção do mandado de segurança e da ação popular, e também do voto direto nas eleições (Constituição de 1946).

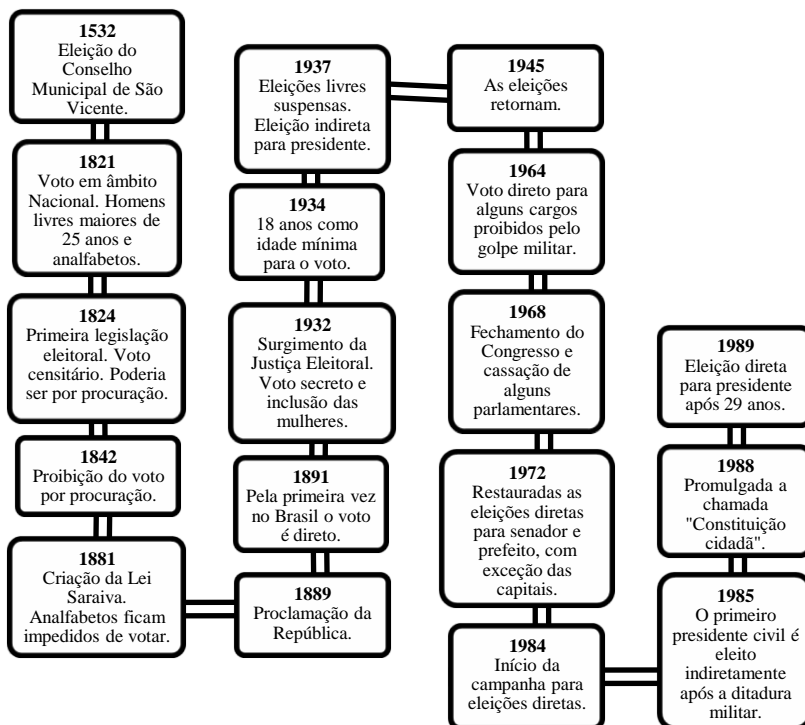
Em 1961 o parlamentarismo foi aprovado pelo Congresso Nacional, mas foi rejeitado dois anos mais tarde pela população através de plebiscito. Após vários percalços e enfraquecimento do governo de João Goulart, e da acusação de estar a serviço do comunismo internacional, em 1º de abril de 1964 o Comando Militar Revolucionário assumiu o poder e, com sucessivos Atos Institucionais, instaurou a “ditadura militar”.

A outorgada Carta Constitucional de 1967 restringiu de forma radical os direitos individuais e sociais, além de ter centralizado o poder nas mãos do executivo que governava por meio dos Decretos-lei. A escolha do presidente voltou a ser de forma indireta. Houve o retorno do autoritarismo, visto pela última vez no Estado Novo. A Emenda Constitucional nº 1, de 1969, editada após Costa e Silva adoecer, serviu para legitimar o golpe militar.

Após um período turbulento de restrições políticas e partidárias, e com os militares governando sem apoio popular, foi editada a Lei 6.767/79 que, com a reforma partidária, trouxe o pluralismo partidário. O primeiro civil eleito em eleições indiretas, após o período do governo dos militares, foi Tancredo Neves. Em 1985, com a Emenda Constitucional nº26, determinou-se a criação de uma Assembleia Nacional Constituinte, para elaborar uma nova Constituição. Em 05 de outubro de 1988 foi promulgada pelo Congresso Nacional a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (MARINONI; SARLET; MITIDIERO, 2013).

O processo eleitoral no Brasil, de forma resumida, é representado no Fluxograma 2.

Fluxograma 2: Resumo do processo eleitoral no Brasil.



Fonte: Adaptado do infográfico da Câmara dos Deputados (2010).

Em 1988 foi promulgada a atual Constituição. A chamada “Constituição Cidadã” instaurou um regime democrático representativo, previsto no artigo 1º, parágrafo único²². Com esse modelo, os cidadãos votam e elegem os representantes, que administram e legislam sob e sobre os interesses gerais. Constitucionalmente instituídos, conforme visto no capítulo anterior, os mecanismos que permitem atuação direta nas decisões políticas são o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, previstos no artigo 14 e incisos.

²² “Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Em relação à produção legislativa, há no Brasil um sistema de controle de constitucionalidade que ocorre por duas formas: a primeira é o controle difuso de constitucionalidade feito pelo poder judiciário de forma ampla, em que qualquer juiz ou tribunal pode se manifestar contra lei ou ato normativo inconstitucional (CRFB/88, art. 97, BRASIL, 1988). A segunda forma ocorre pelo controle concentrado, feito pelo Supremo Tribunal Federal, com a provocação pelos legitimados (Lei 9868/99, art. 2º). Em ambos os casos, a ideia central é assegurar que leis ou atos normativos, apesar de formalmente constitucionais, obedecidos os ritos e quóruns de votação, possam ser extirpados do ordenamento jurídico por serem materialmente inconstitucionais. Outra forma de controle sobre o poder da maioria são as cláusulas pétreas, dispostas no artigo 60, § 4º e incisos da CRFB/88²³, que, conforme determinação expressa, não poderão ser abolidas ou suprimidas.

A democracia no Brasil, apesar de consolidada em diversos aspectos, como, por exemplo, inclusão do direito ao voto, igualdade de sufrágio e livre competição partidária, é ainda um processo em movimento de consolidação. Desde a proclamação da república até os dias de hoje (mais ou menos 125 anos), conforme Ferreira (2005, p. 318), “tudo que se passou desde a Proclamação da República até os dias de hoje é tão recente que se não tem ainda uma perspectiva histórica para interpretar esse agitado período da vida brasileira”.

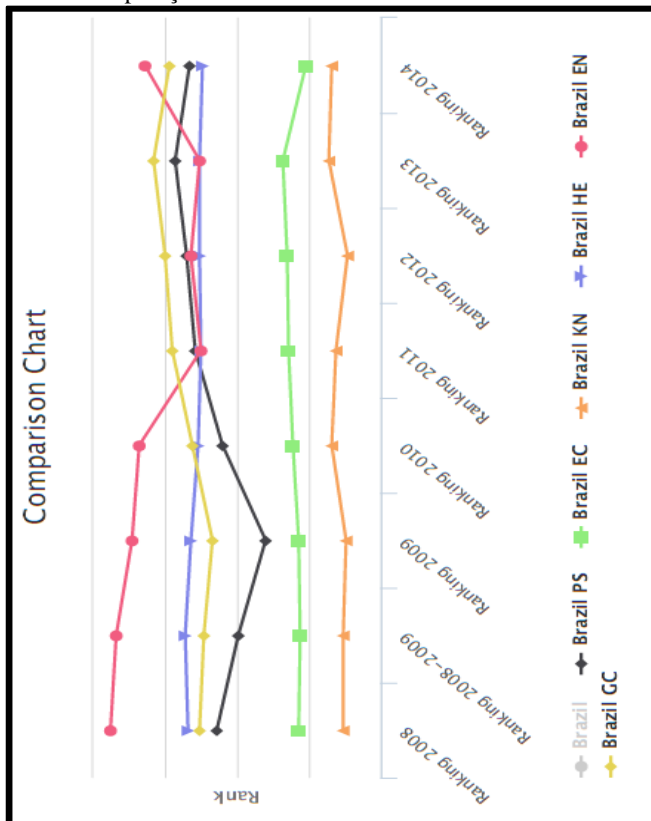
O reconhecimento externo da nossa democracia pode ser verificado por medições com base em alguns requisitos. Nos resultados obtidos pelo *Global Democracy Ranking*, nosso país figura entre aqueles considerados com nível de democracia “alta”, ocupando o 34º lugar no ranking mundial. O mapa a seguir (Figura 1) demonstra a posição brasileira.

²³ “Art. 60, § 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I - a forma federativa de Estado; II - o voto direto, secreto, universal e periódico; III - a separação dos Poderes; IV - os direitos e garantias individuais [...]” (BRASIL, 1988).

Sul. Em relação aos países da América do Norte, a totalidade deles apresenta nível muito alto de democracia. Os fatores considerados para a análise da qualidade da democracia foram: 1) sistema político (50%); 2) economia (10%); 3) educação/conhecimento (10%); 4) saúde (10%); 5) meio ambiente (10%); e 6) igualdade de gênero (10%) (*Global Democracy Ranking*). O diferencial está no sistema político, que representa metade do peso da análise. Daí resulta a soma entre a qualidade da política e a qualidade da sociedade.

Considerando cada indicador de forma individual, observamos no Gráfico 1 que não houve queda ou aumento radical nos fatores analisados no Brasil, e o sistema político, apesar de razoável queda em 2009, manteve-se basicamente estável.

Gráfico 1: Comparação do ano de 2008 a 2014 da democracia brasileira.



Fonte: Democracy Ranking, s.d.

Os indicadores são representados por: PS – sistema político; EC – economia; KN – educação/conhecimento; HE – saúde; EN – meio ambiente; e GC – igualdade de gênero. Conforme o Gráfico 1, nos últimos anos, os indicadores de economia, educação/conhecimento e saúde mantiveram-se praticamente estáveis, observando uma leve queda na economia no último ano. O meio ambiente teve queda relevante de 2010 para 2011 e manteve-se nessa situação por dois anos seguidos, voltando a subir em 2014. O sistema político atingiu seu mais baixo nível em 2009 e, a partir daí, teve movimento ascendente até 2013, quando começou a cair até 2014. Essa medição considera a democracia em termos de instituições e liberdades. Foca-se, em certa medida, no conceito democrático para além da soberania popular, onde são considerados outros valores como indicadores.

O conceito de democracia para os brasileiros, verificado por José Álvaro Moisés (2010, p. 288), segue a mesma linha de relacionamento entre democracia e instituições. A pesquisa feita por ele em 2006 apresentou essa compreensão de democracia com a escolha do governo através de eleições; liberdade de organização e expressão política; igualdade social; igualdade perante a lei; fiscalização do governo pelo Congresso e Judiciário; menor corrupção e tráfico de influência; provimento de saúde, educação e emprego pelo governo; igualdade de gênero; liberdades sexuais e morais (MOISÉS, 2010, p. 287). Essa relação estabelecida entre a democracia e conceitos pré-formatados foi estimulada com o método de formulação de perguntas fechadas, que favoreceu a manifestação dos brasileiros acerca da presença de instituições e possíveis relações com o regime democrático. Por outro lado, não significa que os brasileiros assim a conceituam. Para a análise de conceitos formulados pelos brasileiros, o mesmo autor valeu-se de pergunta aberta, indagando aos entrevistados: “para você, o que é democracia?”. O resultado apresentou o seguinte panorama: 32,8% dos relacionam democracia à liberdade; 29,5%, a procedimentos e instituições; 8,3%, a fins sociais; 2,6% apresentaram respostas inconsistentes; e 26,7%, por sua vez, não responderam ou não souberam responder. Os dados levaram Moisés (2010, p. 301) a concluir que a maioria dos brasileiros tem condição de definir democracia dentro dos parâmetros de liberdade e instituições.

Apesar do resultado da pesquisa feita por Moisés mostrar certa “sofisticação” em relação ao conceito de democracia para os brasileiros, ainda há, de forma geral, desinteresse pelos assuntos políticos. Isso não

ocorre somente no Brasil, e acabou por se tornar uma constatação praticamente universal. Nas palavras de Sartori (1994, p. 146),

é uma generalização seguramente redundante que a apatia ou despolitização é muito difundida, que o cidadão comum tem pouco interesse por política, que sua participação é mínima, quando não submínima e que, em muitos aspectos e casos, o público não tem opinião, e sim sentimentos desarticulados constituídos de humores e impulsos afetivos.

Esse panorama inicial traz a ideia do estágio democrático brasileiro sob várias perspectivas. Inicialmente, podemos verificar que a democracia em nosso país é resultado de um processo histórico bastante recente e conturbado, com diversas oscilações entre autoritarismo e democracia, ocorridas numa república relativamente jovem. Numa segunda perspectiva, apesar de ainda haver desinteresse nos assuntos políticos, os brasileiros, conforme constatado por Moisés, conseguem reconhecer a democracia e relacioná-la às instituições políticas. Além disso, ao conceituá-la por meio de pergunta aberta, eles formulam definições relativamente sofisticadas, o que demonstra certa proximidade com o tema. Numa terceira perspectiva, há o reconhecimento do Brasil como país com “alta” democracia num ranking construído pela medição de diversos fatores e instituições. Isso tudo traz uma perspectiva positiva em relação à democracia, sobretudo num panorama normativo.

2.2 A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE DEMOCRACIA

Como já mencionado, o principal objetivo desta dissertação foi mapear a produção acadêmica brasileira relacionada ao termo democracia. Devido à amplitude do tema e à quantidade de material relacionado, aplicamos diversos filtros na seleção dos artigos, com objetivo de separar somente aqueles pertinentes ao fim proposto.

A proposta foi pesquisar e analisar artigos acadêmicos publicados nos últimos dez anos no Brasil em revistas e periódicos científicos classificados com Qualis-CAPES A1e A2, nas áreas de sociologia e ciência política. Somente foram considerados artigos publicados em português, em periódicos brasileiros. Em síntese, *pesquisamos o que foi publicado no Brasil para os brasileiros, sobre o tema democracia, nos*

últimos dez anos e nos principais periódicos avaliados como A1 e A2 em sociologia e ciência política.

A opção pela seleção dos trabalhos publicados em periódicos com qualificação A1 e A2 deveu-se à importância dessas publicações nas áreas de análise. Tanto no âmbito da sociologia, como no da ciência política, os critérios (CAPES, s.d.) considerados para avaliação como A1 e A2 são altamente rigorosos, o que resulta em número reduzido de periódicos deste nível. Para nossa pesquisa, o material selecionado nesses critérios resultou em dados sofisticados e que representam certo grupo de “elite” de autores que escrevem sobre o tema.

Para ser classificado como A1, na área de sociologia, o periódico deve ser de “destacada qualidade” e superior nos critérios em relação ao nível A2, devendo também estar presente em, ao menos, dois indexadores exigidos para o extrato A2, além da plataforma *SciELO*. Em relação à área da ciência política, as exigências para o extrato A1 seguem a mesma linha de rigor: indexação à base *SCImago* (s.d.); os artigos devem ser 100% originais; ao menos 30% de publicações por ano com autores estrangeiros; o Conselho Editorial deve ser formado por autores internacionais renomados; alto fator de impacto; revisão por pares duplamente cegos; e pelo menos 85% de artigos de autores não vinculados à instituição que edita o periódico. Para classificação como A2, tanto em uma área quanto em outra, os critérios também são rigorosos, sendo que os trabalhos publicados nesses periódicos podem também ser considerados de alto nível.

Alguns dos periódicos têm avaliação como A1 ou A2 em ambas as áreas (sociologia e ciência política). É o caso, por exemplo, da revista *Opinião Pública*, que na área da ciência política é classificada como A1, e na sociologia como A2²⁴. Isso ocorre porque, apesar de a maior parte dos critérios na avaliação ser de caráter objetivo (porcentagem de publicações, indexação a determinadas plataformas, etc.), há critérios que permitem avaliação subjetiva, como, por exemplo, expressões do tipo “autores internacionais renomados”, ou periódico de “destacada qualidade”.

2.2.1 A coleta de dados

Para a coleta de dados, geramos, primeiramente, um extrato das revistas, obtido na *Plataforma Sucupira* (s.d.), com avaliação nas áreas

²⁴ Outro caso de avaliação diferenciada nas duas áreas é a revista *Lua Nova*, que obteve A1 em Sociologia e A2 em Ciência Política.

ciência política e sociologia²⁵. A partir desse extrato, selecionamos os periódicos brasileiros de interesse, inicialmente 19, representados no Quadro 1:

Quadro 1: Periódicos em português publicados no Brasil com extrato Qualis-CAPEs A1 e A2 em Sociologia e Ciência Política.

Qualis-CAPEs	ISSN	Título do Periódico
A1 Ciência Política	0011-5258	Dados (Rio de Janeiro. Impresso)
	0104-6276	Opinião Pública (UNICAMP. Impresso)
	0102-6909	Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)
	0034-7329	Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso)
A2 Ciência Política	0102-311X	Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso)
	0102-8529	Contexto Internacional (PUCRJ. Impresso)
	1806-9592	Estudos Avançados (Online)
	0102-6445	Lua Nova (Impresso)
	0034-7612	Revista de Administração Pública (Impresso)
	0101-3157	Revista de Economia Política (Impresso)
	0104-4478	Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)
A1 Sociologia	0103-4979	Caderno CRH (UFBA. Impresso)
	0104-8333	Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso)
	0011-5258	Dados (Rio de Janeiro. Impresso)
	0101-7330	Educação & Sociedade (Impresso)
	1678-4758	História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Online)
	1806-9983	Horizontes Antropológicos (Online)
	0102-6445	Lua Nova (Impresso)

²⁵ Importante salientar que a referida lista foi consultada inicialmente em outubro de 2014, sendo realizada nova consulta para atualização em maio de 2015.

	1678-4944	Mana (Rio de Janeiro. Online)
	0101-3300	Novos Estudos CEBRAP (Impresso)
	0102-4469	Perspectiva Teológica (Belo Horizonte)
	0102-6909	Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)
	0254-1106	Revista Crítica de Ciências Sociais
	0034-7701	Revista de Antropologia (USP. Impresso)
	0102-6992	Sociedade e Estado (UnB. Impresso)
	1517-4522	Sociologias (UFRGS. Impresso)
	0103-2070	Tempo Social (USP. Impresso)
A2 Sociologia	1414-753X	Ambiente & Sociedade (Campinas)
	0102-311X	Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso)
	1519-6089	Civitas: Revista de Ciências Sociais (Impresso)
	0104-4036	Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso)
	0104-6276	Opinião Pública (UNICAMP. Impresso)
	0102-7972	Psicologia: Reflexão e Crítica (UFRGS. Impresso)
	0100-8587	Religião & Sociedade (Impresso)
	0102-3098	Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso)
	1806-9347	Revista Brasileira de História (Online)
	1518-8787	Revista de Saúde Pública (Online)
	0104-4478	Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)
	0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)

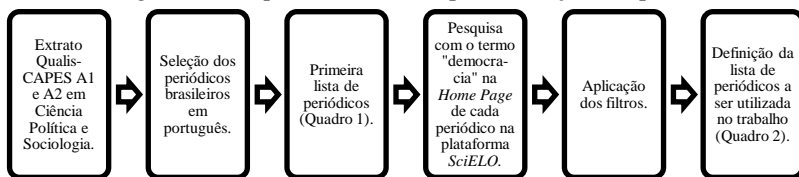
Fonte: desenvolvido pelo autor.

A partir dessa lista inicial de periódicos, selecionamos aqueles a serem utilizados no trabalho, sendo que o critério de seleção foi o retorno da pesquisa com o termo “democracia” em suas *Home Pages*, na

plataforma *SciELO* (s.d.)²⁶. Conforme os resultados, optamos pelo uso ou não do periódico no trabalho. A escolha, no entanto, não se deu por critérios subjetivos, mas pelo número de artigos encontrados com a pesquisa. Alguns deles não apresentaram qualquer resultado à pesquisa e, assim, foram descartados. Outros apresentaram resultados, mas os artigos não se enquadravam nos filtros aplicados, como, por exemplo, publicados antes de 2005 ou em outro idioma que não o português.

No caso de periódicos com avaliação diferenciada nas duas áreas (*Opinião Pública* e *Lua Nova*), levamos em consideração a área de melhor avaliação. Assim, conforme os exemplos citados, a revista *Opinião Pública* foi considerada para os resultados do trabalho em ciência política, com avaliação A1, e a *Lua Nova* em sociologia, também como A1. A sequência da seleção dos periódicos pode ser verificada no Fluxograma 3.

Fluxograma 3: Sequência e critérios para a seleção dos periódicos.



Fonte: desenvolvido pelo autor.

Após a pesquisa e seleção dos periódicos, obtivemos uma nova lista com 21 periódicos, apresentados no Quadro 2.

A partir desse ponto, iniciamos a coleta de artigos para a análise e, com os resultados obtidos na pesquisa, filtramos aqueles publicados entre 2005 e 2015. Observando um a um, selecionamos aqueles que continham o termo “democracia” no título ou palavras-chave. Foram desconsiderados os que possuíam o termo somente no corpo do resumo. Também desconsideramos as publicações em outro idioma que não o português. O Quadro 2, a seguir, apresenta a segunda etapa da filtragem dos periódicos utilizados no trabalho.

²⁶ Com exceção da revista *Civitas*, que não retornou à pesquisa na plataforma *SciELO*. Pesquisamos, então, diretamente na página da revista.

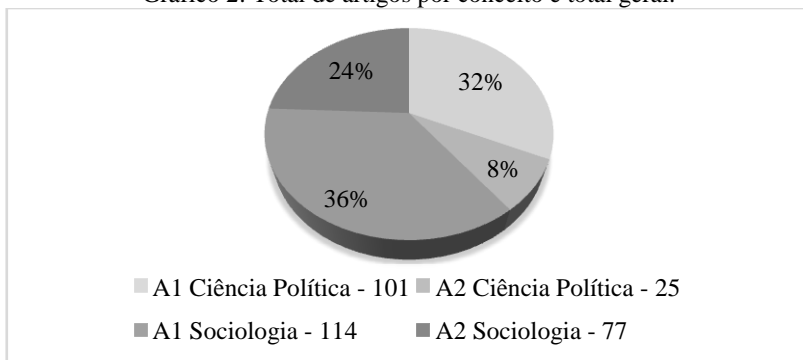
Quadro 2: Periódicos selecionados para o trabalho após pesquisa inicial e número de artigos inicialmente selecionados por periódicos.

Qualis- CAPES	ISSN	Título do Periódico	Artigos
A1 Ciência Política	0011-5258	Dados (Rio de Janeiro. Impresso)	16
	0104-6276	Opinião Pública (UNICAMP. Impresso)	50
	0102-6909	Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)	29
	0034-7329	Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso)	6
A2 Ciência Política	0102-8529	Contexto Internacional (PUCRJ. Impresso)	6
	0034-7612	Revista de Administração Pública (Impresso)	17
	0101-3157	Revista de Economia Política (Impresso)	2
A1 Sociologia	0103-4979	Caderno CRH (UFBA. Impresso)	11
	0104-8333	Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso)	2
	0101-7330	Educação & Sociedade (Impresso)	5
	0102-6445	Lua Nova (Impresso)	37
	0101-3300	Novos Estudos CEBRAP (Impresso)	19
	0102-6992	Sociedade e Estado (UnB. Impresso)	16
	1517-4522	Sociologias (UFRGS. Impresso)	24
A2 Sociologia	1414-753X	Ambiente & Sociedade (Campinas)	2
	1519-6089	Civitas: Revista de Ciências Sociais (Impresso)	17
	0104-4036	Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso)	4
	0102-3098	Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso)	1
	0104-4478	Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)	48
	0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)	5

Fonte: desenvolvido pelo autor.

Assim, dos 39 periódicos iniciais listados no Quadro 1 foram selecionados 20, dispostos no Quadro 2. Desses, obtivemos o total de 317 artigos, divididos por conceito, conforme Gráfico 2. Os 317 artigos foram selecionados dentre os 663 trabalhos que retornaram à pesquisa livre, inicial, com o termo “democracia”, e representam, portanto, 47,81% dos trabalhos, sem qualquer filtro, publicados pelos periódicos com o termo.

Gráfico 2: Total de artigos por conceito e total geral.



Fonte: desenvolvido pelo autor.

Já com os artigos selecionados, estabelecemos nova sequência de análise de cada um deles. Inicialmente, fizemos a leitura do título, resumo e palavras-chave, anotando o tema principal. Foi com base nessa leitura que desenvolvemos uma lista contendo todos os temas encontrados no decorrer da leitura dos artigos. Em alguns casos, quando julgamos insuficientes os dados constantes no título, resumo e palavras-chave, procedemos à leitura do capítulo introdutório para obter informações mais robustas e que representassem da melhor maneira possível o objetivo e o tema do artigo. Em seguida construímos uma lista (*Apêndice A – Coleta de dados principais*) com diversos campos a serem preenchidos, formando uma espécie de *checklist*, a qual preenchemos com os dados coletados dos artigos, numa segunda leitura do título, resumo e palavras-chave, de cada um deles.

O primeiro dado verificado sobre o artigo foi o ano de sua publicação, contido no período entre 2005 e 2015. Esse dado é importante para sabermos em quais períodos o tema foi mais debatido. No entanto, cabe uma ressalva: como o ano considerado corresponde à publicação e não à escrita do trabalho, não é possível a afirmação cabal de que foi naquele período exato que o tema esteve em destaque nas

discussões. Também vale observar que as revistas promovem “dossiês” contemplando determinados temas, o que estimula a publicação naquele período. Por exemplo, uma revista pode ter promovido um dossiê sobre “democracia participativa”, em 2004, mas nessa data os dados estariam fora do recorte temporal da pesquisa. Isso não significa a irrelevância dos dados coletados sobre o ano, mas a orientação sobre como observá-los. De qualquer forma, o ano de publicação reflete os períodos de interesse no debate sobre o tema e, por isso, foi considerado na apresentação dos dados.

A segunda informação que coletamos foram os nomes das instituições às quais os autores são vinculados. Não se trata de nacionalidade, mas de informações cedidas pelos próprios autores, nos artigos, das instituições em que cursam ou cursaram mestrado, doutorado, pós-doutorado ou qualquer outro vínculo institucional. Foi considerada a última instituição de titulação ou a instituição em que exercem o magistério ou pesquisa, no caso daqueles autores que são professores ou pesquisadores. Essa informação é interessante para sabermos o que a instituição revela em relação às publicações. As publicações sobre o tema são feitas por autores vinculados a instituições brasileiras ou estrangeiras? Qual a porcentagem?

O próximo passo consistiu na investigação sobre a abordagem do artigo, se teórica, empírica ou teórica/empírica. Essa classificação teve como parâmetro a abordagem predominante, considerando que cada trabalho, em certa medida, apresenta um viés com dupla abordagem, pois mesmo uma pesquisa classificada como empírica detém caráter teórico, e toda abordagem teórica se ancora em uma base empírica. No entanto, alguns casos mereceram a classificação de abordagem teórico-empírica, necessária para os que: 1) deixaram claro que se tratava de abordagem teórica sobre um caso empírico²⁷; e 2) não apresentavam delineamento suficiente entre uma ou outra abordagem que permitisse sua classificação. Na abordagem teórica, por sua vez, foram incluídos os trabalhos que tratavam de determinados autores e aqueles com relatos históricos.

O quarto item foi o campo de pesquisa do artigo. Esse item serviu, principalmente, para os trabalhos com abordagens empíricas ou

²⁷ Um exemplo de abordagem teórico-empírica é o artigo: *Processos de democracia direta: sim ou não? Os argumentos clássicos à luz da teoria e da prática* (RAUSCHENBACH, 2014). Neste trabalho há tanto a discussão teórica sobre argumentos contra e a favor da democracia direta como também a análise, de forma empírica, dos processos onde ela ocorreu.

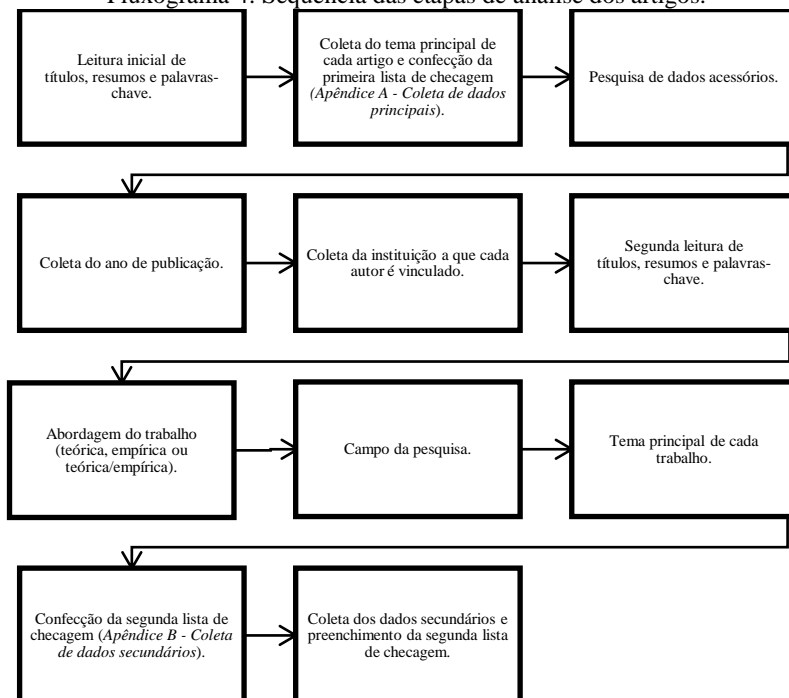
teórico-empírica. Para o caso das abordagens teóricas, houve a classificação neste item como “campo indefinido”. Quando o estudo se referia ao Brasil e, especificamente, sobre um ou mais estados ou municípios, estes foram mencionados e detalhados. No caso de estudo de caso, como, por exemplo, sobre o Orçamento Participativo de Porto Alegre, essa cidade foi considerada o campo de estudo, sendo incluído nos temas acessórios o Orçamento Participativo. Nesse caso hipotético ficaria assim: tema principal: participação; tema acessório: Orçamento Participativo; campo de estudo: Brasil – Porto Alegre – RS.

Em seguida, verificamos qual seria o tema principal do artigo: representação, participação, eleições, violência, empreendedorismo, política externa, etc. Foram criados alguns grupos para facilitar a exposição dos dados. Por exemplo, quando o autor debate a democracia direta, ou outra forma de democracia, seu trabalho foi classificado tendo como tema principal “formas de democracia”, e tema secundário a “democracia direta”. Quando o autor aborda a teoria deliberativa, por exemplo, é classificado como tema principal “teorias”, e “teoria deliberativa” como seu tema secundário. Outro caso de agrupamento que merece destaque foram as abordagens de determinados autores. Assim, o tema principal foi classificado como “autores” e o tema secundário o nome do autor, além de outros temas acessórios que estão vinculados no artigo àquele autor. Para ilustrar: o trabalho trata de algum autor (tema principal), especificamente sobre Habermas (tema secundário), e aborda a teoria deliberativa e instituições (temas acessórios). Vale observar que os dados sobre as formas de democracia e autores, além de comporem os gráficos de forma geral, estão representados nos gráficos 36 e 37, respectivamente.

Em seguida, criamos outra lista (*Apêndice B – Coleta de dados secundários*) contendo o tema principal e, então, observamos os temas acessórios. Cada tema principal apresentou um ou mais temas acessórios, sendo que dos 317 trabalhos, foram extraídos 171 temas diferentes e, com as repetições, 730 ocorrências.

A sequência contendo cada etapa de análise do material pode ser melhor compreendida no Fluxograma 4, a seguir.

Fluxograma 4: Sequência das etapas de análise dos artigos.



Fonte: desenvolvido pelo autor.

O percurso apresentado no Fluxograma 4 foi percorrido de forma isolada para cada grupo de classificação segundo o conceito Qualis-CAPES – A1 Ciência Política; A2 Ciência Política, A1 Sociologia; A2 Sociologia. Isso para podermos apresentar os dados separadamente, conforme o conceito, o que favorece a interpretação e compreensão do resultado.

2.3 EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Na análise do material coletado, constatamos que a produção brasileira sobre o tema está distribuída em vários interesses e segue linhas distintas. Os dados demonstram a variedade de contextos em que o termo “democracia” é empregado. A imprecisão conceitual do termo, conforme já discutimos, permite o seu emprego em diversas situações que nem sempre significam “governo do povo ou pelo povo”. Essa informação ficou suficientemente comprovada.

Para a apresentação dos dados, inicialmente iremos expô-los por conceito, de forma isolada, começando com A1 Ciência Política, seguido por A2 Ciência Política, A1 Sociologia e A2 Sociologia. Decidimos apresentar os dados separadamente, conforme o conceito, para que o leitor interessado somente em um ou mais conceitos possa verificá-los de forma isolada, podendo assim compará-los entre si. Em seguida, serão expostos os dados gerais compreendendo todos os conceitos. Em cada um desses tópicos, apresentaremos primeiramente o ano da publicação, seguido pela instituição a que o autor é vinculado, abordagem do artigo, campo principal de pesquisa e tema principal. Depois disso, serão apresentados os dados relacionados aos autores e formas de democracia. Por fim, os dados secundários dos artigos, ou seja, aqueles temas que aparecem em segundo plano.

2.3.1 Dados conforme conceito A1 em Ciência Política

Conforme exposto no Quadro 1, no item 2.2.1, quatro revistas foram classificadas no conceito A1 em Ciência Política: *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso); *Opinião Pública* (UNICAMP. Impresso); *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso); e *Revista Brasileira de Política Internacional* (Impresso). Foram, ao todo, 101 artigos analisados neste extrato. O Gráfico 3, a seguir, expõe de forma mais clara a participação de cada revista:

Gráfico 3: Participação de cada revista no conceito A1 em Ciência Política.



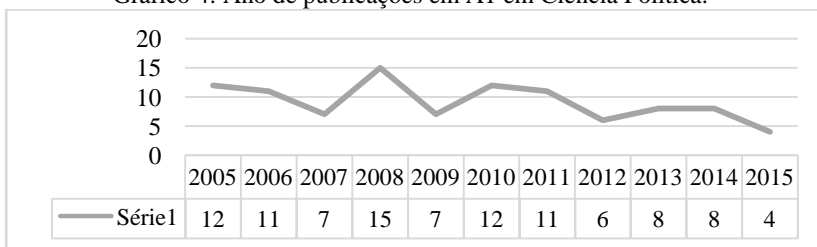
Fonte: desenvolvido pelo autor.

Conforme esse gráfico, a maior participação é a da revista *Opinião Pública*, que mais retornou à pesquisa com o termo “democracia”, conforme critérios já expostos, não só no extrato A1 em Ciência Política, como também em todos os extratos, com 50 artigos. A revista, desenvolvida na Universidade Estadual de Campinas, publica artigos sobre comportamento político, opinião pública, representação e estudo de mídia (OPINIÃO PÚBLICA, s.d.). Em segundo lugar ficou a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (s.d.), caracterizada pela ampla diversidade temática, conceitual e disciplinar, com um total de 29 artigos. A revista *Dados* (s.d.), que é uma das mais antigas na área de Ciências Sociais do Brasil (publica artigos desde 1966), apresentou 26 artigos. Por fim, a *Revista Brasileira de Política Internacional* (s.d.), com publicações sobre “Política Internacional e Comparada, Análise de Política Externa, Direito Internacional, História das Relações Internacionais e da Política Exterior e Economia Política Internacional”, com 6 artigos.

2.3.1.1 Ano de Publicação

O ápice de publicações no conceito A1 em Ciência Política entre 2005 e 2015 com o termo democracia foi em 2008, com 15 artigos. Em 2009 houve queda para 7, e o ano com menos publicações foi o de 2015, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4: Ano de publicações em A1 em Ciência Política.



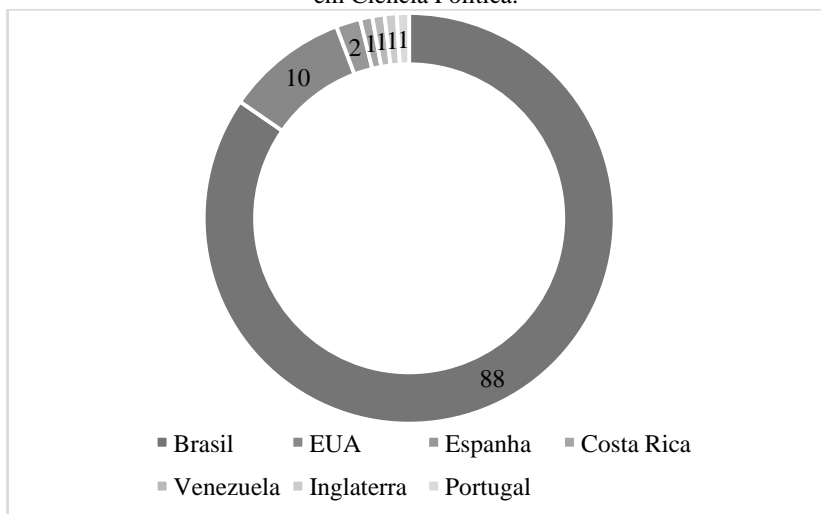
Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.1.2 Instituições

A maioria dos autores é vinculada a instituições brasileiras. Houve também incidência relevante de autores vinculados a instituições dos Estados Unidos, com 10 trabalhos, seguido da Espanha, com 2 trabalhos, Costa Rica, Venezuela, Inglaterra e Portugal, todos com 1

artigo cada (Gráfico 5). Dos 10 trabalhos de autores vinculados a instituições dos Estados Unidos, 9 foram publicados pela revista *Opinião Pública*.

Gráfico 5: Nacionalidades das instituições a que os autores são vinculados – A1 em Ciência Política.

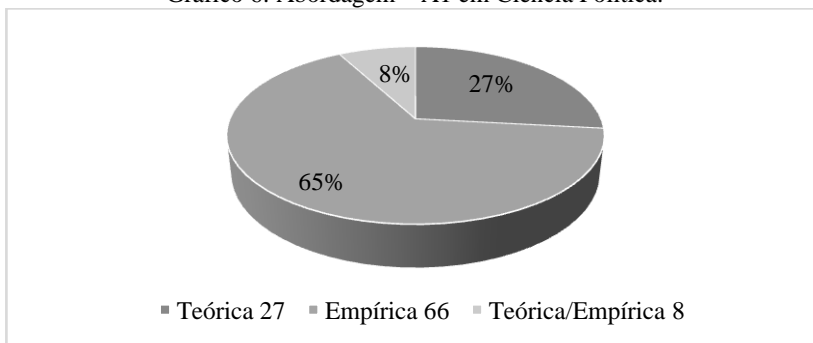


Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.1.3 Abordagem

A abordagem empírica foi predominante no conceito, seguida pela teórica e teórica/empírica. Interessante constatar que, dos 66 trabalhos empíricos, 40 foram contribuição da revista *Opinião Pública*. Os artigos publicados nesse periódico são predominantemente empíricos, com 80% dos trabalhos dessa natureza. O conceito A1 em Ciência Política apresenta maioria de trabalhos (65%) com abordagem empírica (Gráfico 6).

Gráfico 6: Abordagem – A1 em Ciência Política.

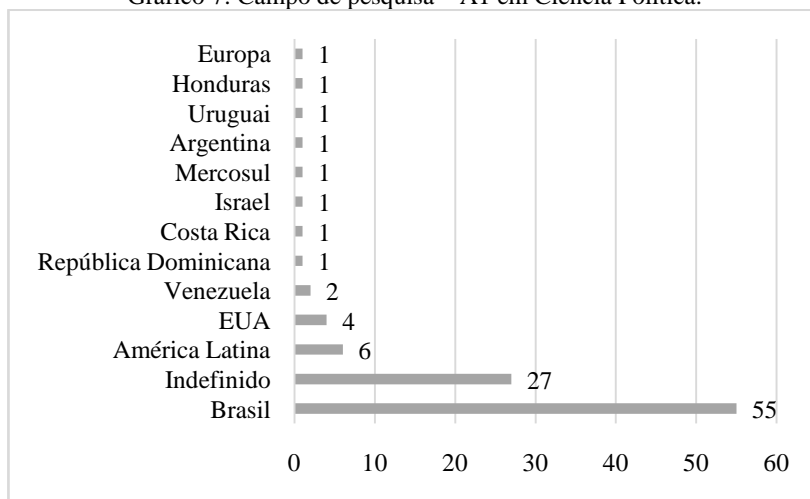


Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.1.4 Campo de pesquisa

O campo de pesquisa predominante foi o Brasil, com 55 artigos. Os campos indefinidos foram 27. Houve também publicações relacionadas a outros países e continentes, no total de 20, tendo maior relevância os trabalhos relativos à América Latina, com 6 ocorrências (Gráfico 7).

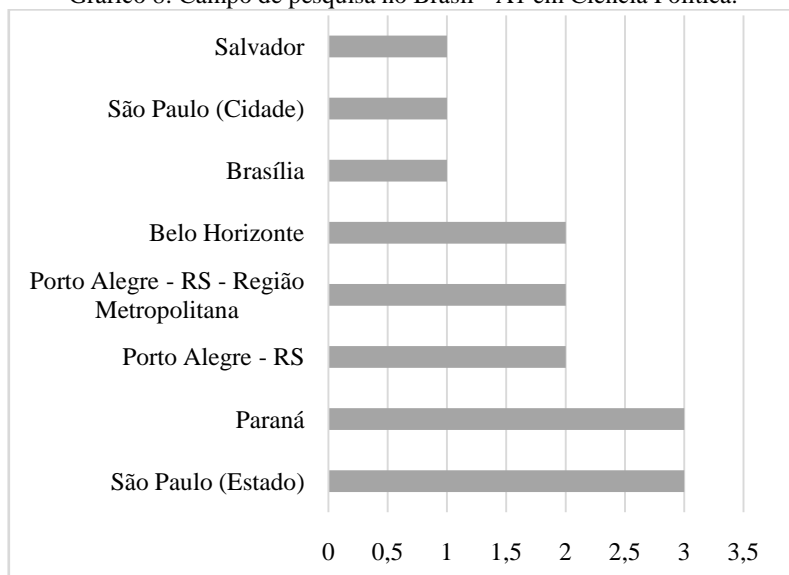
Gráfico 7: Campo de pesquisa – A1 em Ciência Política.



Fonte: desenvolvido pelo autor.

Em alguns casos nos quais o campo de pesquisa trata-se do Brasil, foram identificadas localidades específicas de pesquisa, estados ou municípios. Os estados de São Paulo e Paraná foram os que mais apareceram, com 3 casos cada:

Gráfico 8: Campo de pesquisa no Brasil - A1 em Ciência Política.

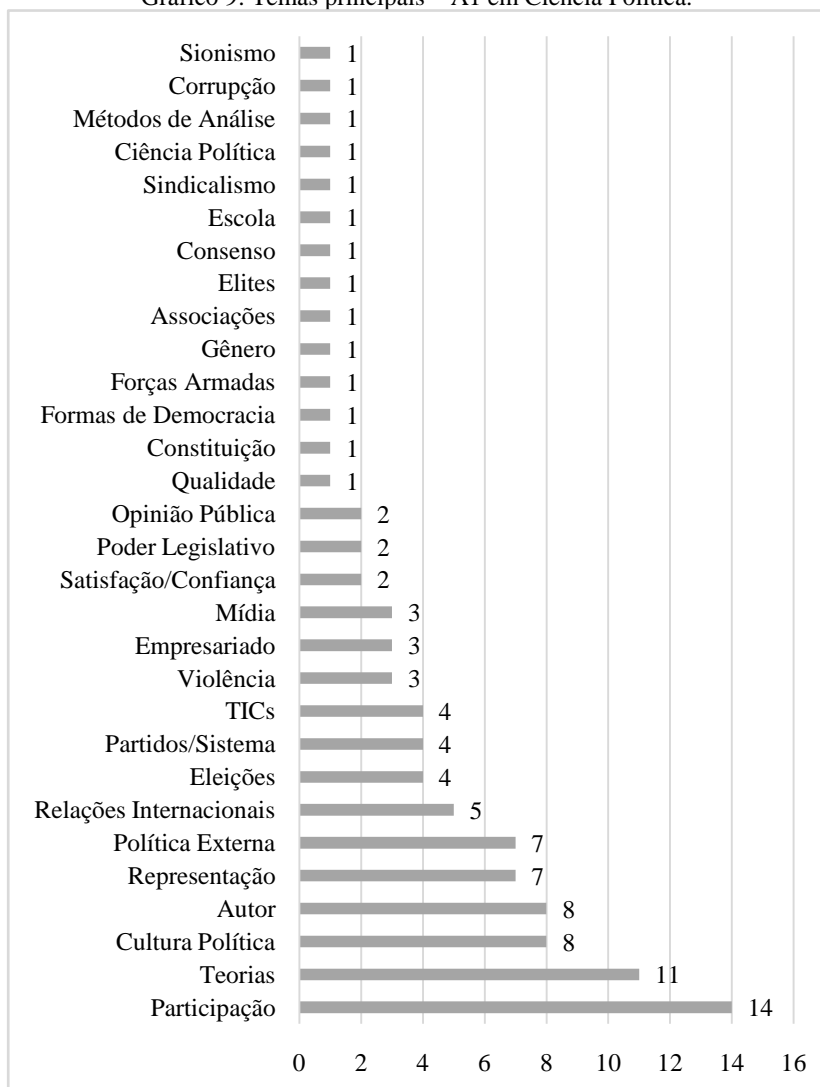


Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.1.5 Tema principal dos artigos

Os temas principais dos artigos no extrato A1 em Ciência Política estão representados no Gráfico 9, a seguir. Os 101 artigos do conceito se dividiram em 30 temas distintos.

Gráfico 9: Temas principais – A1 em Ciência Política.



Fonte: desenvolvido pelo autor.

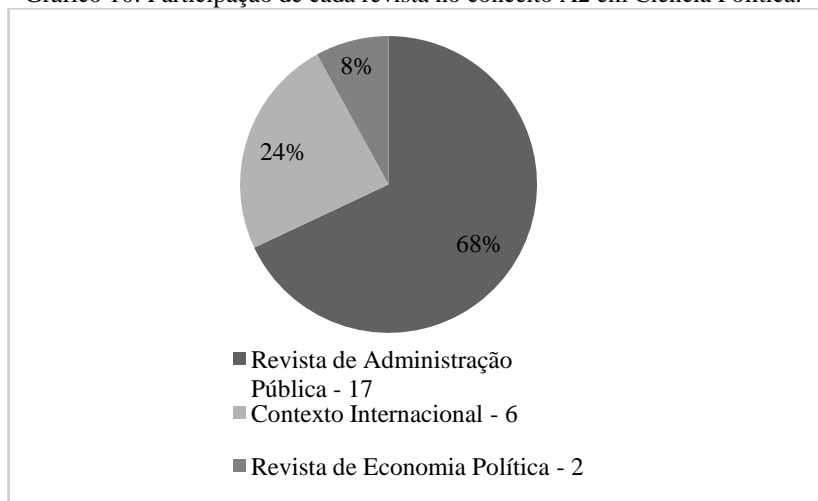
O tema mais recorrente foi a “participação”, com 14 ocorrências, seguido por “teorias”, “cultura política” e “autor”. A revista *Opinião Pública* contribuiu com 11 dos 14 trabalhos sobre “participação”. Além

desse tema, há também bastante interesse por “teorias” (11 casos). Houve empate nas ocorrências de “cultura política” e “autor”. Em “representação”, dos 7 casos, 6 foram publicados na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Dos 5 trabalhos sobre “relações internacionais”, 4 são oriundos da *Revista Brasileira de Política Internacional*.

2.3.2 Dados conforme conceito A2 em Ciência Política

No extrato Qualis-CAPES A2 em Ciência Política (Gráfico 10), o total foi de três revistas, inteirando vinte e cinco artigos analisados. São elas: *Revista de Administração Pública* (Impresso), *Contexto Internacional* (PUCRJ. Impresso) e *Revista de Economia Política* (Impresso).

Gráfico 10: Participação de cada revista no conceito A2 em Ciência Política.



Fonte: desenvolvido pelo autor.

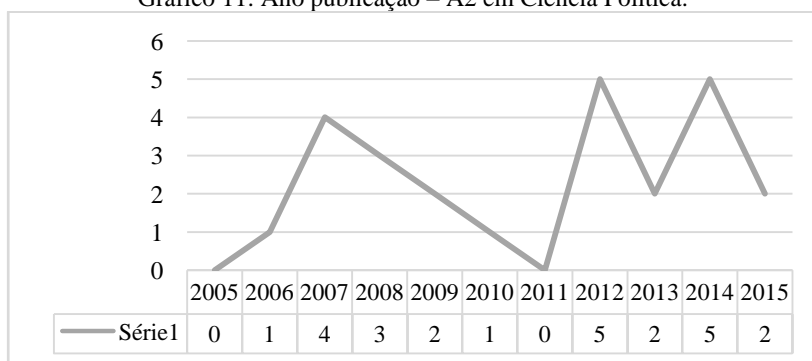
Do total de 25 artigos, a maior contribuição foi a da *Revista de Administração Pública* (s.d.), com 17 artigos. Esse periódico está voltado a temas relacionados à ação pública, dentre eles: Administração e Desenvolvimento; Administração Pública; Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas; Estudos Organizacionais; Gestão Social; Movimentos Sociais; Política Pública. Em seguida, com 6 artigos analisados, a revista *Contexto Internacional* (s.d.), quetem como foco a publicação de trabalhos que exploram as Relações Internacionais. Por

fim, com 2 artigos analisados, aparece a *Revista de Economia Política* (s.d.), com publicações voltadas à economia do desenvolvimento e à macroeconomia.

2.3.2.1 Ano de Publicação

Os anos com maior número de publicações sobre o tema pesquisado foram 2014 (5 casos), 2012 (5 casos), e 2007 (4 casos). Em 2005 e 2011 não houve publicação sobre o tema conforme critérios de pesquisa, como demonstra o Gráfico 11.

Gráfico 11: Ano publicação – A2 em Ciência Política.



Fonte: desenvolvido pelo autor.

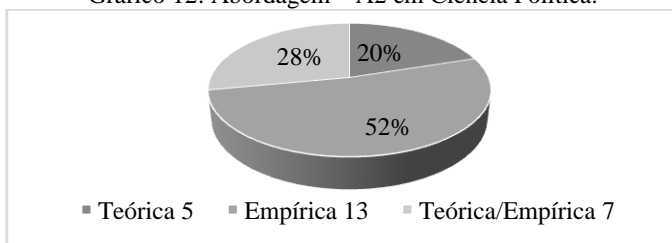
2.3.2.2 Instituições

Nos 25 trabalhos analisados no conceito A2 em Ciência Política, todos os autores são vinculados a instituições brasileiras.

2.3.2.3 Abordagem

A abordagem predominante foi a empírica, com 13 casos (Gráfico 12).

Gráfico 12: Abordagem – A2 em Ciência Política.



Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.2.4 Campo de pesquisa

O campo de pesquisa predominante foi o Brasil, com 17 dos 25 trabalhos (Gráfico 13).

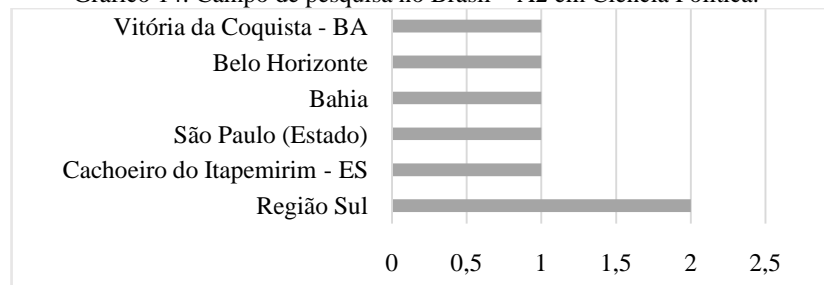
Gráfico 13: Campo de pesquisa – A2 em Ciência Política.



Fonte: desenvolvido pelo autor.

O Gráfico 14, a seguir, representa as cidades, estados e regiões de pesquisa no Brasil.

Gráfico 14: Campo de pesquisa no Brasil – A2 em Ciência Política.

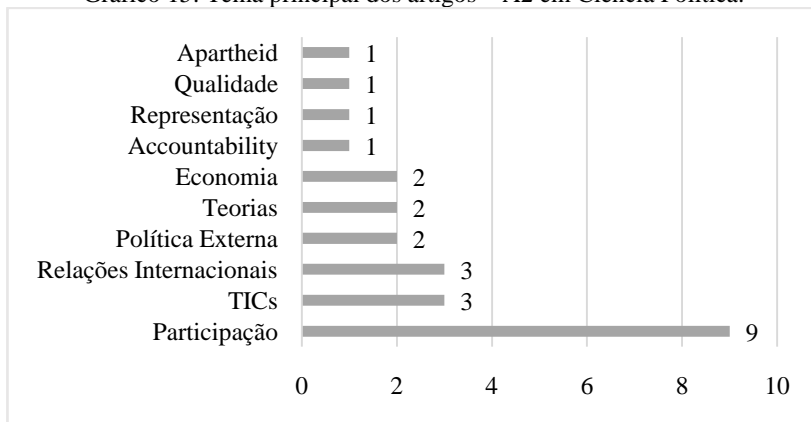


Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.2.5 Tema principal dos artigos

A exemplo do extrato A1 em Ciência Política, os temas do conceito A2 foram diversificados. Os 25 artigos ficaram divididos em 10 temas. A *Revista de Administração Pública* publicou os 9 artigos relacionados à “participação” (Gráfico 15).

Gráfico 15: Tema principal dos artigos – A2 em Ciência Política.

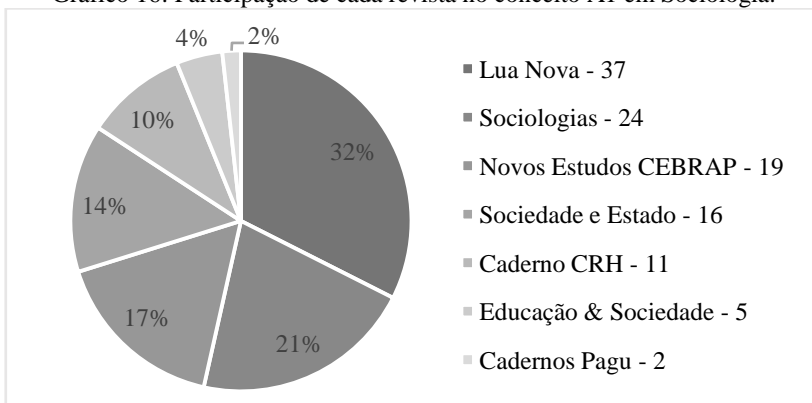


Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.3 Dados conforme conceito A1 em Sociologia

Foram 114 artigos analisados no conceito A1 em Sociologia, divididos em sete revistas: *Lua Nova* (Impresso); *Sociologias* (UFRGS. Impresso); *Novos Estudos CEBRAP* (Impresso); *Sociedade e Estado* (UnB. Impresso); *Caderno CRH* (UFBA. Impresso); *Educação & Sociedade* (Impresso); e *Cadernos Pagu* (UNICAMP. Impresso). Conforme o Gráfico 16, cada um desses periódicos teve a seguinte participação:

Gráfico 16: Participação de cada revista no conceito A1 em Sociologia.



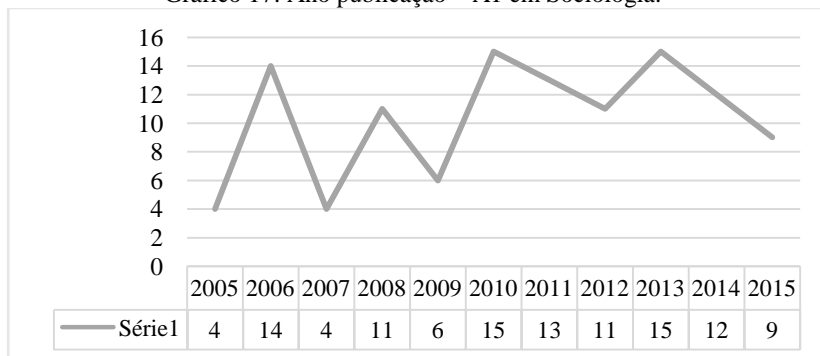
Fonte: desenvolvido pelo autor.

A revista que apresentou o maior número de artigos no extrato A1 em Sociologia foi a *Lua Nova*, com 37 artigos. Fundada em 1984, a revista publica artigos sobre democracia, cidadania e direitos. Foca na análise de políticas públicas e incentiva a publicação de autores jovens e iniciantes (LUA NOVA, s.d.). Em segundo lugar, com 24 artigos, apresenta-se a revista *Sociologias* (s.d.) que, por uma orientação pluralista, “busca ampliar os espaços para expressão das diversas correntes existentes no campo das ciências sociais, colocando em debate temas e abordagens que constituem a sociologia”, além de ceder espaço para áreas como literatura, informática, economia e outras que apresentem interação com a sociologia. Em seguida, com 19 artigos, aparece a revista *Novos Estudos Cebrap* (s.d.), com publicações científicas originais nas áreas de Antropologia, Sociologia, Política, e Humanas. A revista *Sociedade e Estado* (s.d.), por sua vez, com 16 artigos, volta-se a trabalhos científicos originais da área de Ciências Sociais. Na sequência, com 11 artigos, temos o *Caderno CRH* (s.d.), que publica textos inéditos de reconhecido interesse acadêmico e atualidade das ciências sociais, na forma de artigos, ensaios bibliográficos e resenhas críticas de livros recém-publicados. Com 5 trabalhos, apresenta-se a revista *Educação e Sociedade* (s.d.), que publica artigos e resenhas na área de Ciência da Educação. Por fim, os *Cadernos Pagu* (s.d.), voltados à publicação de trabalhos sobre gênero.

2.3.3.1 Ano de Publicação

Os anos com maior número de publicações foram 2010 e 2013, seguidos por 2006 (Gráfico 17).

Gráfico 17: Ano publicação – A1 em Sociologia.

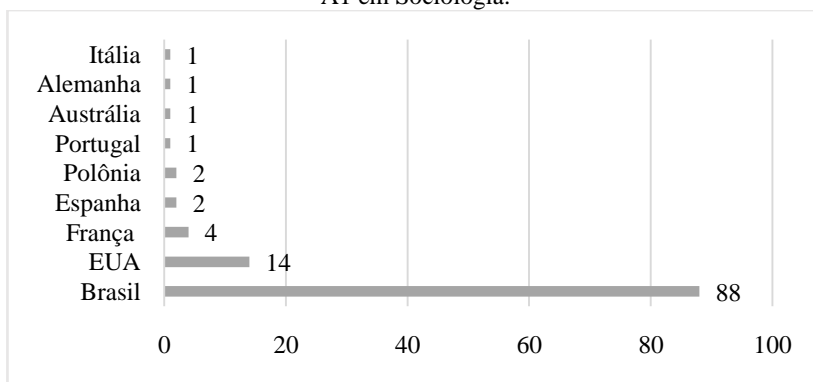


Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.3.2 Instituições

Seguindo os dados dos extratos anteriores, autores vinculados a instituições brasileiras são maioria (Gráfico 18). Dos 14 casos de instituições dos Estados Unidos, 7 foram publicados na revista *Lua Nova*.

Gráfico 18: Nacionalidades das instituições a que os autores são vinculados – A1 em Sociologia.

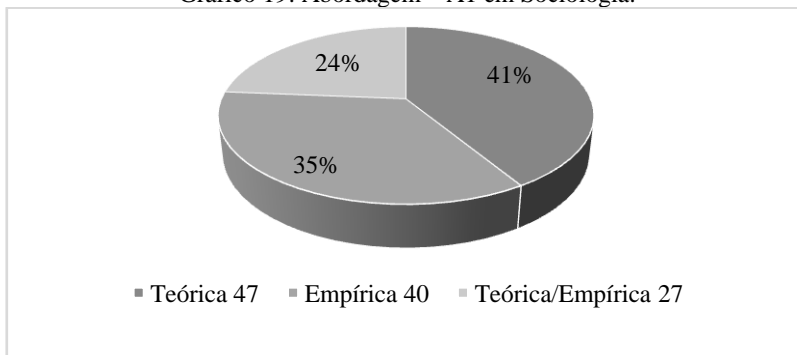


Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.3.3 Abordagem

Os estilos de abordagem ficaram distribuídos de maneira equilibrada. A maior parte das ocorrências (27), entretanto, são da abordagem empírica, com 41% (Gráfico 19).

Gráfico 19: Abordagem – A1 em Sociologia.

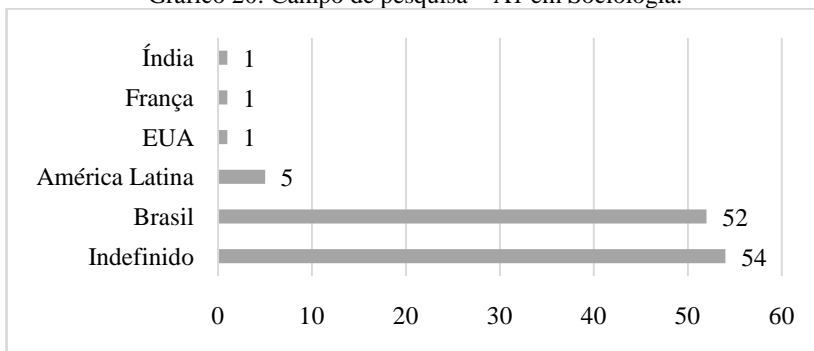


Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.3.4 Campo de pesquisa

A maioria dos dados em relação ao campo de pesquisa foi indefinida. A lógica seguiu o alto número de casos de estudos teóricos no conceito, conforme Gráfico 20:

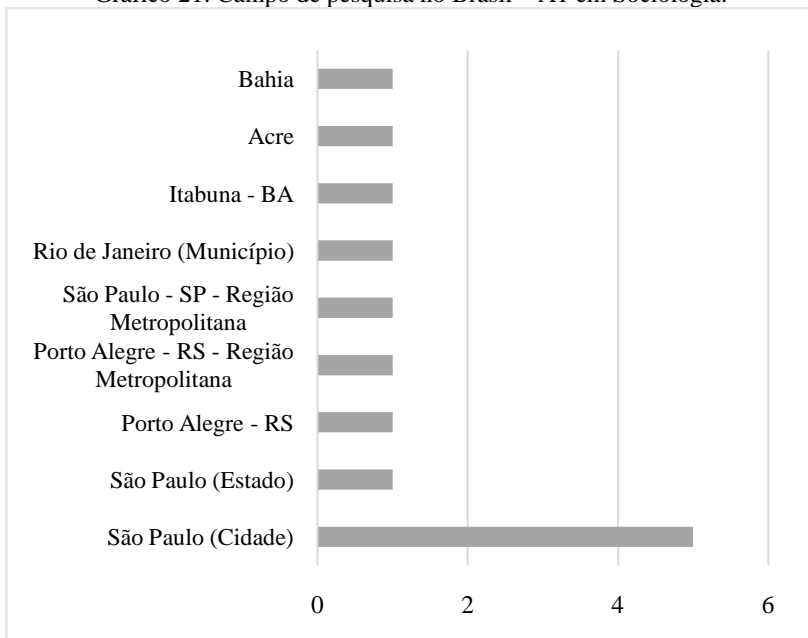
Gráfico 20: Campo de pesquisa – A1 em Sociologia.



Fonte: desenvolvido pelo autor.

Os dados sobre o Brasil, quando possível a identificação das regiões, ficaram distribuídos da seguinte forma (Gráfico 21):

Gráfico 21: Campo de pesquisa no Brasil – A1 em Sociologia.

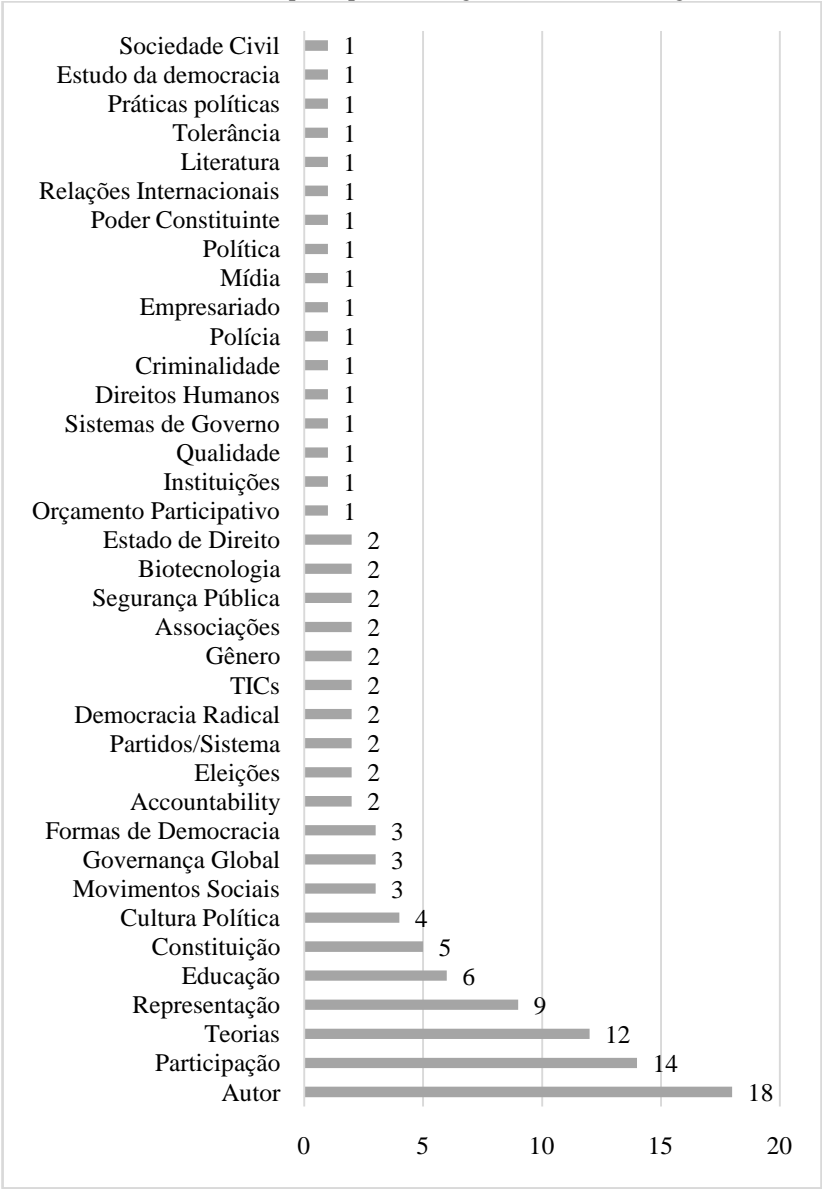


Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.3.5 Tema principal dos artigos

Os 114 artigos do conceito A1 em Sociologia ficaram distribuídos em 37 temas principais. Pode-se constatar certa variedade, conforme o Gráfico 22, desde autores (18 casos) até biotecnologia (2 casos).

Gráfico 22: Tema principal dos artigos – A1 em Sociologia.



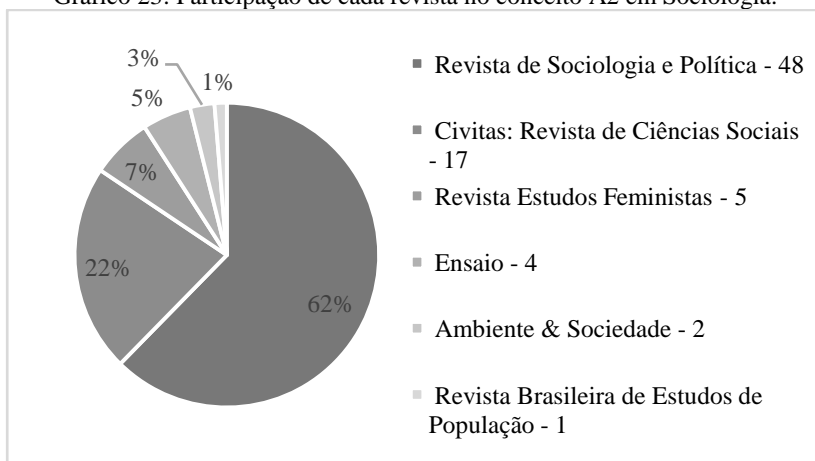
Fonte: desenvolvido pelo autor.

A maioria foi relacionada ao estudo de autores, que serão expostos em gráfico separado mais adiante (Gráfico 37). Foram 18 casos, sendo que a revista *Lua Nova* contribuiu com a metade deles, ou seja, 9. A “participação” ficou em segundo lugar, com 14 casos. O periódico com mais casos (5) de “participação” foi a revista *Sociologias*. Dos 9 casos com o tema principal “representação”, a revista *Lua nova* publicou 6.

2.3.4 Dados conforme conceito A2 em Sociologia

No extrato A2 em Sociologia foram analisados 77 artigos, num total de 6 revistas, sendo elas: *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso); *Civitas: Revista de Ciências Sociais* (Impresso); *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Impresso); *Ensaio* (Fundação Cesgranrio. Impresso); *Ambiente & Sociedade* (Campinas); e *Revista Brasileira de Estudos de População* (Impresso).

Gráfico 23: Participação de cada revista no conceito A2 em Sociologia.



Fonte: desenvolvido pelo autor.

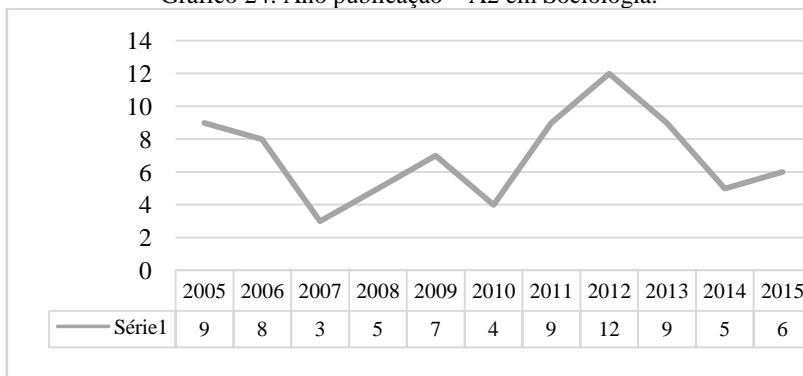
Conforme apresentado no Gráfico 23, a *Revista de Sociologia e Política* (s.d.), com 48 artigos, foi a que apresentou o maior número de trabalhos analisados no conceito A2 em Sociologia. A revista é publicada trimestralmente pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná e prioriza trabalhos sobre a “prática política de agentes

sociais”. A revista *Civitas* (s.d.), por sua vez, voltada à publicação de temas relacionados às Ciências Sociais, apresentou 17 artigos. Em terceiro lugar, com 5 ocorrências, encontra-se a *Revista Estudos Feministas* (s.d.), que tem por objetivo, conforme informações do site, divulgar a produção de conhecimento “no campo dos estudos feministas e de gênero”, buscando subsidiar os debates teóricos nessa área, “bem como instrumentos analíticos que possam contribuir às práticas dos movimentos de mulheres”. Em seguida, temos a revista *Ensaio* (s.d.), voltada às Ciências Humanas, especialmente à educação, com 4 artigos. Em penúltimo lugar em número de artigos analisados (2), a revista *Ambiente & Sociedade* (s.d.) tem foco interdisciplinar e dá ênfase a publicações relacionadas ao tema que nomeia a revista. Por fim, com apenas 1 artigo, a *Revista Brasileira de Estudos de População* (s.d.), único periódico de âmbito nacional voltado exclusivamente para assuntos populacionais.

2.3.4.1 Ano de Publicação

O ano com o maior número de publicações conforme critérios da pesquisa foi 2012, com 12 trabalhos (Gráfico 24).

Gráfico 24: Ano publicação – A2 em Sociologia.

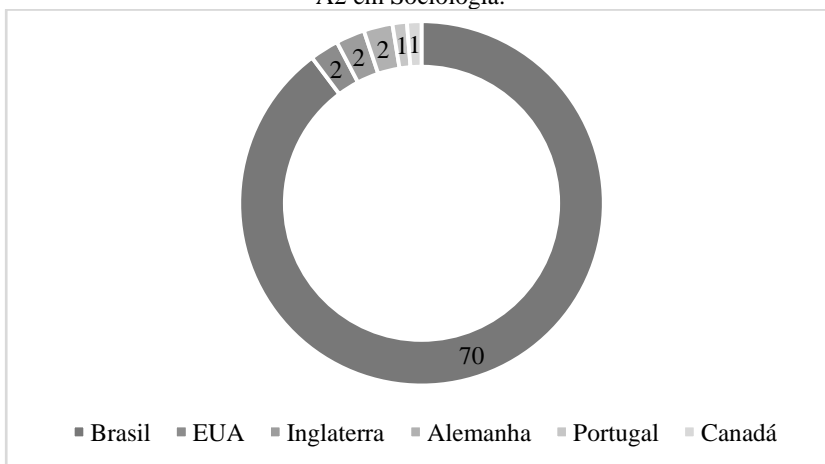


Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.4.2 Instituição

Dos 77 trabalhos analisados, 70 apresentaram autores vinculados a instituições brasileiras (Gráfico 25).

Gráfico 25: Nacionalidades das instituições a que os autores são vinculados – A2 em Sociologia.

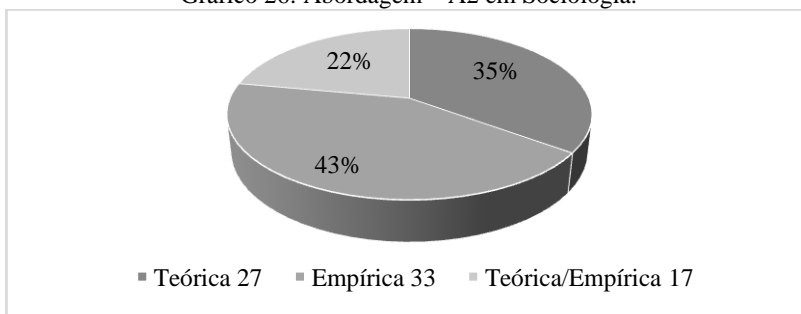


Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.4.3 Abordagem

A abordagem predominante foi a empírica, com 33 trabalhos, correspondendo a 43% do total. Em 27 trabalhos a abordagem foi teórica e em 17 foi teórica/empírica (Gráfico 26).

Gráfico 26: Abordagem – A2 em Sociologia.

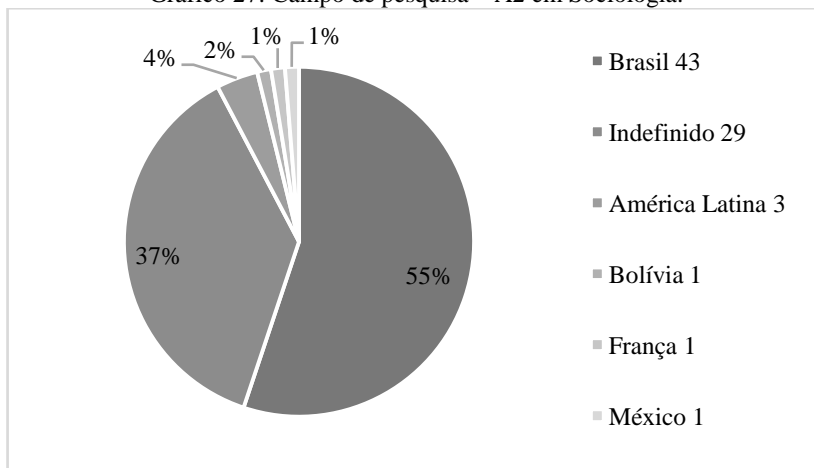


Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.4.4 Campo de pesquisa

O campo de pesquisa predominante foi o Brasil, com 55% dos trabalhos. Houve quantidade razoável com campo indefinido, 37% ao todo (Gráfico 27).

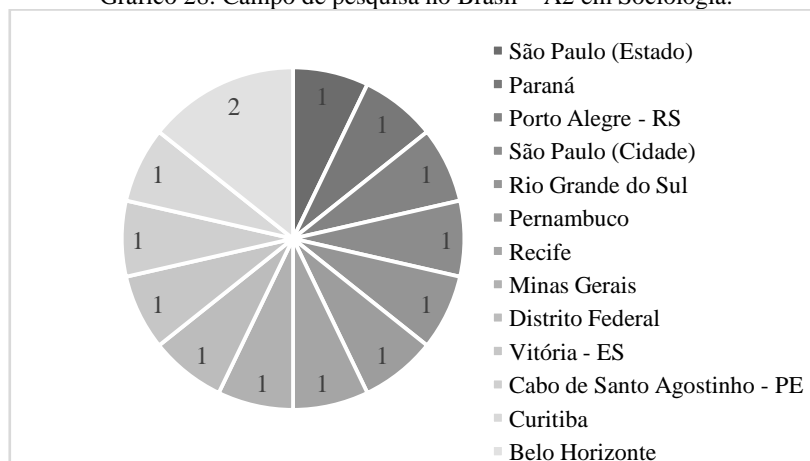
Gráfico 27: Campo de pesquisa – A2 em Sociologia.



Fonte: desenvolvido pelo autor.

Foram 14 trabalhos com campos identificados no Brasil, variados entre diversas cidades e estados (Gráfico 28).

Gráfico 28: Campo de pesquisa no Brasil – A2 em Sociologia.

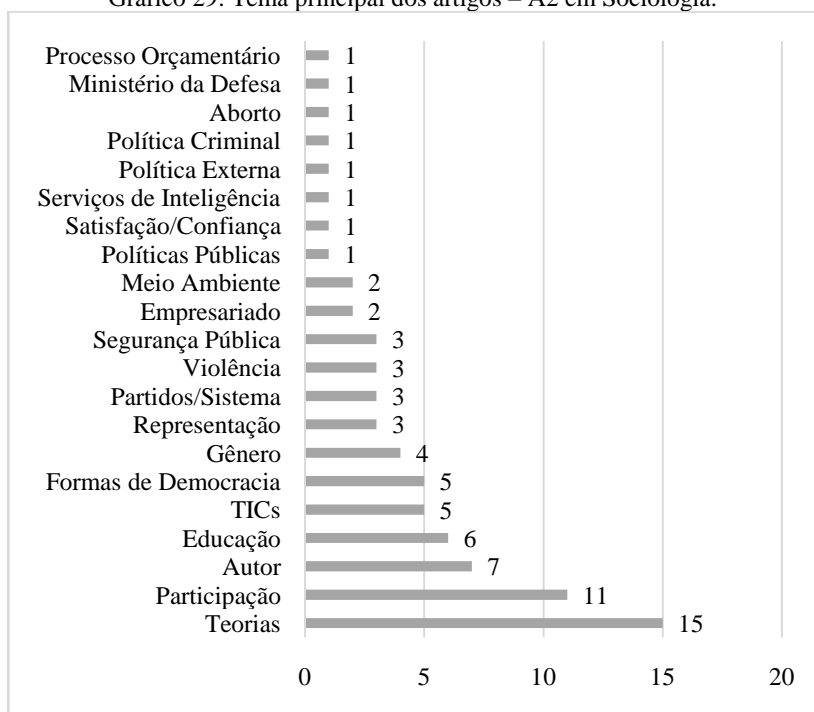


Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.4.5 Tema principal dos artigos

Os temas principais foram variados, sendo que os 77 trabalhos se dividiram em 21 temas (Gráfico 29). “Teorias” foi o tema predominante, com 15 ocorrências. “Participação” apareceu com 11 resultados, seguida por “autor” (7 trabalhos) e “educação” (6 trabalhos). O resultado expressivo sobre o tema “educação” é devido à revista *Ensaio*, que publica textos nessa área.

Gráfico 29: Tema principal dos artigos – A2 em Sociologia.



Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.5 Dados Gerais

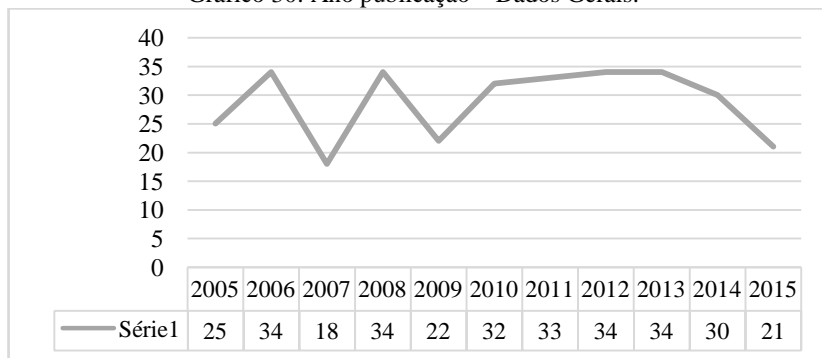
A seguir, serão apresentados os dados gerais dos artigos analisados. Eles traduzem o somatório de todos os dados por conceito expostos anteriormente. Nesse capítulo há basicamente a exposição dos

dados com algumas explicações, sendo reservado o capítulo 2.3.7 para análise e comentários.

2.3.5.1 Ano de Publicação

Os dados gerais sobre o ano de publicação revelam a distribuição uniforme durante a maior parte do período. Nos anos de 2007, 2009 e 2015 houve queda nas publicações sobre o tema, que teve seu auge, com 34 publicações, nos anos de 2008, 2012 e 2013 (Gráfico 30).

Gráfico 30: Ano publicação – Dados Gerais.

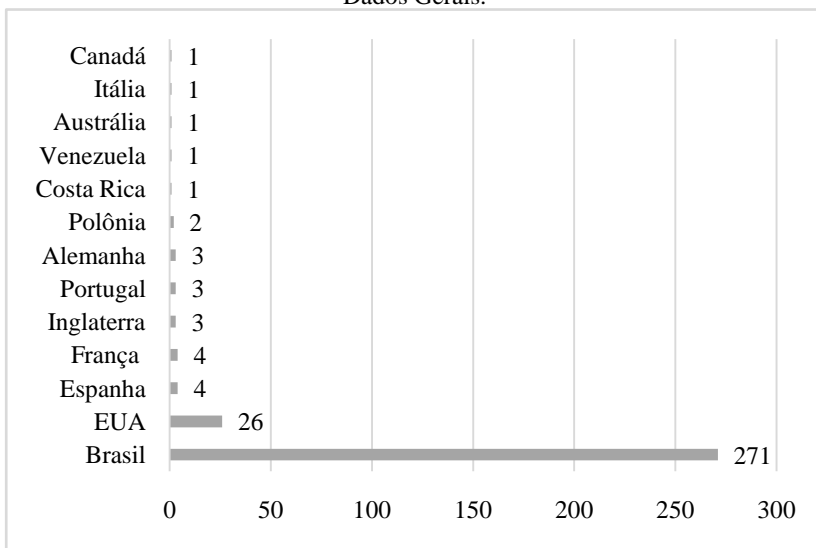


Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.5.2 Instituição

Conforme se apresenta no Gráfico 31, a maioria dos autores que publicou no período é vinculada a instituições brasileiras. Evidentemente, o filtro de seleção sobre o idioma de publicação favoreceu o resultado, que apontou 85% dos trabalhos publicados por autores vinculados a essas instituições. Interessante notar que 8% são de autores vinculados a instituições dos Estados Unidos, e o restante (7%), ficou dividido em outros 11 países.

Gráfico 31: Nacionalidades das instituições a que os autores são vinculados – Dados Gerais.

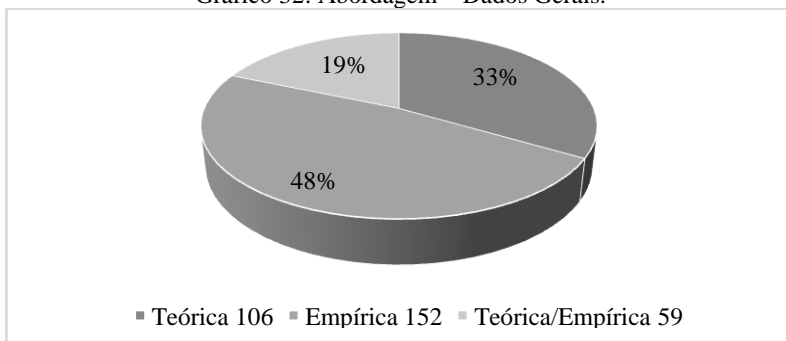


Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.5.3 Abordagem

A abordagem empírica foi predominante no período, com 152 trabalhos, representando 48% do total. Em segundo lugar ficou a abordagem teórica, com 106 trabalhos, seguido pela abordagem teórica/empírica, com 59 (Gráfico 32).

Gráfico 32: Abordagem – Dados Gerais.

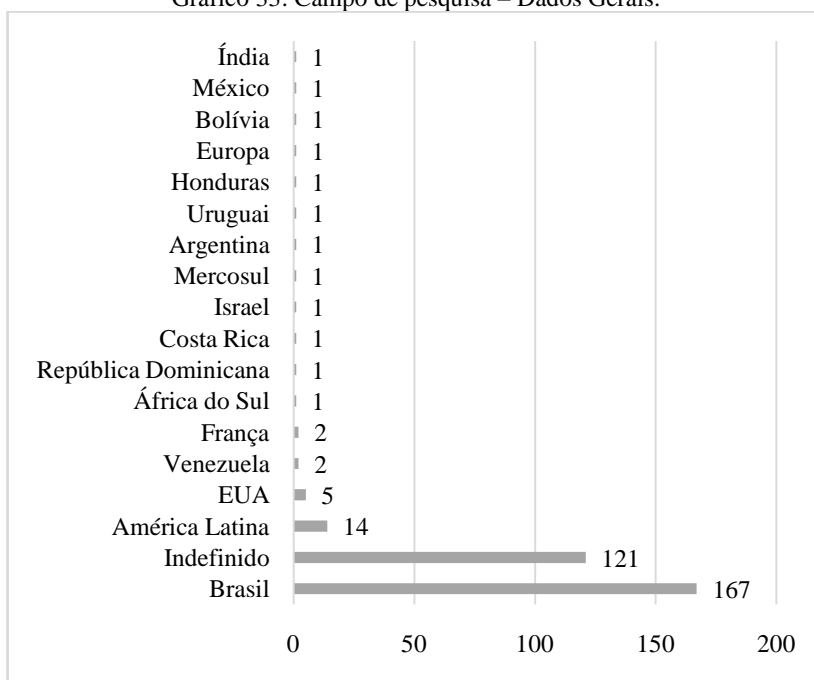


Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.5.4 Campo de pesquisa

Com 52%, a maioria dos trabalhos tem como campo de pesquisa o Brasil, totalizando 167 ocorrências. Em 121 trabalhos, que representaram 37% do total, não foi possível a identificação do campo de pesquisa. Isso porque em muitos deles a abordagem foi teórica, e por isso não há delimitação clara sobre o campo de análise. Quatorze trabalhos versaram sobre América Latina. Os demais (totalizando 21) abordaram diversos países, conforme se verifica no Gráfico 33.

Gráfico 33: Campo de pesquisa – Dados Gerais.



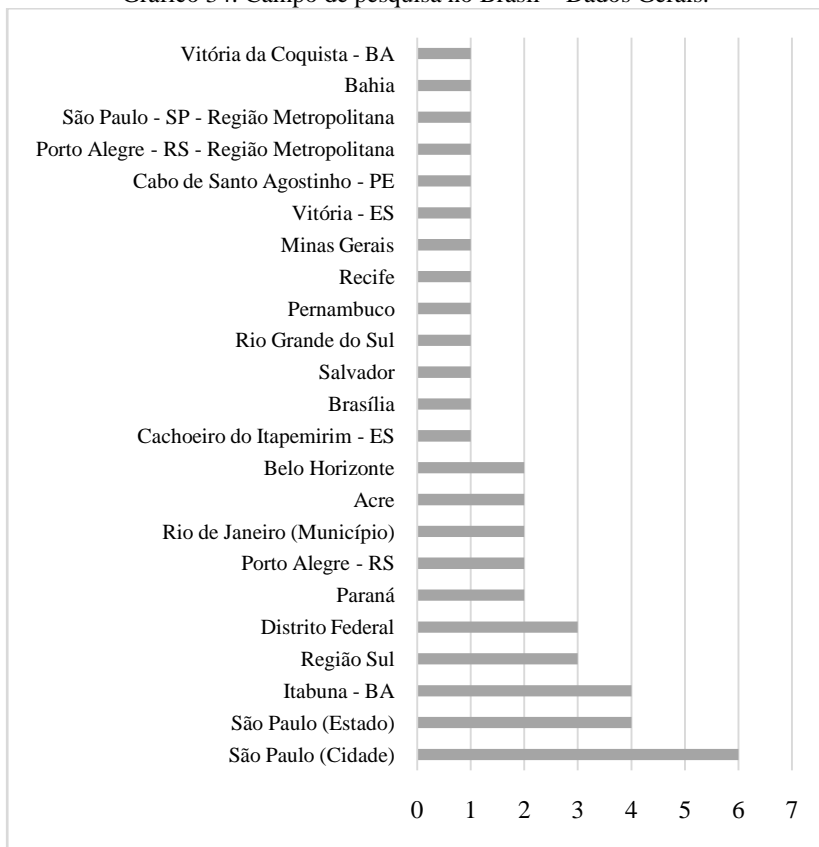
Fonte: desenvolvido pelo autor.

Mais uma vez, os filtros da pesquisa favoreceram o resultado. Trabalhos em português, publicados no Brasil, tendem a apresentar maior número sobre o estudo e abordagem de experiências brasileiras. Mas, mesmo com esses filtros, 35 trabalhos foram sobre outros países.

Nos campos de pesquisa sobre o Brasil foram identificados diversos lugares específicos, divididos entre cidades, estados e regiões. Esses dados revelam duas informações: a primeira é que os campos de

pesquisa dentro do Brasil são variados e abrangem todo o país; a segunda é que São Paulo teve o maior número de casos, com 6 no total (Gráfico 34).

Gráfico 34: Campo de pesquisa no Brasil – Dados Gerais.



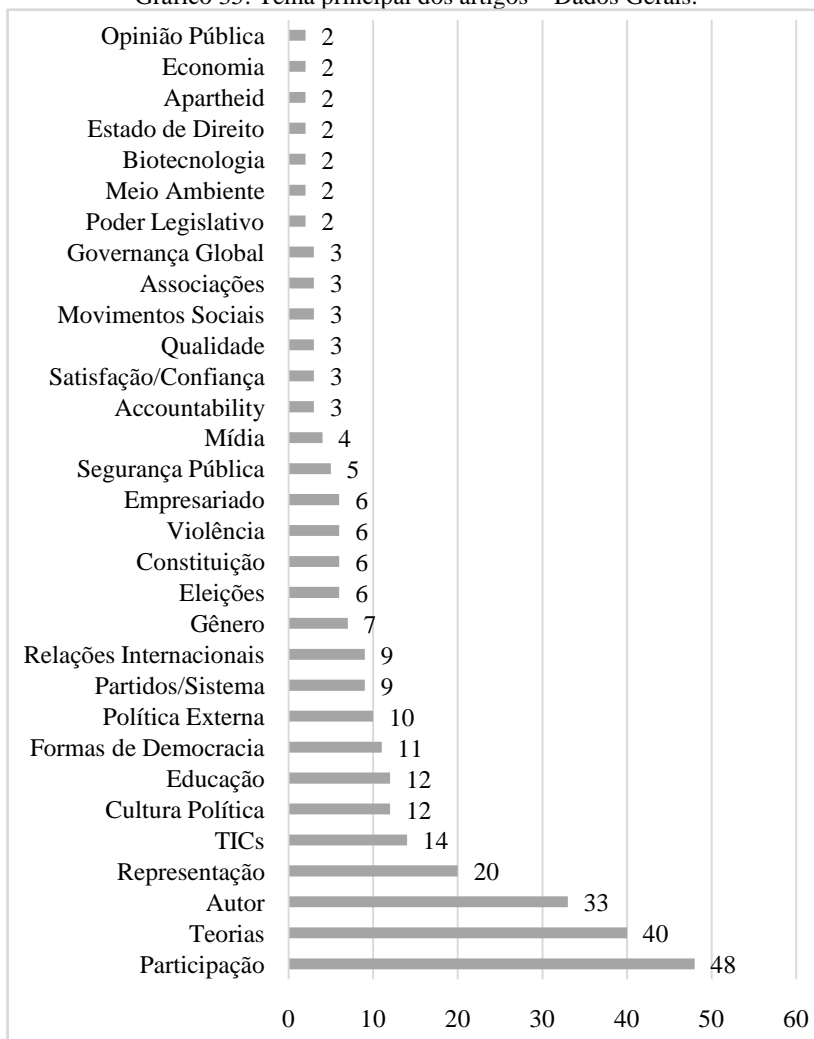
Fonte: desenvolvido pelo autor.

2.3.5.5 Tema principal dos artigos

Como se pode verificar no Gráfico 35, a seguir, houve ampla variedade de temas debatidos nos trabalhos. Foram 59 temas diferentes, sendo que “participação” foi o mais recorrente, com 48 ocorrências, o que representa 15% de todos os trabalhos analisados. Em seguida, com 40 trabalhos (13%), ficou o tema “teorias”, que abrangeu as diversas vertentes de pensamentos sobre democracia, muitas delas relacionadas a

correntes históricas, como socialismo, comunismo e capitalismo. Foram 33 trabalhos sobre “autores” (detalhados no Gráfico 37), representando 10% do total. O tema “representação” apresentou resultado expressivo, com 20 trabalhos ao todo. Nota-se que “participação” e “representação” aparecem entre os temas mais recorrentes, o que não causa surpresa, visto que são temas vinculados ao conceito tradicional de democracia.

Gráfico 35: Tema principal dos artigos – Dados Gerais.

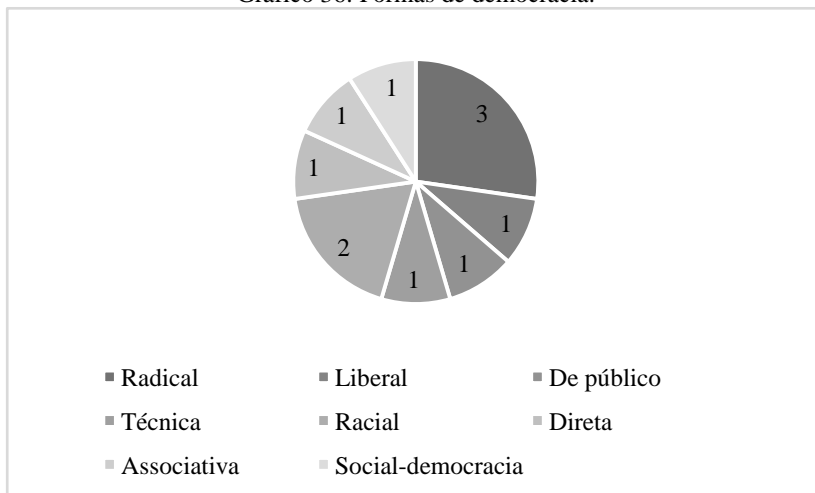


Fonte: desenvolvido pelo autor.

O Gráfico 35 apresenta a diversidade de temas em que o termo democracia é empregado. O interessante é que muitos desses temas não são tradicionalmente relacionados à Ciência Política, como, por exemplo, educação, gênero, violência, empresariado e serviços de inteligência. Devido à limitação de espaço, os 27 temas que apareceram uma vez apenas, ou seja, com apenas uma ocorrência, ficaram de fora do gráfico. São eles: Orçamento Participativo, políticas públicas, instituições; serviços de inteligência, sistemas de governo, direitos humanos, política criminal, criminalidade, polícia, forças armadas, elites, aborto, política, poder constituinte, consenso, literatura, tolerância, práticas políticas, estudo da democracia, sociedade civil, ministério da defesa, escola, sindicalismo, ciência política, métodos de análise, corrupção e sionismo.

Dois dos temas observados no gráfico acima foram fracionados em outros subtemas: “formas de democracia” e “autores”. Onze artigos trataram das formas de democracia, representadas no Gráfico 36, a seguir.

Gráfico 36: Formas de democracia.



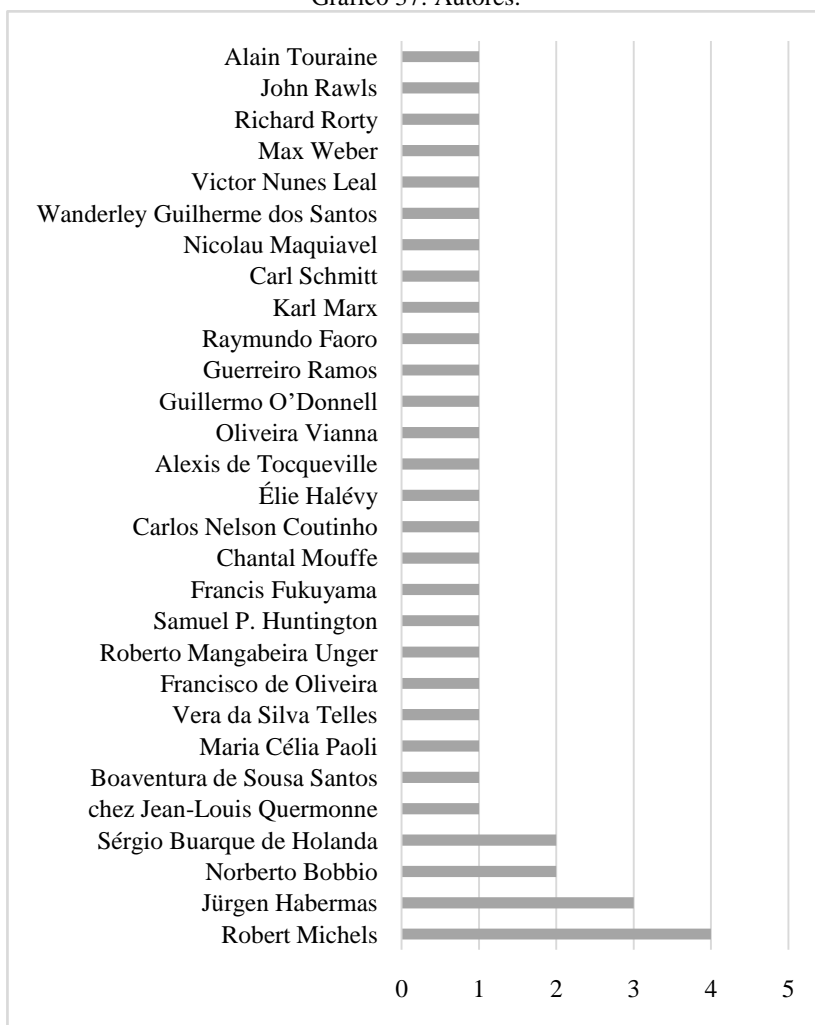
Fonte: desenvolvido pelo autor.

Os 11 artigos ficaram divididos em 8 formas de democracia. O destaque ficou para a democracia radical com 3 casos, seguida pela democracia racial, com 2 casos. O debate teórico sobre as formas de

democracia, se observado o universo de material analisado, pode ser considerado como de pouco interesse, representando apenas 3%.

Os autores abordados podem ser visualizados no Gráfico 37. Encontramos 33 trabalhos (10% do total), sobre 29 autores diferentes, com destaque para Robert Michels em primeiro lugar no número de ocorrências (4 trabalhos), seguido por Jürgen Habermas (3), Norberto Bobbio (2) e Sérgio Buarque de Holanda (2). Vale observar que o número de trabalhos sobre Michels se deve ao fato de, em 2012, a *Revista de Sociologia e Política* ter promovido o dossiê “O centenário de Sociologia dos Partidos Políticos, de Robert Michels”, o que contribuiu com 3 dos 4 trabalhos sobre o autor.

Gráfico 37: Autores.



Fonte: desenvolvido pelo autor.

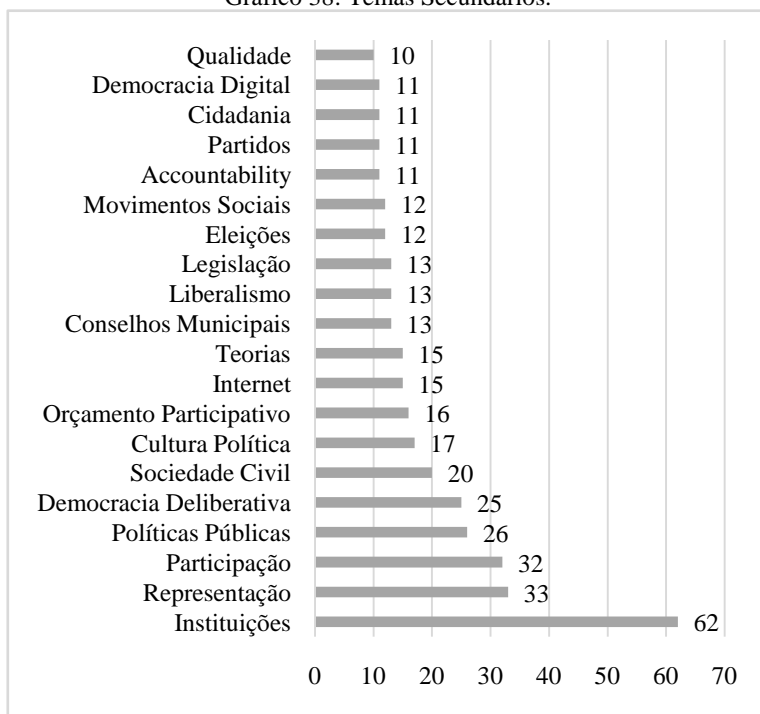
Os dados sobre autores demonstram o interesse em publicações que investigam e desenvolvem teorias e ideias sobre a democracia, explorando autores clássicos estrangeiros, como Norberto Bobbio, Alexis de Tocqueville, Max Weber, Nicolau Maquiavel, dentre outros; e também autores expressivos nacionais, como Carlos Nelson Coutinho e Francisco de Oliveira. Os trabalhos sobre autores são recorrentes quando

se trata de democracia e não representam grande novidade, apesar de variedade considerável, com 29 autores diferentes.

2.3.5.6 Dados secundários

Os dados secundários dos artigos analisados também foram coletados e totalizaram 171 temas diferentes. *O Apêndice B – Coleta de dados secundários* apresenta o roteiro para a coleta desses dados. A leitura do resumo e das palavras-chave foi a base da coleta, sendo que cada artigo apresentou um ou mais temas secundários. Por questões de limitação de espaço eles serão apresentados de forma reduzida, limitados aos que apresentaram mais de 10 incidências. A tabela completa com todos os temas e respectivos números consta no *Apêndice C – Exposição completa dos dados secundários*. A seguir, o Gráfico 38 exhibe os 20 trabalhos que tiveram 10 ou mais ocorrências na pesquisa.

Gráfico 38: Temas Secundários.



Fonte: desenvolvido pelo autor.

Assim como nos temas principais, os temas secundários apresentaram ampla variedade (171 temas, ao todo). Como é possível observar no Gráfico 38, “instituições” aparecem em maior número, com 62 casos, o que representa 8,49% do universo de 730 ocorrências de todos os temas somados. Em seguida vem “representação”, com 33 casos, representando 4,52%. “Participação” ficou em terceiro lugar, com 32 menções, 4,38%. Os dados demonstram que temas relacionados tradicionalmente à democracia ficaram em evidência. “Instituições”, “representação”, “participação”, “políticas públicas”, “deliberação”, “sociedade civil” e “*accountability*” são exemplos.

2.3.6 Democracia: diferentes abordagens

Conforme verificado nos gráficos sobre temas principais e secundários, é amplo o universo de abordagem da democracia, discutida com inúmeros temas e em diferentes contextos. Isso comprova a hipótese de uso do termo sem critérios rígidos de conceituação que, por sua generalidade, acaba servindo para debater temas não relacionados, ao menos diretamente, ao debate tradicional da ciência política. Este capítulo é dedicado à exposição de alguns casos que chamaram a atenção durante a pesquisa.

Em um deles, por exemplo, o artigo intitulado *Democracia técnica e lógicas de ação: uma análise sociotécnica da controvérsia em torno da definição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital – SBTVD* (LEAL; VARGAS, 2011), os autores trabalham com a noção de democracia técnica em contexto com as decisões na área de tecnologias relacionadas ao modo de transmissão da Televisão Brasileira. A democracia, nesse âmbito, é contraposta a interesses obscuros de quem detém *expertises* técnicas que acabam por definir, através da manipulação desses saberes, algumas políticas públicas. Em outro trabalho, *Biossegurança e democracia: entre um espaço dialógico e novos fundamentalismos* (SILVEIRA; ALMEIDA, 2005), a temática desenvolvida é a do aumento da produção de soja transgênica, que contrapõe interesses do agronegócio aos interesses ambientais. A democracia é tratada como decisões sobre o bem comum: “se os grupos que adotam uma postura distinta da dominante passam a ter a sua própria existência ameaçada pela generalização da soja transgênica, então a sociedade se depara com sérias limitações à própria democracia” (SILVEIRA; ALMEIDA, 2005, p. 96). Da mesma forma que o artigo anterior, a democracia é relacionada com disputas de interesses – o que retrata o conflito entre democracia e liberalismo –, nas quais as

definições e argumentações são relevantes na formação de políticas econômicas.

Outra abordagem interessante é a da influência da democracia nos assuntos internacionais. O trabalho *Negociações comerciais internacionais e democracia: o contencioso Brasil x EUA das patentes farmacêuticas na OMC* (OLIVEIRA; MORENO, 2007) desenvolve a ideia de que a consolidação interna da democracia contribui com e se reflete nas decisões em âmbito internacional. Assim, quanto mais consolidada no espaço interno, melhores são os resultados nas negociações externas. O artigo trata especificamente da disputa entre Brasil e EUA na produção e comercialização de medicamentos para o tratamento da AIDS. Verificou-se que os arranjos internos na legislação sobre o assunto influenciaram positivamente a disputa, o que fez os EUA, no caso, proporem um acordo. Assim, a democracia, no contexto do artigo, passa a ser vista como arma nas disputas externas, o que tende a influenciar resultados positivos conforme sua estabilidade institucional interna.

A segurança pública é tema recorrente no debate com a democracia. Em *A gestão da vida e da segurança pública no Brasil* (LIMA; SINHORETTO, 2015), o assunto é a segurança pública ligada aos preceitos democráticos contidos na CRFB/88, e os autores verificam a postura da polícia e políticas criminais numa sociedade democrática, garantidora de direitos. A democracia é vista por um viés normativo de garantia de direitos individuais e coletivos, estimulada pela promulgação recente da Constituição. Outro trabalho, *Os policiais podem ser controlados?* (OLIVEIRA, 2010), segue linha semelhante e explora as formas de controle sobre os policiais nas ações de segurança pública visando resguardar os direitos individuais dos cidadãos. Também no artigo *Mortes por agressão em Pernambuco e no Brasil: um óbice para a consolidação da democracia* (NOBREGA JR.; ZAVERUCHA; ROCHA, 2011), os autores avaliam a qualidade da democracia por meio do número de homicídios em Pernambuco. Há associação entre a violência, representada pelas mortes por agressão, e a qualidade da democracia. O sentido do regime democrático, nesse contexto, observado mais de um ângulo sociológico do que político, é de uma soma de fatores que garantem direitos e liberdades aos cidadãos. A violência e a segurança pública são temas vinculados ao funcionamento das instituições que dão suporte à democracia e retratam a qualidade de vida da população. Em outro trabalho, com o título *Justiça penal autoritária e consolidação do estado punitivo no Brasil* (PASTANA, 2009), a autora desenvolve a ideia de que a atuação penal brasileira está

dissonante dos preceitos democráticos. Em seu raciocínio, o discurso dos profissionais do Direito afirma que há “democratização da Justiça Penal”, mas, na prática, há certa distância entre a teoria e a realidade da aplicação da Lei Penal, com práticas autoritárias e de encarceramento. O campo jurídico, portanto, estaria imune às transformações democráticas. Em *Aborto e democracia* (MIGUEL, 2012), o assunto é a legalização do aborto em um país democrático, assunto este que envolve questões de gênero, laicidade e liberdades, que, em suma, se traduzem em direitos e garantias individuais.

O caráter normativo do conceito de democracia, principalmente quando atrelado a preceitos constitucionais escritos, mas não cumpridos, gera inconsistências e estimula o debate. No artigo *Constituição, democracia e indeterminação social do direito* (BARBOSA, 2013) há a abordagem do direito, sobretudo o constitucional, para discutir a esfera de garantia de liberdades civis contraposta à soberania popular. A noção de constituição democrática traz lacunas justamente na esfera de justificação dos direitos. A previsão normativa de democracia, prevista na CRFB/88, não dá conta da plena efetivação dos direitos que ela implicitamente prevê, principalmente pela indeterminação normativa nas várias esferas no Poder Judiciário.

A ótica de igualdade e inclusão da democracia é debatida em diversos trabalhos, como, por exemplo, no artigo *O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira* (ARAÚJO, 2008), no qual se desenvolve a ideia de democracia racial como mito, através de pesquisa realizada com base em telenovelas exibidas nas últimas décadas no Brasil. Notando os papéis dos negros como empregados, serviçais, escravos e raros casos de protagonismo, o autor defende que a desejada democracia racial não passa de uma farsa.

O debate intenso sobre a aproximação da população em torno de temas políticos abre diversas possibilidades de participação, dentre elas as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's), que têm representado um canal de comunicação viável e eficaz. Em *Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas* (EGLER, 2010) a autora examina essas novas tecnologias, que são apontadas como alternativa às políticas tradicionais de colaboração, pois ampliariam a capacidade de participação e fortaleceriam relações horizontais nas esferas decisórias. A ideia é fomentar o uso de tecnologias/internet/aplicativos na participação dos cidadãos na política. Em sociedades complexas, talvez seja uma boa alternativa à impossibilidade física de participação satisfatória nos debates. Outro

título também explora novos meios digitais de participação: *Sentidos e significados da participação democrática através da Internet: uma análise da experiência do Orçamento Participativo Digital* (ABREU, PINHO; 2014). O propósito desse trabalho foi analisar edições do chamado Orçamento Participativo Digital na cidade de Belo Horizonte que, em seu formato digital, buscou ampliar a participação da classe média e dos jovens. Constatou-se uma nova forma de interação, debates e trocas de ideias, batizada de *cyber-democracia* ou *e-democracia*.

A internet tem obtido lugar privilegiado nos debates sobre a democracia nos últimos tempos, não só como meio de participação, mas também como meio de acesso às informações da administração pública. No artigo *Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia* (PINHO, 2008) a abordagem versa sobre a transparência nos sites do governo quanto às contas públicas. A divulgação das informações seria uma forma de estimular e aperfeiçoar a fiscalização e o controle, pois os cidadãos teriam mais acesso às ações do governo. A democracia aqui é vista como *accountability*, ou seja, é entendida como dever de informação, por novas tecnologias, do governo aos cidadãos. A democracia, nesse caso, pode ser medida conforme o desempenho na prestação de contas: quanto mais transparência, mais democracia.

Observando as diferentes abordagens, temos que, apesar da amplitude do significado e interpretação, o termo “democracia” mantém a ideia de “poder pelo povo” como centro, seja através de direitos individuais ou dos interesses coletivos. O que há é sua relação com cenários e contextos diferentes, mas, em geral, a democracia é observada como algo bom, mas também como um ideal inacabado.

2.3.7 Análise dos dados

Conforme visto nos gráficos acima, as diversas categorias (ano, instituição, abordagem, campo de pesquisa, temas principais e temas secundários) possibilitam o olhar sobre o tema sob múltiplos ângulos, e favorecem a compreensão sobre os debates que apresentaram maior interesse pelos autores.

O ano de publicação nos permite observar em quais períodos, no recorte de dez anos, houve maior ou menor número de publicações. Em geral houve certa estabilidade, sendo apenas três os anos em que houve queda, dentre eles o de 2015. Essa estabilidade revela que há interesse constante em publicações sobre democracia. Uma pesquisa livre na plataforma *Scielo*, apenas filtrando publicações no Brasil e em

português, apontou crescimento de mais de 100% no número de publicações entre 2005 e 2015 (41 e 83, respectivamente). Isso significa que o tema, além de se manter estável conforme filtros da pesquisa (Gráfico 30), continua no centro dos debates e desperta o interesse dos pesquisadores das mais diversas áreas.

Os dados sobre as instituições revelam a predominância de autores vinculados a instituições brasileiras, com 85% do total. Como já dito, a escolha de trabalhos somente em português pode ter favorecido esse resultado. Os 26 trabalhos com autores vinculados a instituições dos Estados Unidos, somados aos casos em que aparecem Canadá, Costa Rica e Venezuela, representam maior proximidade do Brasil com autores vinculados a instituições de países das Américas (93% dos casos), do que com autores vinculados a instituições de outros continentes (7% dos casos).

A pesquisa sobre a abordagem dos trabalhos mostrou que a empiria representa a maioria na preferência dos autores sobre o tema, com 48% do total. As abordagens teóricas, 33% do total, estão ancoradas principalmente no estudo de autores e teorias. Esses dois temas representam juntos 23% de todos os temas principais. As abordagens teóricas/empíricas, com 19%, foram aqueles casos em que houve abordagem teórica sobre um caso empírico ou nos casos em que não ficou suficientemente clara a distinção entre uma e outra. Podemos deduzir que a maior incidência de trabalhos com abordagem empírica em relação às abordagens teóricas pode ser justificada pelo extrato das revistas e periódicos analisados. Isso porque os extratos A1 e A2, como já explicado em outro momento, tendem a selecionar trabalhos inéditos. Em nosso entender, há menor chance de trabalhos inéditos de cunho teórico, vez que as teorias, até pelo tempo decorrido após seus surgimentos, já foram suficientemente debatidas. Isso não significa que não possam surgir novas abordagens e discussões sobre elas, o que tornaria esses trabalhos inéditos, mas isso é menos recorrente.

O campo de pesquisa dos trabalhos revelou que 167 deles tratam de estudos sobre experiências brasileiras, o que representa 52% do total. Em 37% deles não foi possível a identificação do campo de pesquisa, pois vários, obviamente, têm abordagem apenas teórica. Quatorze trabalhos versam sobre campos diversos, dentre países, continentes e blocos econômicos. Naqueles trabalhos sobre o Brasil, nos quais foi possível identificar a região, estado ou município, ficou constatado que São Paulo, tanto o estado quanto a capital, é o lugar com maior incidência, apesar de a diferença ser pequena em relação aos demais. De

qualquer forma, percebe-se ampla diversidade de estudos sobre experiências brasileiras, sendo 43, ao todo.

Os temas principais talvez representem os dados mais interessantes do trabalho, onde podemos verificar em quais temas os autores demonstram mais interesse em pesquisarem ou debaterem. Os 317 trabalhos analisados apresentaram 59 temas diferentes. A participação, com 48 trabalhos, foi o tema mais recorrente, com 15% do total. Diversos outros, como gênero, mídia, Apartheid, economia, serviços de inteligência, polícia, forças armadas, tolerância, sindicalismo, métodos de análise, por exemplo, também foram amplamente debatidos e representam o universo de contextos em que o termo democracia é empregado. Os temas secundários também contribuem para essa compreensão. O tema “instituições”, por exemplo, que apareceu 62 vezes como tema secundário nos trabalhos, sinaliza que a democracia não é vista somente como participação do povo através do voto, mas também como uma trama complexa que envolve participação, representação e instituições, estas não só como forma de participação, mas também como forma de controle. Assim, para a análise dos dados sobre os temas é imprescindível o olhar cruzado entre os temas principais e os secundários: os primeiros revelam mais sobre o contexto em que o conceito de democracia é empregado; os segundos fornecem dados sobre os temas mais recorrentes nessas publicações e com os quais a democracia se relaciona.

Observando os dados principais em conjunto com os secundários, temos que temas relacionados à participação são os mais recorrentes nos trabalhos pesquisados. Fazendo o cruzamento do Gráfico 35, dos temas principais, e do Gráfico 38, dos temas secundários, verificamos que há complementação pelos temas secundários: instituição (62), participação (32), políticas públicas (26), democracia deliberativa (25), sociedade civil (20), Orçamento Participativo (16), Conselhos Municipais (13), e movimentos sociais (12). Assim, podemos perceber que a participação foi o tema mais debatido no cenário acadêmico durante o período analisado, tanto como principal como pelos temas secundários. Isso não causa surpresa, tendo em vista o surgimento, crescimento e aperfeiçoamento de mecanismos que buscam ampliar a participação da população na política.

Também se destacaram as “teorias” e “autores”, números devidos à grande possibilidade de discussão teórica do tema, sobretudo no seu conceito normativo, relacionado, em larga medida, à visão de diversos autores que se dedicam e se dedicaram à discussão da democracia; a representação, que também é tema recorrente quando se fala em

democracia; e as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's). As novas formas de debates incluem meios tecnológicos como ferramentas de participação. Nos 14 trabalhos sobre as TIC's, somados com os temas secundários em que 15 casos foram sobre internet e 11 sobre democracia digital, percebemos que há interesse crescente nesses temas, interesse que representa a busca de novas tecnologias que possam favorecer a participação e proximidade dos atores no debate sobre políticas públicas e outros temas relacionados ao governo.

Se observarmos os dados coletados e apresentados no Gráfico 36, veremos que apenas onze tratam das formas de democracia como tema principal, o que representa 3% do total de trabalhos. Esse número reduzido surpreendeu, mas cabe uma ressalva: não significa que as formas de democracia não sejam tratadas pelos escritores, apenas não são tratadas como tema principal. Essa informação se confirma se verificarmos os dados secundários (Gráfico 38 e *Apêndice C – Exposição completa dos dados secundários*), onde as formas de democracia aparecem assim: deliberativa (25), digital (11), radical (7), ambiental (3), direta (1), contestatória (1), eleitoral (1), cosmopolita (1), e técnica (1). Diante dos números, podemos perceber que as formas e teorias da democracia aparecem em segundo plano, e sustentam o debate sobre outros assuntos que servem como tema principal.

Considerando as teorias expostas no início do trabalho (representativa, empírica, deliberativa, agonística, poliarquia e participativa), temos que, dos 59 diferentes temas principais abordados, há maior incidência de temas relacionados à teoria participativa, considerando os números sobre participação, TIC's, movimentos sociais, associações, Orçamento Participativo, políticas públicas, e sociedade civil, que somam 71 casos. A teoria da representação vem em segundo lugar, em que 12 temas relacionados somam 42 casos. Foram considerados a representação, os partidos/sistema partidário, eleições, *accountability*, poder legislativo e opinião pública.

Em relação às outras teorias expostas (empírica, agonística, deliberativa e poliarquia), não houve retorno de temas principais relacionados diretamente a elas, tendo somente aparecido nos dados secundários, nos quais constatamos 1 caso de agonismo, 25 casos de democracia deliberativa e 4 de poliarquia. Apesar de não ter havido retorno diretamente nos temas principais, houve discussão sobre os autores vinculados a essas teorias, sendo que Jürgen Habermas aparece 3 vezes e Chantal Mouffe uma vez (Gráfico 37).

Aqui cabe uma ressalva: para a análise de maior ou menor incidência em determinada teoria, houve o agrupamento de temas que

servem em mais de uma delas. Por exemplo, o tema “eleições” pode ser atribuído à teoria empírica, à representação, à participação e à poliarquia. Em qualquer uma delas as eleições são fundamentais. No entanto, tentamos selecionar os temas que, em nosso entender, são mais vinculados diretamente àquelas teorias. Não fosse assim, e se atribuíssemos os temas a todas as teorias com a mínima ligação, seria impossível criar grupos de análise. Outro ponto importante a esclarecer é que as teorias que foram menos debatidas são ideais que encontram limitação prática de operacionalização, e que compõem essencialmente o universo dos debates teóricos. Assim, considerando a maioria de publicações com abordagens empíricas, é natural que apareçam mais temas relacionados a sistemas existentes e possíveis, sob o ponto de vista prático, a exemplo da participação e representação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação apresentou os dados sobre as publicações acadêmicas com o termo “democracia” no período entre 2005 e 2015. Além do recorte espacial e temporal da pesquisa, tentamos, mesmo que de forma rápida, explorar o tema desde seu surgimento, atribuído à Grécia antiga, e apontar as principais transformações ao longo dos séculos até os dias atuais, destacando a representação como forma imperfeita, mas talvez a única viável nas sociedades complexas atuais. As noções de conceituação normativa bem como as teorias debatidas serviram para dar lastro à discussão e apresentar uma síntese das principais discussões ocorridas principalmente no último século. Acreditamos que a forma de abordagem da pesquisa é inédita, pois os trabalhos existentes sobre a democracia, em geral, focam nas instituições democráticas, análise de casos concretos ou pesquisas teóricas.

A ideia do primeiro capítulo foi apresentar um cenário geral da democracia, discutindo os problemas da normatividade do conceito. A abordagem sobre a Grécia antiga serviu como início para o trabalho, no qual observamos que a noção de democracia se transformou: de um conceito de governo de participação direta passou à complexidade de sistemas representativos em grande escala e, mesmo naquela época, já existiam mecanismos de representação.

A representação, apesar das críticas – falta de legitimidade, incoerência entre as decisões e as reais necessidades da população, participação resumida ao voto, caráter elitista, etc. –, geralmente é um sistema inclusivo e talvez o único possível que consagre minimamente os valores democráticos atrelados ao poder pelo povo. Porém, a representação tende a distanciar os eleitores das instâncias decisórias e a criar neles certa apatia, pois participam apenas de forma marginal nas decisões. Observamos que as críticas ao modelo representativo são quase sempre ancoradas no exemplo grego, sugerindo-se certa “perfeição” inalcançável nos modelos atuais. Mas a democracia não surgiu em um único lugar e de forma perfeita. É um processo constante de aprimoramento e adaptação à realidade política e às condições possíveis.

Apesar de as discussões teóricas sobre as formas de governo estarem presentes desde a época grega clássica e se desenvolverem no decorrer dos séculos até o segundo milênio, foi nas últimas décadas que o debate se intensificou: Schumpeter, Habermas, Dahl e Mouffe são exemplos de autores que se dedicaram ao estudo e desenvolvimento de

teorias que contribuíram e ainda são debatidas no ambiente acadêmico. Essas teorias, de forma geral, discutem formas de aperfeiçoamento dos modelos, buscando maior legitimidade entre as decisões políticas e intensificando as esferas de debates.

A democracia, portanto, é vista muito mais como conjunto de instituições do que no sentido etimológico de governo pelo povo. Em uma concepção normativa, ela deixa de ser concebida apenas como ato eleitoral e passa a ser compreendida como esperança na garantia de qualidade das instituições, eficiência, transparência e livre acesso de todos aos direitos mais básicos, como a vida, a igualdade e a liberdade. A normatividade do conceito estimula a concepção de democracia como algo necessário na política e como regime satisfatório para as pessoas. Conforme Baquero (2008, p. 384), “a meta democrática seria uma democracia ideal”.

No segundo capítulo, o objetivo foi direcionar o olhar para o Brasil, que, segundo os dados do *Global Democracy Ranking*, tem nível alto de democracia, e ocupa a 34ª posição a nível mundial. A trajetória democrática brasileira está diretamente vinculada às mudanças constitucionais e ao direito de votar e ser votado. Partindo da previsão normativa da Constituição, o regime democrático conseguiu se estabilizar e permanece até hoje no cenário político – estabilidade essa que está atrelada à luta política que antecedeu a atual Constituição e que gerou instituições fortes. Entretanto, apesar da estabilidade democrática, algumas pessoas e grupos ainda ficam de fora da proteção e garantia dos mais básicos dos direitos, como liberdade, igualdade, segurança e vida digna. Em muitos casos há o conflito entre a democracia formal e a substancial. Enquanto no âmbito normativo, previsto na CRFB/88 e em normas esparsas, a democracia é entendida como garantia de direitos, principalmente a igualdade e a liberdade, na prática ocorre o desrespeito e a exclusão de determinados grupos do campo de proteção, a exemplo de pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), mulheres, pessoas negras, pobres, etc. Esse conflito abre espaço para debates e ideias que buscam estender os preceitos democráticos a todas as pessoas e incluir todos os grupos nos debates da esfera pública. A democracia, nesse sentido, toma o significado de proteção de grupos minoritários, para além de governo pelo povo ou vontade da maioria.

Cumprindo o objetivo do trabalho, e após a análise de todo o material coletado, podemos afirmar que o conceito de democracia nos debates atuais é incerto e lacunoso. Isso ficou suficientemente comprovado após a análise dos artigos, principalmente com a verificação dos temas principais e secundários mais recorrentes. Isso não

quer dizer que o termo seja defeituoso, mas que a amplitude em que é empregado, mesmo nas publicações de alto nível, torna seu significado incerto e impreciso. Tudo isso abre espaço para diversas interpretações e aplicações. De forma geral, o termo democracia é relacionado a “tudo que é bom” na esfera política. Há um notável consenso de que democracia é algo bom, e por isso transformou-se em um significante que serve como adjetivo para classificar situações como democráticas ou não democráticas.

A variedade de acepções sobre o termo democracia, apesar de pontos em comum, é a melhor demonstração de como um significante pode representar um campo de disputas políticas que chega a se expressar nos espaços acadêmicos, os quais, afinal, não estão imunes às disputas políticas e ideológicas em torno da definição do que é democracia, haja vista tamanha importância histórica, política e social que o termo possui. Da esquerda à direita, de liberais a conservadores, todos pretendem articular seus ideais ao significante para adquirirem legitimidade na esfera pública e nas instâncias decisórias.

A pesquisa revelou diversas perspectivas sobre o material coletado e analisado, o que favorece um olhar geral sobre o tema. Através dos dados pesquisados observamos que: o número de trabalhos, apesar de leve queda em 3 anos, se manteve constante durante os 10 anos do recorte de pesquisa; os autores, em sua maioria, são vinculados a instituições brasileiras, mas há participação expressiva de pesquisadores vinculados a instituições estrangeiras; a abordagem predominante foi a empírica; o campo de pesquisa predominante foi o Brasil; e o temas principais e secundários mais recorrentes foram, respectivamente, a participação e as instituições.

A participação como tema principal que mais aparece nos debates não surpreende, visto que nos últimos anos houve crescimento de mecanismos de participação no Brasil (SANTOS e AVRITZER 2003, p. 18). Esses mecanismos, como já apontado no item *1.4.5 Democracia Participativa*, ficam num ponto estratégico entre a democracia e a representação e servem como elo entre a população e o parlamento. As instituições vinculadas à participação também tiveram papel importante no período, o que confirma o predominante interesse dos autores em escrever sobre o tema.

Observamos que, dentre as teorias debatidas no início do trabalho, a teoria mais contemplada diretamente com os temas principais foi a participativa, seguida pela teoria representativa. As outras quatro teorias (empírica, agonística, poliárquica e deliberativa) foram pouco debatidas nos temas principais, mas foram contempladas, como vimos,

nos temas secundários e nos autores. Seguindo a lógica da realidade democrática no Brasil, a maior incidência de trabalhos relacionados às teorias participativas e representativas não surpreende, visto que, como os resultados demonstram maioria de autores vinculados a instituições do Brasil e com campos de pesquisa brasileiros, é provável que haja maior debate sobre as duas vertentes teóricas.

As diferentes abordagens, vistas no item 2.3.6 *Democracia: diferentes abordagens*, comprovam a amplitude de interpretações e os diferentes contextos em que o termo “democracia” é empregado. O interessante nas variadas abordagens é que a ideia de poder pelo povo, mesmo de forma indireta, é preservada, e as pessoas são vistas como sujeitos de direitos.

De forma geral, vimos que nos últimos séculos houve um intenso debate sobre o conceito de democracia, principalmente com a conjugação entre poder popular e representação. O regime passou a ser visto como um arranjo político que abrange um conjunto de instituições destinado a garantir direitos fundamentais e sociais, e não mais como participação direta do povo em assembleia. As diversas instituições funcionam como limitação de poder e como meios de fiscalização dos agentes públicos. Em sistemas democráticos, os indivíduos tendem a ser vistos como detentores de poder, tanto no ato de escolha dos representantes como na destinação e preservação de direitos. Entre os direitos, a vida é elevada ao primeiro plano. Os conflitos passam a ser resolvidos por meios pacíficos e a violência é deixada para casos extremos. Liberdade de expressão, de imprensa e de manifestação são alguns exemplos de garantias democráticas.

Por fim, vale observar que a compreensão de democracia em seu sentido moderno implica a aceitação de todas as características das sociedades modernas liberais, atreladas aos mais distintos direitos fundamentais, que resultam em constantes conflitos ideológicos. Outro ponto é considerar a complexidade de diferenças sociais, pois cada indivíduo carrega consigo seus gostos, interesses, valores e concepção de mundo. A democracia traz a promessa de administrar as diferenças e promover a paz.

REFERÊNCIAS

ABREU, Júlio Cesar Andrade de; PINHO, José Antônio Gomes de. Sentidos e significados da participação democrática através da Internet: uma análise da experiência do Orçamento Participativo Digital. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 821-846, Ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2016.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais. Pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1999.

AMBIENTE & SOCIEDADE. **Sobre esta revista**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/asoc/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

ARAUJO, Joel Zito. O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 979-985, Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2016.

AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. **A inovação democrática no Brasil : o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

BAQUERO, M. Democracia Formal, Cultura Política Informal e Capital Social no Brasil. **Rev. Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.380-413.

BARBOSA, Samuel. Constituição, democracia e indeterminação social do direito. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 96, p. 33-46, Jul. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BOBBIO, N. **A Teoria das Formas de Governo**. 10. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

_____. **Qual democracia?** 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONAVIDES, P. **A Constituição aberta**. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

_____. **Teoria constitucional da democracia participativa: por um Direito Constitucional de luta e resistência, Por uma Nova Hermenêutica, Por uma repolitização da legitimidade**. São Paulo: Malheiros, 2001.

BRASIL. Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824). Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 24 jan. 2015.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 24 jan. 2015.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 24 jan. 2015.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. DOU, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompiado.h>. Acesso em: 28 jan. 2015.

_____. Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19868.htm>. Acesso em: 16 fev. 2015.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 18 mar. 2015.

BURKE, E. Discurso aos eleitores de Bristol - Speech to the electors of Bristol. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 44, p. 97–101, nov. 2012.

CADERNO CRH. **Sobre a revista**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/ccrh/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

CADERNOS PAGU. **Sobre a revista**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/cpa/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conheça a história do voto no Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/93439-CONHECA-A-HISTORIA-DO-VOTO-NO-BRASIL.html>>. Acesso em: 02 set. 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE. **História da Câmara**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.camarasaovicente.sp.gov.br/historia/historia.php>>. Acesso em: 4 jun. 2015.

CAPES, Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior. Critérios de avaliação dos periódicos (s.d.). Disponível em: <file:///C:/Bibliotecas/Desktop/Criterios_Qualis_2011_39%20Ciencia%20Pol%C3%ADtica.pdf>, e

<file:///C:/Bibliotecas/Desktop/Criterios_Qualis_2011_34%20sociologia.pdf>. Acesso em: 06 jun 2015.

CARVALHO, J. M. DE. **Cidadania no Brasil - o longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTORIADIS, C. A polis grega e a criação da democracia. In: **As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. v. 2.

CIVITAS, Revista de Ciências Sociais. **Políticas Editoriais**. (s.d.). Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/civitas/about/editorialPolicies#focusAndScope>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

CONHEÇA a história do voto no Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camara/noticias/noticias/93439-CONHECA-A-HISTORIA-DO-VOTO-NO-BRASIL.html>>. Acesso em 02 set. 2015.

CONSTANT, B. **The Liberty of Ancients Compared with that of Moderns**, 1816. Disponível em: <<http://www.libertarianism.org/publications/essays/liberty-ancients-compared-moderns>>. Acesso em: 4 dez. 2015

CONTEXTO INTERNACIONAL. **Sobre esta revista**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/cint/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

DADOS. **Sobre esta revista**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/dados/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

DAHL, R. A. **Análise Política Moderna**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

_____. **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989a.

_____. **Um Prefácio à Teoria Democrática.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1989b.

_____. **Poliarquia: Participação e Oposição.** São Paulo: Edusp, 1997.

_____. **Sobre a Democracia.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001a.

_____. **Sobre a Democracia.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001b.

_____. **A democracia e seus críticos.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

DA NÓBREGA JR, J. M. P. A semidemocracia brasileira: autoritarismo ou democracia? **Sociologias**, n. 23, p. 74–141, abr. 2010.

DEMOCRACY RANKING, 2015. Disponível em: <<http://democracyranking.org/wordpress/rank/democracy-ranking-2015/>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

DEMOCRACY RANKING. **Interactive Ranking.** (s.d.). Disponível em: <http://democracyranking.org/?page_id=14>. Acesso em: 31 jul. 2016.

DUBROW, J. K.; KOŁCZYŃSKA, M. A quem pertence o estudo da democracia? Sociologia, ciência política e a promessa da interdisciplinaridade na Sociologia política desde 1945. **Sociologias**, v. 17, n. 38, p. 92–119, abr. 2015.

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. **Sobre a revista.** (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/es/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

EGLER, Tamara Tania Cohen. Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 23, p. 208–236, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n23/08.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

ENSAIO, Avaliação e políticas públicas em educação. **Sobre a revista.** (s.d.). Disponível em:

<<http://www.scielo.br/revistas/ensaio/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

FERREIRA, M. R. **A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro.** Brasília: TSE/SDI, 2005.

FINLEY, M. I. **Democracia antiga e moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **O legado da Grécia – uma nova avaliação.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

GÉNÉREUX, J. **O horror político: o horror não é econômico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

HABERMAS, J. **Direito e democracia. Entre facticidade e validade.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

HANNA FENICHEL PITKIN. **The Concept of Representation.** Berkeley: University of California Press, 1967.

HELD, D. **Modelos de democracia.** Belo Horizonte: Paideia, 1987.

HOPPE, H.-H. **Democracia, o Deus que falhou.** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014.

HUNTINGTON, S. **The Third Wave: Democratisation in the Late Twentieth Century.** Norman: University of Oklahoma Press, 1993.

KELSEN, H. **A democracia.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **O que é justiça? A Justiça, o Direito e a Política no espelho da ciência.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAVALLE, A. G.; VERA, E. I. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. **Lua Nova**, n. 84, p. 95–139, 2011.

LEAL, Sayonara; VARGAS, Eduardo Raupp de. Democracia técnica e lógicas de ação: uma análise sociotécnica da controvérsia em torno da definição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD. **Soc. estado.**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 239-276, Ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2016.

LIJPHART, A. **Modelos de Democracia - Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Soc. estado.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 123-144, Abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100123&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2016.

LUA NOVA, REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA. **Sobre esta revista**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/ln/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, 1995.

_____. **The Principles of Representative Government**. Cambridge University Press, 1997.

MARINONI, L. G.; SARLET, I. W.; MITIDIERO, D. **Curso de Direito Constitucional**. Edição: 2^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MENEZES, M. L. DE. Democracia de Assembleia e Democracia de Parlamento: uma breve história das instituições democráticas. **Sociologias**, n. 23, p. 20–45, abr. 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. Aborto e democracia. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 657-672, Dez. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Unesp, 2014a.

_____. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do “agonismo”. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 92, p. 13–43, ago. 2014b.

MILL, J. S. **O governo representativo**. São Paulo: Escala, 1998.

MOISÉS, J. Á. Os significados da democracia segundo os brasileiros. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 269–309, 2010.

MOUFFE, C. **El retorno de lo político: comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical**. Trad. Marco Aurélio Galmarini. Barcelona: Paidós, 1999.

_____. **La paradoja democrática**. Barcelona: Gedisa, 2003.

_____. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 11–23, nov. 2005.

_____. **Sobre o político**. Trad. Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

NOBREGA JR., José Maria; ZAVERUCHA, Jorge; ROCHA, Enivaldo. Mortes por agressão em Pernambuco e no Brasil: um óbice para a consolidação da democracia. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 43-58, Out. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2016.

NOVOS ESTUDOS CEBRAP. **Sobre a revista**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/nec/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

OLIVEIRA, Antonio. Os policiais podem ser controlados? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 23, p. 142-175, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n23/06.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; MORENO, Fernanda Venceslau. Negociações comerciais internacionais e democracia: o contencioso Brasil x EUA das patentes farmacêuticas na OMC. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 189-220, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2016.

OPINIÃO PÚBLICA. **Sobre esta revista**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/op/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

PASTANA, Débora. Justiça penal autoritária e consolidação do estado punitivo no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 121-138, Fev. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782009000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2016.

PINHO, José Antônio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **RAP**, Rio de Janeiro 42(3):471-93, maio/jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a03v42n3.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

PIRES, Á. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: **A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 43-94.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Periódicos Qualis**. (s.d.). Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

POGREBINSCHI, T. Democracia Pragmática: Pressupostos de uma Teoria Normativa Empiricamente Orientada. **Dados**, v. 53, n. 3, p. 657-693, 2010.

RAUSCHENBACH, R. Processos de democracia direta: sim ou não? Os argumentos clássicos à luz da teoria e da prática. **Rev. Sociol. Polit.**, Mar 2014, vol.22, no.49, p.205-230.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. Lisboa: Presença, 1993.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. **Sobre a revista**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/rbsoc/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO. **Sobre esta revista**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/rbepop/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL. **Sobre a revista**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/rbpi/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Sobre a revista**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/rap/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA. **Sobre a revista**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/rep/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. **Sobre esta revista**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/rsocp/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. **Sobre a revista**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/ref/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

ROSENFELD, D. L. **O que é democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SANTOS, B. DE S.; AVRITZER, L. **Para ampliar o cânone democrático**, 2003. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/pdf/2003-11-03-santos-pt.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015

SANTOS, T. S. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. **Sociologias**, n. 21, p. 120–156, 2009.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SCIELO. Scientific Electronic Library Online. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SCIMAGO Journal & Country Rank. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scimagojr.com/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SILVEIRA, Cristiane Amaro da; ALMEIDA, Jalcione. Biossegurança e democracia: entre um espaço dialógico e novos fundamentalismos. **Soc. estado.**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 73-102, Abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922005000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SOCIEDADE E ESTADO. **Sobre a revista**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/se/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

SOCIOLOGIAS. **Sobre esta revista**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/soc/paboutj.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

SOUZA, M. L. DE. **A prisão e a ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TOCQUEVILLE, A. DE. **A Democracia na América**. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

TOTA, A. P. Origens do bipartidarismo: uma tentativa de entender as eleições norte-americanas. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 81, p. 69–76, jul. 2008.

URBINATI, N. O que torna a representação democrática? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 191–228, 2006.

WEFFORT, F. **Os clássicos da política**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2001.

APÊNDICE A – Coleta de dados principais

Revista										Extrato		
Sobre a revista												
Total de artigos com “democracia”												
Total de citações dos artigos da revista												
Ano												
2 0 0 5	2 0 0 6	2 0 0 7	2 0 0 8	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 4	2 0 1 5		
Instituição à qual o autor é vinculado				Brasil			E U A					
Abordagem			Teórica		Empírica		Teórica/Empírica					
C a m p o		Brasil					A m é r i c a L a t i n a				I n d e f i n i d o	
Tema Principal												
Accounta- bility	Represen- tação	Participação	Orçamento Participativo	Poliarquia		Dem. Direta						
Políticas Públicas	Conselhos Mun.	Lei de Ferro	Oligarquia	Instituições		Deliberativa						
Satisfação/ confiança	Qualidade	Eleições	Partidos/siste ma partidário	Serviço de Inteligência		ABIN						
Cultura política	ONGs	Globali- zação	Movimentos Sociais	Política externa		Mercado						
Sistemas de Governo	Pluralismo	Constituição	Democracia Radical	Cidadania		Autoritaris- mo						
Social- Democracia	Socialismo	Capitalismo	Liberalismo	Neoliberalismo		Apartheid						
Educação	Pedagogia	Direitos humanos	Gestão de águas	Dem. ambiental		Sustentabilid ade						
TIC	Dem. Digital	Blogs	Internet	Religião		Legislativo						
Política Criminal	Crimi- nalidade	Polícia	Militarização	Violência		Forças armadas						

Gênero	Estupro	União Europeia	Ações afirmativas	Gestão escolar	Justiça
Associações	Empresariado	Elites	Racionalismo	Capital social	Desigualdade
Aborto	Racismo	Negros	Mídia (cinema)	Homicídio	Risco Nuclear
Raça	Segurança pública	Conflito social	Crise	Alca	Meio Ambiente
Política	Formas Dem.	Autor	Esquerda	Direita	Biotecnologia
Teorias	Poder constituinte	Consenso	Estado de Direito	Associações	Relações internacionais
Direito	Mídia de Massa	Literatura	Tolerância	Práticas políticas	Estudo da demoracia
Governança global	Sociedade civil	Apartheid	Ministério da defesa	Processo orçamentário	Economia
Escola	Sindicalismo	Consenso	Ciência Política	Métodos de análise	Corrupção
Opinião Pública					

APÊNDICE B – Coleta de dados secundários

Tema Principal					
Accountability	Representação	Participação	Orç. Partic.	Poliarquia	Dem. Direta
Políticas Públicas	Cons. Munic.	Lei de Ferro	Oligarquia	Instituições	Deliberativa
Satisfação	Qualidade	Eleições	Partidos	Serviço de Intelig.	ABIN
Cultura pol.	ONGs	Globalização	Mov. Sociais	Pol. externa	Mercado
Sistemas de Gov.	Pluralismo	Constitucionalismo	Dem. Radical	Cidadania	Autoritarismo
Social-Dem.	Socialismo	Capitalismo	Liberalismo	Neoliberalismo	Apartheid
Educação	Pedagogia	Direitos humanos	Gestão águas	Dem. Ambiental	Sustentabilidade
TIC	Dem. Digital	Blogs	Internet	Religião	Legislativo
Pol. Criminal	Criminalidade	Polícia	Militarização	Violência	Forças armadas
Gênero	Estupro	União Europeia	Ações afirmativas	Gestão escolar	Justiça
Associações	Empresários	Elites	Racionalismo	Capital social	Desigualdade
Aborto	Racismo	Negros	Mídia (cinema)	Homicídio	Risco Nuclear
Raça	Segurança pública	Conflito social	Crise	Alca	Meio Ambiente
Etnicidade	Desev. Urbano	Soc. Civil	Legislação	Ordem Pública	Polícia Militar
Hegemonia	CF 88	Cultura cívica	Partidos	Crise	Pluralismo
Modernização	Teoria Crítica	Estado de Direito	Procedimentalismo	Democracia Racial	Sistema Financeiro
Transferência de Renda	Conselhos Gestores	Eleitores	Feminismo	Tiranía	Liberdade
Questão Agrária	Tecnocracia	Agonismo	Suprema Corte	Direitos Fundamentais	Soberania Popular
Consenso	Crime	Teorias	Cons. Municipa-l / habitação	Escolha interna de candidatos	Transparência
Publicidade	Países pobres	Crítica	Utopia	Minorias	Legitimidade
Regionalismo	Pobreza	Periferia	Democracia eleitoral	Responsividade	Dem. Cosmopolita
Judiciário	Estabilidade	Direitos Fundamentais	Dominação	Transição	Estratégia
Romance	Ficção	Burocracia	Economia	Industrialização	Nacionalismo
Presidencialismo	Patronagem	Clientelismo	Assistência social	Esquerda	Dem. Técnica
Ciência Política	Sociologia	Interdisciplinaridade	Desigualdade política	Eurocentrismo	Limites

Sistema penitenciário	Cidades	Comunismo	Redes tecnossociais	Biossegurança	Tecnociência
Diversidade	Comissão de verdade	Patentes	Cotas	Inclusão	Laicidade
Religião católica	Mídia (TV)	Formação democrática	Fronteiras	Poder	Contradições
Educação policial	Esfera pública	Dem. Parlamentar	Dem. Plebiscitária	Republicanismo	Dem. contestatória
Populismo	Modelo Agonista	Tributação	OMC	Acesso Informação	Controle social
Estatuto da cidade	Hidropolítica	Família	Demofobia	História	Cordialidade /civilidade
Corporativismo	Opinião Pública	Comunicação	Diplomacia	Secularização	Terrorismo
Personalismo	Emendas Const.	Tecnoburocracia	Confiança	Congresso nacional	Assembleias Legislativas
Alistamento eleitoral	Senado	Jornalismo	Evangélicos	Posição Ideológica	Campanha
Norberto Bobbio	Chez Jean-Louis Quermonne	Boaventura de Sousa Santos	Maria Célia Paoli	Vera da Silva Telles	Francisco de Oliveira
Roberto Mangabeira Unger	Huntington	Fukuyama	Chantal Mouffe	Carlos Nelson Coutinho	Élie Halévy
Tocqueville	Oliveira Vianna	Guillermo O'Donnell	Habermas	Guerreiro Ramos	Raymundo Faoro
Marx	Sérgio Buarque de Holanda	Carl Schmitt	Robert Michels	Maquiavel	Wanderley Guilherme dos Santos
Victor Nunes Leal	Weber	Richard Rorty	Rawls	Alain Touraine	

APÊNDICE C – Exposição completa dos dados secundários

Tema	Nº	%	Tema	Nº	%	Tema	Nº	%
Instituições	62	8,49	Associações	3	0,41	Transferência de Renda	1	0,14
Representação	33	4,52	Escolha interna de candidatos	3	0,41	Eleitores	1	0,14
Participação	32	4,38	Transição	3	0,41	Agonismo	1	0,14
Políticas Públicas	26	3,56	Estratégia	3	0,41	Soberania Popular	1	0,14
Democracia Deliberativa	25	3,42	Burocracia	3	0,41	Consenso	1	0,14
Sociedade Civil	20	2,74	Clientelismo	3	0,41	Crime	1	0,14
Cultura Política	17	2,33	Tributação	3	0,41	Publicidade	1	0,14
Orçamento Participativo	16	2,19	Congresso Nacional	3	0,41	Minorias	1	0,14
Internet	15	2,05	ABIN	2	0,27	Periferia	1	0,14
Teorias	15	2,05	Constitucionalismo	2	0,27	Democracia Eleitoral	1	0,14
Conselhos Municipais	13	1,78	Socialismo	2	0,27	Democracia Cosmopolita	1	0,14
Liberalismo	13	1,78	Pedagogia	2	0,27	Poder Judiciário	1	0,14
Legislação	13	1,78	Sustentabilidade	2	0,27	Estabilidade	1	0,14
Eleições	12	1,64	Tecnologia da Informação	2	0,27	Dominação	1	0,14
Movimentos Sociais	12	1,64	Polícia	2	0,27	Romance	1	0,14
Accountability	11	1,51	Violência	2	0,27	Ficção	1	0,14
Partidos	11	1,51	Gestão escolar	2	0,27	Industrialização	1	0,14
Cidadania	11	1,51	Homicídio	2	0,27	Presidencialismo	1	0,14
Democracia Digital	11	1,51	Etnicidade	2	0,27	Patronagem	1	0,14
Qualidade	10	1,37	Desenvolvimento Urbano	2	0,27	Assistência Social	1	0,14
Conflito Social	9	1,23	Cultura Cívica	2	0,27	Esquerda	1	0,14
Legislativo	8	1,10	Crise	2	0,27	Democracia Técnica	1	0,14
Elites	8	1,10	Suprema Corte	2	0,27	Sociologia	1	0,14
Cidades	8	1,10	Pobreza	2	0,27	Interdisciplinaridade	1	0,14
Satisfação	7	0,96	Economia	2	0,27	Desigualdade Política	1	0,14
Democracia Radical	7	0,96	Nacionalismo	2	0,27	Eurocentrismo	1	0,14

Crise	7	0,96	Ciência Política	2	0,27	Sistema Penitenciário	1	0,14
CRFB/88	7	0,96	Comunismo	2	0,27	Redes Tecnossociais	1	0,14
Conselhos Gestores	7	0,96	Patentes	2	0,27	Biossegurança	1	0,14
Militarização	6	0,82	Formação democrática	2	0,27	Tecnociência	1	0,14
Capital Social	6	0,82	Esfera Pública	2	0,27	Diversidade	1	0,14
Desigualdade	6	0,82	OMC	2	0,27	Comissão de Verdade	1	0,14
Direitos Fundamentais	6	0,82	Controle social	2	0,27	Cotas	1	0,14
Crítica	6	0,82	Corporativismo	2	0,27	Inclusão	1	0,14
Limites	6	0,82	Terrorismo	2	0,27	Laicidade	1	0,14
Globalização	5	0,68	Democracia Direta	1	0,14	Mídia	1	0,14
Autoritarismo	5	0,68	ONGs	1	0,14	Fronteiras	1	0,14
Capitalismo	5	0,68	Mercado	1	0,14	Contradições	1	0,14
Criminalidade	5	0,68	Pluralismo	1	0,14	Republicanismo	1	0,14
Pluralismo	5	0,68	Social democracia	1	0,14	Democracia Contestatória	1	0,14
Feminismo	5	0,68	Educação	1	0,14	Populismo	1	0,14
Transparência	5	0,68	Blogs	1	0,14	Acesso à Informação	1	0,14
Legitimidade	5	0,68	Forças Armadas	1	0,14	Estatuo da Cidade	1	0,14
Confiança	5	0,68	Estupro	1	0,14	Hidropolítica	1	0,14
Poliarquia	4	0,55	Ações Afirmativas	1	0,14	Família	1	0,14
Neoliberalismo	4	0,55	Racionalismo	1	0,14	Demofobia	1	0,14
Política Criminal	4	0,55	Racismo	1	0,14	História	1	0,14
Teoria Crítica	4	0,55	Risco Nuclear	1	0,14	Comunicação	1	0,14
Estado de Direito	4	0,55	Raça	1	0,14	Diplomacia	1	0,14
Responsividade	4	0,55	Segurança Pública	1	0,14	Emendas Constitucionais	1	0,14
Opinião Pública	4	0,55	Alca	1	0,14	Tecnoburocracia	1	0,14
Política Externa	3	0,41	Meio Ambiente	1	0,14	Assembleia Legislativa	1	0,14
Direitos Humanos	3	0,41	Ordem Pública	1	0,14	Alistamento eleitoral	1	0,14
Gestão de Águas	3	0,41	Polícia Militar	1	0,14	Senado Federal	1	0,14
Democracia Ambiental	3	0,41	Hegemonia	1	0,14	Jornalismo	1	0,14

Religião	3	0,41	Modernização	1	0,14	Posição Ideológica	1	0,14
União Europeia	3	0,41	Sistema Financeiro	1	0,14	Campanha	1	0,14

APÊNDICE D – Lista completa dos artigos analisados

01	Henrique, Ana Lúcia. O que pensa quem "bate à porta" de uma Casa que só "apanha"?: percepções e orientações dos visitantes sobre o Congresso Nacional. <i>Opin. Publica</i> , Nov 2013, vol.19, no.2, p.346-379. ISSN 0104-6276
02	Gomes, Aureo de Toledo, Reis, Rossana Rocha and Espíndola, Tainah. Terrorismo e Estados Falidos: uma análise de discurso crítica. <i>Opin. Publica</i> , Ago 2014, vol.20, no.2, p.291-310. ISSN 0104-6276
03	Miguel, Luis Felipe. Deliberacionismo e os limites da crítica: uma resposta. <i>Opin. Publica</i> , Abr 2014, vol.20, no.1, p.118-131. ISSN 0104-6276
04	Almeida, Debora Rezende de. Pluralização da representação política e legitimidade democrática: lições das instituições participativas no Brasil. <i>Opin. Publica</i> , Abr 2014, vol.20, no.1, p.96-117. ISSN 0104-6276
05	Felisbino, Riberti de Almeida and Kerbauy, Maria Teresa Miceli. Deputados estaduais e democracia: valores políticos das elites parlamentares paulista e paranaense. <i>Opin. Publica</i> , Jun 2013, vol.19, no.1, p.154-167. ISSN 0104-6276
06	Mendonça, Ricardo Fabrino. Teoria Crítica e democracia deliberativa: diálogos instáveis. <i>Opin. Publica</i> , Jun 2013, vol.19, no.1, p.49-64. ISSN 0104-6276
07	Sampaio, Rafael Cardoso, Barros, Samuel Anderson Rocha and Moraes, Ricardo. Como avaliar a deliberação online?: um mapeamento de critérios relevantes. <i>Opin. Publica</i> , Nov 2012, vol.18, no.2, p.470-489. ISSN 0104-6276
08	Costa, Paulo Roberto Neves. A elite empresarial e as instituições democráticas: cultura política, confiança e padrões de ação política. <i>Opin. Publica</i> , Nov 2012, vol.18, no.2, p.452-469. ISSN 0104-6276
09	Pereira, Marcus Abilio. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. <i>Opin. Publica</i> , Jun 2012, vol.18, no.1, p.68-87. ISSN 0104-6276
10	Balachevsky, Elizabeth and Holzhacker, Denilde. O novo consenso da sociedade brasileira: democracia e igualdade. <i>Opin. Publica</i> , Nov 2011, vol.17, no.2, p.493-515. ISSN 0104-6276
11	Baquero, Marcello and Gonzalez, Rodrigo Stumpf. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. <i>Opin. Publica</i> , Nov 2011, vol.17, no.2, p.369-399. ISSN 0104-6276
12	Vaz, Alexander Cambráia N. Participação política, efeitos e resultados em políticas públicas: notas crítico-analíticas. <i>Opin. Publica</i> , Jun 2011, vol.17, no.1, p.163-205. ISSN 0104-6276
13	Bianchi, Álvaro. Political Science contra a democracia: a formação de uma tradição. <i>Opin. Publica</i> , Jun 2011, vol.17, no.1, p.76-105. ISSN 0104-6276
14	Sampaio, Rafael Cardoso, Maia, Rousiley Celi Moreira and Marques, Francisco Paulo Jamil Almeida Participação e deliberação na internet: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. <i>Opin. Publica</i> , Nov 2010, vol.16, no.2, p.446-477. ISSN 0104-6276
15	Moisés, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. <i>Opin. Publica</i> , Nov 2010, vol.16, no.2, p.269-309. ISSN 0104-6276
16	Marques, Francisco Paulo Jamil Almeida. "Muro baixo, o povo pula": iniciativas institucionais de participação digital e seus desafios fundamentais. <i>Opin. Publica</i> , Jun 2010, vol.16, no.1, p.117-142. ISSN 0104-6276
17	Figueiredo Filho, Dalson Brito and Silva Júnior, José Alexandre da Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. <i>Opin. Publica</i> , Jun 2010, vol.16, no.1, p.160-185. ISSN 0104-6276
18	Ribeiro, Ednaldo and Borba, Julian Participação e pós-materialismo na América Latina. <i>Opin. Publica</i> , Jun 2010, vol.16, no.1, p.28-64. ISSN 0104-6276

19	Filgueiras, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. <i>Opin. Publica</i> , Nov 2009, vol.15, no.2, p.386-421. ISSN 0104-6276
20	Smith, Peter H. and Ziegler, Melissa R. Democracias liberal e iliberal na América Latina. <i>Opin. Publica</i> , Nov 2009, vol.15, no.2, p.356-385. ISSN 0104-6276
21	Marques, Angela Cristina Salgueiro. Comunicação, mídia e processos de democracia local: estratégias de aproximação entre governo e cidadãos. <i>Opin. Publica</i> , Jun 2009, vol.15, no.1, p.107-132. ISSN 0104-6276
22	Costa, Paulo Roberto Neves and Engler, Ícaro Gabriel da Fonseca. Elite empresarial: recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005). <i>Opin. Publica</i> , Nov 2008, vol.14, no.2, p.486-514. ISSN 0104-6276
23	Braga, Maria do Socorro Sousa. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. <i>Opin. Publica</i> , Nov 2008, vol.14, no.2, p.454-485. ISSN 0104-6276
24	Bezerra, Heloisa Dias. Atores políticos, informação e democracia. <i>Opin. Publica</i> , Nov 2008, vol.14, no.2, p.414-431. ISSN 0104-6276
25	Baquero, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. <i>Opin. Publica</i> , Nov 2008, vol.14, no.2, p.380-413. ISSN 0104-6276
26	Florentino, Renata. Democracia Liberal: uma novidade já desbotada entre jovens. <i>Opin. Publica</i> , Jun 2008, vol.14, no.1, p.205-235. ISSN 0104-6276
27	Azevedo, Fernando Antonio and Chaia, Vera Lucia Michalany. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003 - 2004). <i>Opin. Publica</i> , Jun 2008, vol.14, no.1, p.173-204. ISSN 0104-6276
28	Rothberg, Danilo. Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica. <i>Opin. Publica</i> , Jun 2008, vol.14, no.1, p.149-172. ISSN 0104-6276
29	Wampler, Brian. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas? <i>Opin. Publica</i> , Jun 2008, vol.14, no.1, p.65-95. ISSN 0104-6276
30	Avritzer, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. <i>Opin. Publica</i> , Jun 2008, vol.14, no.1, p.43-64. ISSN 0104-6276
31	Moisés, José Álvaro and Carneiro, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. <i>Opin. Publica</i> , Jun 2008, vol.14, no.1, p.1-42. ISSN 0104-6276
32	Bohn, Simone R. Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006). <i>Opin. Publica</i> , Nov 2007, vol.13, no.2, p.366-387. ISSN 0104-6276
33	Ribeiro, Ednaldo Aparecido. Bases da legitimidade democrática no Brasil: adesão a valores e avaliação de desempenho. <i>Opin. Publica</i> , Jun 2007, vol.13, no.1, p.74-96. ISSN 0104-6276
34	Faria, Cláudia Feres. Fóruns participativos, controle democrático e a qualidade da democracia no Rio Grande do Sul: a experiência do governo Olívio Dutra (1999-2002). <i>Opin. Publica</i> , Nov 2006, vol.12, no.2, p.378-406. ISSN 0104-6276
35	Vitullo, Gabriel E. As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas realmente existentes. <i>Opin. Publica</i> , Nov 2006, vol.12, no.2, p.348-377. ISSN 0104-6276
36	Kelly, Jana Morgan, Espinal, Rosario and Hartlyn, Jonathan. Diferenças de gênero na República Dominicana, 1994-2004: dois passos à frente, um passo para trás? <i>Opin. Publica</i> , Nov 2006, vol.12, no.2, p.241-276. ISSN 0104-6276
37	Seligson, Mitchel A., Booth, John A. and Gómez B., Miguel. Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática. <i>Opin. Publica</i> , Maio 2006, vol.12, no.1, p.1-37. ISSN 0104-6276

38	Marques, Francisco Paulo Jamil Almeida. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. <i>Opin. Publica</i> , Maio 2006, vol.12, no.1, p.164-187. ISSN 0104-6276
39	Perissinotto, Renato M. and Braunert, Mariana B. A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002). <i>Opin. Publica</i> , Maio 2006, vol.12, no.1, p.114-135. ISSN 0104-6276
40	Azevedo, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. <i>Opin. Publica</i> , Maio 2006, vol.12, no.1, p.88-113. ISSN 0104-6276
41	Silva, Sivaldo Pereira. Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. <i>Opin. Publica</i> , Out 2005, vol.11, no.2, p.450-468. ISSN 0104-6276
42	Costa, Paulo Roberto Neves. Como os empresários pensam a política e a democracia: Brasil, anos 1990. <i>Opin. Publica</i> , Out 2005, vol.11, no.2, p.422-449. ISSN 0104-6276
43	Pereira, Carlos, Power, Timothy and Rennó, Lúcio Opinião pública, estratégia presidencial e ação do congresso no Brasil: "quem manda?" . <i>Opin. Publica</i> , Out 2005, vol.11, no.2, p.401-421. ISSN 0104-6276
44	Weakliem, David, Andersen, Robert and Heath, Anthony Poder direcionador?: um estudo comparativo de opinião pública e distribuição de renda. <i>Opin. Publica</i> , Out 2005, vol.11, no.2, p.366-400. ISSN 0104-6276
45	Zovatto, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. <i>Opin. Publica</i> , Out 2005, vol.11, no.2, p.287-336. ISSN 0104-6276
46	Mainwaring, Scott and Torcal, Mariano Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. <i>Opin. Publica</i> , Out 2005, vol.11, no.2, p.249-286. ISSN 0104-6276
47	Baquero, Marcello et al. Bases de um novo contrato social? Impostos e Orçamento Participativo em Porto Alegre. <i>Opin. Publica</i> , Mar 2005, vol.11, no.1, p.94-127. ISSN 0104-6276
48	Soares, Gláucio Ary Dillon. As co-variadas políticas das mortes violentas. <i>Opin. Publica</i> , Mar 2005, vol.11, no.1, p.192-212. ISSN 0104-6276
49	Almao, Valia Pereira. A consistência democrática na Venezuela em tempos de mudança política. <i>Opin. Publica</i> , Mar 2005, vol.11, no.1, p.128-146. ISSN 0104-6276
50	Power, Timothy J. and Jamison, Giselle D. Desconfiança política na América Latina. <i>Opin. Publica</i> , Mar 2005, vol.11, no.1, p.64-93. ISSN 0104-6276
51	Ballestrin, Luciana Maria de Aragão. Sociedade civil, democracia e violência. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Fev 2015, vol.30, no.87, p.143-162. ISSN 0102-6909
52	Feldman, Luiz. Um clássico por amadurecimento: Raízes do Brasil. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Jun 2013, vol.28, no.82, p.119-140. ISSN 0102-6909
53	Almeida, Débora Rezende de. A relação contingente entre representação e legitimidade democrática sob a perspectiva da sociedade civil. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Jun 2013, vol.28, no.82, p.45-66. ISSN 0102-6909
54	Urbinati, Nadia. Crise e metamorfoses da democracia. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Jun 2013, vol.28, no.82, p.05-16. ISSN 0102-6909
55	Ribeiro, Pedro Floriano. A lei da oligarquia de Michels: modos de usar. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Jun 2014, vol.29, no.85, p.179-193. ISSN 0102-6909
56	Lüchmann, Lúcia Helena Hahn. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Jun 2014, vol.29, no.85, p.159-178. ISSN 0102-6909
57	Ferraz, Alexandre Sampaio. Novos rumos do sindicalismo no Brasil. <i>Rev. bras. Ci.</i>

	<i>Soc.</i> , Out 2014, vol.29, no.86, p.109-123. ISSN 0102-6909
58	Biroli, Flávia and Miguel, Luis Felipe Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Fev 2013, vol.28, no.81, p.77-95. ISSN 0102-6909
59	Lopes, Dawisson Belém. Política externa democrática:oxímoro, quimera ou tendência?. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Out 2012, vol.27, no.80, p.185-202. ISSN 0102-6909
60	Bôas, Pedro Villas. A despolitização da democracia liberal no pensamento de Carl Schmitt. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Out 2011, vol.26, no.77, p.113-128. ISSN 0102-6909
61	Nascimento, Sebastião. Da luta por democracia nos campos de batalha da luta contra o terrorismo. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Out 2011, vol.26, no.77, p.39-46. ISSN 0102-6909
62	Loureiro, Maria Rita, Santos, Fábio Pereira dos and Gomide, Alexandre de Ávila Democracia, arenas decisórias e política econômica no governo Lula. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Jun 2011, vol.26, no.76, p.63-76. ISSN 0102-6909
63	Waizbort, Leopoldo. O mal-entendido da democracia:Sergio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, 1936. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Jun 2011, vol.26, no.76, p.39-62. ISSN 0102-6909
64	Rocha, Marta Mendes da. Representação, Deliberação e estudos legislativos. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Out 2010, vol.25, no.74, p.121-137. ISSN 0102-6909
65	Domingues, José Maurício. A sociologia israelense e a crise do consenso sionista. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Jun 2010, vol.25, no.73, p.143-156. ISSN 0102-6909
66	Faria, Cláudia Feres. O que há de radical na teoria democrática contemporânea: análise do debate entre ativistas e deliberativos. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Jun 2010, vol.25, no.73, p.101-111. ISSN 0102-6909
67	Mathias, Suzeley Kalil and Guzzi, André Cavaller Autonomia na lei: as forças armadas nas constituições nacionais. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Jun 2010, vol.25, no.73, p.41-57. ISSN 0102-6909
68	Silva, Ricardo. Maquiavel e o conceito de liberdade em três vertentes do novo republicanismo. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Fev 2010, vol.25, no.72, p.37-173. ISSN 0102-6909
69	Braga, Maria do Socorro Sousa, Veiga, Luciana Fernandes and Miríade, Angel Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Jun 2009, vol.24, no.70, p.123-142. ISSN 0102-6909
70	Medeiros, Marcelo de Almeida. Legitimidade, democracia eaccountability no Mercosul. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Jun 2008, vol.23, no.67, p.51-69. ISSN 0102-6909
71	Barboza Filho, Rubem. As linguagens da democracia. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Jun 2008, vol.23, no.67, p.15-37. ISSN 0102-6909
72	Moisés, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Fev 2008, vol.23, no.66, p.11-43. ISSN 0102-6909
73	Pogrebinschi, Thamy. O enigma da democracia em Marx. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Fev 2007, vol.22, no.63, p.55-67. ISSN 0102-6909
74	Melo, Marcus André. O viés majoritário na política comparada: responsabilização, desenho institucional e qualidade democrática. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Fev 2007, vol.22, no.63, p.11-29. ISSN 0102-6909
75	Costa, Paulo Roberto Neves. Empresariado, regime político e democracia: Brasil, anos de 1990. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Fev 2005, vol.20, no.57, p.109-126. ISSN 0102-6909
76	Villa, Rafael Duarte. Política externa brasileira: capital social e discurso democrático na América do Sul. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Jun 2006, vol.21, no.61, p.63-

	89. ISSN 0102-6909
77	Couto, Cláudio Gonçalves and Arantes, Rogério Bastos Constituição, governo e democracia no Brasil. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Jun 2006, vol.21, no.61, p.41-62. ISSN 0102-6909
78	Lavalle, Adrián Gurza, Houtzager, Peter P. and Castello, Graziela Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Fev 2006, vol.21, no.60, p.43-66. ISSN 0102-6909
79	Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Capitalismo dos técnicos e democracia. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , Out 2005, vol.20, no.59, p.133-148. ISSN 0102-6909
80	Lopes, Dawisson Belém. A política externa brasileira e a "circunstância democrática": do silêncio respeitoso à politização ruidosa. <i>Rev. bras. polít. int.</i> , 2011, vol.54, no.1, p.67-86. ISSN 0034-7329
81	Santos, Maria Helena de Castro. Exportação de democracia na política externa norte-americana no pós-Guerra-Fria: doutrinas e o uso da força. <i>Rev. bras. polít. int.</i> , Jul 2010, vol.53, no.1, p.158-191. ISSN 0034-7329
82	Medeiros, Marcelo de Almeida and Campos, Cinthia Regina União Européia, reformas institucionais e déficit democrático: uma análise a partir do mecanismo de co-decisão. <i>Rev. bras. polít. int.</i> , Jun 2009, vol.52, no.1, p.29-52. ISSN 0034-7329
83	Mathias, Suzeley Kalil, Guzzi, André Cavaller and Giannini, Renata Avelar Aspectos da integração regional em defesa no Cone Sul. <i>Rev. bras. polít. int.</i> , 2008, vol.51, no.1, p.70-86. ISSN 0034-7329
84	Sousa, Fernando de. A democracia, face política da globalização?. <i>Rev. bras. polít. int.</i> , Jun 2006, vol.49, no.1, p.5-24. ISSN 0034-7329
85	Bertazzo, Juliana. A nova agenda internacional de segurança põe a democracia brasileira em risco?. <i>Rev. bras. polít. int.</i> , Dez 2007, vol.50, no.2, p.25-41. ISSN 0034-7329
86	Kerstenetzky, Celia Lessa and Kerstenetzky, Jaques O Estado (de Bem-Estar Social) como Ator do Desenvolvimento: Uma História das Ideias. <i>Dados</i> , Set 2015, vol.58, no.3, p.581-615. ISSN 0011-5258
87	Zulini, Jaqueline Porto. Facciosismo, Rachas Intrapartidários e Capacidade Decisória na Democracia Brasileira de 1946. <i>Dados</i> , Dez 2015, vol.58, no.4, p.1017-1056. ISSN 0011-5258
88	Limongi, Fernando. Fazendo Eleitores e Eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo. <i>Dados</i> , Jun 2015, vol.58, no.2, p.371-400. ISSN 0011-5258
89	Burgos, Marcelo Baumann. Escola pública e segmentos populares em um contexto de construção institucional da democracia. <i>Dados</i> , Dez 2012, vol.55, no.4, p.1015-1054. ISSN 0011-5258
90	Aguiar, Thais Florencio de. A demofobia na democracia moderna. <i>Dados</i> , 2011, vol.54, no.4, p.609-650. ISSN 0011-5258
91	Lopes, Dawisson Belém. Da razão de estado ao republicanismo mitigado: uma narrativa Faoriana sobre a produção da Política Externa Brasileira. <i>Dados</i> , Jun 2014, vol.57, no.2, p.481-516. ISSN 0011-5258
92	Moreira, Marcelo Sevaýbricker. A poliarquia brasileira e a reforma política: análise de uma contribuição de Wanderley Guilherme dos Santos à Teoria Política. <i>Dados</i> , Jun 2014, vol.57, no.2, p.293-323. ISSN 0011-5258
93	Avritzer, Leonardo and Gomes, Lilian C. B. Política de reconhecimento, raça e democracia no Brasil. <i>Dados</i> , Mar 2013, vol.56, no.1, p.39-68. ISSN 0011-5258
94	Limongi, Fernando. Eleições e democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a transição de 1945. <i>Dados</i> , 2012, vol.55, no.1, p.37-69. ISSN 0011-5258
95	Lynch, Christian Edward Cyril. Do despotismo da gentilha à democracia da gravata

	lavada: história do conceito de democracia no Brasil (1770-1870). <i>Dados</i> , Set 2011, vol.54, no.3, p.355-390. ISSN 0011-5258
96	Pogrebinski, Thamy. Democracia pragmática: pressupostos de uma teoria normativa empiricamente orientada. <i>Dados</i> , 2010, vol.53, no.3, p.657-693. ISSN 0011-5258
97	Domingues, José Maurício. Democracia e dominação: uma discussão (via Índia) com referência à América Latina (Brasil). <i>Dados</i> , 2009, vol.52, no.3, p.551-579. ISSN 0011-5258
98	Silva, Gláucia. Expertise e participação da população em contexto de risco nuclear: democracia e licenciamento ambiental de Angra 3. <i>Dados</i> , 2009, vol.52, no.3, p.770-805. ISSN 0011-5258
99	Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo and Macedo, Márcio. Diário Trabalhista e democracia racial negra dos anos 1940. <i>Dados</i> , 2008, vol.51, no.1, p.143-182. ISSN 0011-5258
100	Lopes, Dawisson Belém. Relações econômicas internacionais, isomorfismo institucional e democracia na América Latina: explicando as convergências (inesperadas?) entre Uruguai, Brasil e Honduras. <i>Dados</i> , 2007, vol.50, no.3, p.611-652. ISSN 0011-5258
101	Oliveira, Marcelo Fernandes de and Moreno, Fernanda Venceslau. Negociações comerciais internacionais e democracia: o contencioso Brasil x EUA das patentes farmacêuticas na OMC. <i>Dados</i> , 2007, vol.50, no.1, p.189-220. ISSN 0011-5258
102	Netto, José Veríssimo Romão. Gestão de políticas de cultura e qualidade da democracia: São Paulo, 10 anos de um modelo ainda em construção. <i>Rev. Adm. Pública</i> , Ago 2015, vol.49, no.4, p.1011-1038. ISSN 0034-7612
103	Bernardes, Marciele Berger, Santos, Paloma Maria and Rover, Aires José. Ranking das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação. <i>Rev. Adm. Pública</i> , Jun 2015, vol.49, no.3, p.761-792. ISSN 0034-7612
104	Andrade, Daniela Meirelles, Castro, Carolina Lescura de Carvalho and Pereira, José Roberto. Cidadania ou "estadania" na gestão pública brasileira?. <i>Rev. Adm. Pública</i> , Fev 2012, vol.46, no.1, p.177-190. ISSN 0034-7612
105	Lima, Adriana Nogueira Vieira. O desafio da participação popular na construção e implementação da Política Estadual de Habitação de Interesse Social do estado da Bahia. <i>Rev. Adm. Pública</i> , Dez 2014, vol.48, no.6, p.1431-1450. ISSN 0034-7612
106	Abreu, Júlio Cesar Andrade de and Pinho, José Antonio Gomes de. Sentidos e significados da participação democrática através da Internet: uma análise da experiência do Orçamento Participativo Digital. <i>Rev. Adm. Pública</i> , Ago 2014, vol.48, no.4, p.821-846. ISSN 0034-7612
107	Novaes, Flávio Santos and Santos, Maria Elisabete Pereira dos. O Orçamento Participativo e a democratização da gestão pública municipal - a experiência de Vitória da Conquista (BA). <i>Rev. Adm. Pública</i> , Ago 2014, vol.48, no.4, p.797-820. ISSN 0034-7612
108	Krieger, Morgana G. Martins and Andion, Carolina. Legitimidade das organizações da sociedade civil: análise de conteúdo à luz da teoria da capacidade crítica. <i>Rev. Adm. Pública</i> , Fev 2014, vol.48, no.1, p.83-110. ISSN 0034-7612
109	Santos, Paloma Maria et al. Ranking dos tribunais de contas brasileiros: uma avaliação a partir dos padrões web em governo eletrônico. <i>Rev. Adm. Pública</i> , Jun 2013, vol.47, no.3, p.721-744. ISSN 0034-7612
110	Gurgel, Claudio and Justen, Agatha. Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores. <i>Rev. Adm. Pública</i> , Abr 2013, vol.47, no.2, p.357-378. ISSN 0034-7612
111	Aguiar, Marluce Martins de, Heller, Léo and Melo, Elza Machado de. Ação

	comunicativa na gestão de um serviço privatizado de água e esgotos: uma avaliação em Cachoeiro de Itapemirim (ES). <i>Rev. Adm. Pública</i> , Dez 2012, vol.46, no.6, p.1505-1527. ISSN 0034-7612
112	Costa, Frederico Lustosa da. Contribuição a um projeto de reforma democrática do Estado. <i>Rev. Adm. Pública</i> , Abr 2010, vol.44, no.2, p.239-270. ISSN 0034-7612
113	Pinho, José Antonio Gomes de and Sacramento, Ana Rita Silva Accountability: já podemos traduzi-la para o português?. <i>Rev. Adm. Pública</i> , Dez 2009, vol.43, no.6, p.1343-1368. ISSN 0034-7612
114	Boeira, Sérgio Luís, Santos, Adriana Clara Bogo dos and Santos, Alini Giseli dos Estatuto da Cidade: aspectos epistemológicos, sociopolíticos e jurídicos. <i>Rev. Adm. Pública</i> , Jun 2009, vol.43, no.3, p.695-712. ISSN 0034-7612
115	Pinho, José Antonio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. <i>Rev. Adm. Pública</i> , Jun 2008, vol.42, no.3, p.471-493. ISSN 0034-7612
116	Vizeu, Fábio and Bin, Daniel Democracia deliberativa: leitura crítica do caso CDES à luz da teoria do discurso. <i>Rev. Adm. Pública</i> , Fev 2008, vol.42, no.1, p.83-108. ISSN 0034-7612
117	Monteiro, Jorge Vianna. Escolhas públicas de má qualidade e democracia representativa. <i>Rev. Adm. Pública</i> , Ago 2007, vol.41, no.4, p.787-796. ISSN 0034-7612
118	Granja, Sandra Inês Baraglio and Warner, Jeroen A hidropolítica e o federalismo: possibilidades de construção da subsidiariedade na gestão das águas no Brasil?. <i>Rev. Adm. Pública</i> , Dez 2006, vol.40, no.6, p.1097-1121. ISSN 0034-7612
119	Anastasia, Fátima, Mendonça, Christopher and Almeida, Helga Poder legislativo e política externa no Brasil: jogando com as regras. <i>Contexto int.</i> , Dez 2012, vol.34, no.2, p.617-657. ISSN 0102-8529
120	Casarões, Guilherme Stolle Paixão e. Qual o lugar da democracia nas Relações Internacionais?: Uma narrativa teórica. <i>Contexto int.</i> , Jun 2012, vol.34, no.1, p.43-77. ISSN 0102-8529
121	Camargo, Sonia de. A União Européia: uma comunidade em construção. <i>Contexto int.</i> , Ago 2008, vol.30, no.2, p.467-522. ISSN 0102-8529
122	Pinto, Simone Martins Rodrigues. Justiça transicional na África do Sul: restaurando o passado, construindo o futuro. <i>Contexto int.</i> , Dez 2007, vol.29, no.2, p.393-421. ISSN 0102-8529
123	Hoffmann, Andrea Ribeiro and Souza Neto, Danilo Marcondes de O processo de institucionalização da condicionalidade política na União Européia e sua eficácia como um instrumento de promoção da democracia. <i>Contexto int.</i> , Dez 2007, vol.29, no.2, p.337-362. ISSN 0102-8529
124	Oliveira, Marcelo Fernandes de. Multilateralismo, democracia e política externa no Brasil: contenciosos das patentes e do algodão na Organização Mundial do Comércio (OMC). <i>Contexto int.</i> , Jun 2007, vol.29, no.1, p.7-38. ISSN 0102-8529
125	Salto, Felipe Scudeler. Democracia consolidada e tamanho do Estado. <i>Rev. Econ. Polit.</i> , Mar 2014, vol.34, no.1, p.61-71. ISSN 0101-3157
126	Loureiro, Maria Rita and Abrucio, Fernando Luiz Democracia e eficiência: a difícil relação entre política e economia no debate contemporâneo. <i>Rev. Econ. Polit.</i> , Dez 2012, vol.32, no.4, p.615-633. ISSN 0101-3157
127	Machado, Francisco Mata. O Estado na democracia deliberativa: as raízes de uma antinomia. <i>Lua Nova</i> , Ago 2015, no.95, p.225-258. ISSN 0102-6445
128	Chueiri, Vera Karam de and Câmara, Heloísa Fernandes (Des)ordem constitucional: engrenagens da máquina ditatorial no Brasil pós-64. <i>Lua Nova</i> , Ago 2015, no.95, p.259-288. ISSN 0102-6445

129	Melo, Rúrion. Repensando a esfera pública: esboço de uma teoria crítica da democracia. <i>Lua Nova</i> , Abr 2015, no.94, p.11-39. ISSN 0102-6445
130	Battini, Michele. Democracia e sociedade de mercado: textos inéditos de Élie Halévy. <i>Lua Nova</i> , 2013, no.89, p.217-247. ISSN 0102-6445
131	Chatterjee, Partha. Três caminhos para a democracia radical. <i>Lua Nova</i> , 2013, no.89, p.169-189. ISSN 0102-6445
132	Pinzani, Alessandro. Democracia versus tecnocracia: apatia e participação em sociedades complexas. <i>Lua Nova</i> , 2013, no.89, p.135-168. ISSN 0102-6445
133	Bercovici, Gilberto. A Constituição invertida: a Suprema Corte Americana no combate à ampliação da democracia. <i>Lua Nova</i> , 2013, no.89, p.107-134. ISSN 0102-6445
134	Urbinati, Nadia. Da democracia dos partidos ao plebiscito da audience. <i>Lua Nova</i> , 2013, no.89, p.85-105. ISSN 0102-6445
135	Kalyvas, Andreas. Democracia constituinte. <i>Lua Nova</i> , 2013, no.89, p.01-12. ISSN 0102-6445
136	Nogueira, Marco Aurélio. Socialismo e democracia no marxismo de Carlos Nelson Coutinho (1943-2012). <i>Lua Nova</i> , 2013, no.88, p.11-21. ISSN 0102-6445
137	Engelmann, Fabiano and Penna, Luciana Política na forma da lei: o espaço dos constitucionalistas no Brasil democrático. <i>Lua Nova</i> , Ago 2014, no.92, p.177-206. ISSN 0102-6445
138	Miguel, Luis Felipe. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do "agonismo". <i>Lua Nova</i> , Ago 2014, no.92, p.13-43. ISSN 0102-6445
139	Possas, Mariana Thorstensen and Rocha, Thiago Thadeu da "A onça comeu o suspeito": reflexões sobre o rule of law no Acre entre os anos 1980 e 2000. <i>Lua Nova</i> , Abr 2014, no.91, p.229-268. ISSN 0102-6445
140	Aguiar, Thais Florencio de. Tópicos para uma reflexão democrática em uma civilização tropical. <i>Lua Nova</i> , 2012, no.87, p.203-232. ISSN 0102-6445
141	Neves, Raphael. Uma Comissão da Verdade no Brasil? Desafios e perspectivas para integrar direitos humanos e democracia. <i>Lua Nova</i> , 2012, no.86, p.155-186. ISSN 0102-6445
142	Romão, Wagner de Melo. Conselheiros do Orçamento Participativo nas franjas da sociedade política. <i>Lua Nova</i> , 2011, no.84, p.219-244. ISSN 0102-6445
143	Tatagiba, Luciana and Blikstad, Karin "Como se fosse uma eleição para vereador": dinâmicas participativas e disputas partidárias na cidade de São Paulo. <i>Lua Nova</i> , 2011, no.84, p.175-217. ISSN 0102-6445
144	Lüchmann, Lúcia Helena Hahn. Associações, participação e representação: combinações e tensões. <i>Lua Nova</i> , 2011, no.84, p.141-174. ISSN 0102-6445
145	Lavalle, Adrian Gurza and Vera, Ernesto Isunza A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. <i>Lua Nova</i> , 2011, no.84, p.95-139. ISSN 0102-6445
146	Filgueiras, Fernando. Além da transparência: accountability e política da publicidade. <i>Lua Nova</i> , 2011, no.84, p.65-94. ISSN 0102-6445
147	Maia, Rousiley C. M. O papel democrático da sociedade civil em questão. <i>Lua Nova</i> , 2010, no.81, p.147-174. ISSN 0102-6445
148	Mello, Natália Nóbrega de. O desenvolvimento político em Huntington e Fukuyama. <i>Lua Nova</i> , 2010, no.80, p.97-125. ISSN 0102-6445
149	Teixeira, Carlos Sávio. Experimentalismo e democracia em Unger. <i>Lua Nova</i> , 2010, no.80, p.45-69. ISSN 0102-6445
150	Szwako, José. Os sentidos da democracia: crítica, aposta e perplexidade na produção do cenedic. <i>Lua Nova</i> , 2009, no.78, p.251-303. ISSN 0102-6445
151	Pereira, Marcus Abílio and Carvalho, Ernani Boaventura de Sousa Santos: por uma

	nova gramática do político e do social. <i>Lua Nova</i> , 2008, no.73, p.45-58. ISSN 0102-6445
152	Medeiros, Marcelo de Almeida. Democracia e regionalismo chez Jean-Louis Quermonne. <i>Lua Nova</i> , 2008, no.73, p.11-44. ISSN 0102-6445
153	Feltran, Gabriel de Santis. Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo. <i>Lua Nova</i> , 2007, no.72, p.83-114. ISSN 0102-6445
154	Lüchmann, Lúgia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. <i>Lua Nova</i> , 2007, no.70, p.139-170. ISSN 0102-6445
155	Goulart, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. <i>Lua Nova</i> , 2006, no.69, p.49-78. ISSN 0102-6445
156	Brandão, Assis. Bobbio na história das idéias democráticas. <i>Lua Nova</i> , 2006, no.68, p.123-145. ISSN 0102-6445
157	Urbinati, Nadia. O que torna a representação democrática?. <i>Lua Nova</i> , 2006, no.67, p.191-228. ISSN 0102-6445
158	Young, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. <i>Lua Nova</i> , 2006, no.67, p.139-190. ISSN 0102-6445
159	Manin, Bernard, Przeworski, Adam and Stokes, Susan C. Eleições e representação. <i>Lua Nova</i> , 2006, no.67, p.105-138. ISSN 0102-6445
160	Lavalle, Adrián Gurza, Houtzager, Peter P. and Castello, Graziela Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. <i>Lua Nova</i> , 2006, no.67, p.49-103. ISSN 0102-6445
161	Pitkin, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e idéias. <i>Lua Nova</i> , 2006, no.67, p.15-47. ISSN 0102-6445
162	Villa, Rafael Duarte and Tostes, Ana Paula Baltasar Democracia cosmopolita versus política internacional. <i>Lua Nova</i> , 2006, no.66, p.69-107. ISSN 0102-6445
163	Couto, Cláudio Gonçalves. Constituição, competição e políticas públicas. <i>Lua Nova</i> , Ago 2005, no.65, p.95-135. ISSN 0102-6445
164	Borba, Julian, Gimenes, Éder Rodrigo and Ribeiro, Ednaldo Aparecido BASES SOCIAIS, ATITUDINAIS E COMPORTAMENTAIS DO APARTIDARISMO BRASILEIRO. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , Mar 2015, no.101, p.27-55. ISSN 0101-3300
165	Rodriguez, José Rodrigo. A desintegração do status quo: direito e lutas sociais. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , Jul 2013, no.96, p.49-66. ISSN 0101-3300
166	Barbosa, Samuel. Constituição, democracia e indeterminação social do direito. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , Jul 2013, no.96, p.33-46. ISSN 0101-3300
167	Manin, Bernard. A democracia do público reconsiderada. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , Nov 2013, no.97, p.115-127. ISSN 0101-3300
168	Kang, Jaeho. A mídia e a crise da democracia: repensando a política estética. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , Jul 2012, no.93, p.61-79. ISSN 0101-3300
169	Miguel, Luis Felipe. Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal: uma conversa com Poulantzas, Offe e Bourdieu. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , Mar 2014, no.98, p.145-161. ISSN 0101-3300
170	Przeworski, Adam. A mecânica da instabilidade de regime na américa latina. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , Nov 2014, no.100, p.27-54. ISSN 0101-3300
171	Reis, Fábio Wanderley. Diálogos com Guillermo O'Donnell. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , Mar 2012, no.92, p.143-151. ISSN 0101-3300
172	Limongi, Fernando and Cortez, Rafael As eleições de 2010 e o quadro partidário. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , Dez 2010, no.88, p.21-37. ISSN 0101-3300
173	Reis, Fábio Wanderley. Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , Jul 2010, no.87, p.61-75. ISSN 0101-3300
174	Coelho, Vera Schattan P. et al. Mobilização e participação:um jogo de soma zero?:

	um estudo sobre as dinâmicas de conselhos de saúde da cidade de São Paulo. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , Mar 2010, no.86, p.121-139. ISSN 0101-3300
175	Rancière, Jacques. O efeito de realidade e a política da ficção. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , Mar 2010, no.86, p.75-80. ISSN 0101-3300
176	Bresser-Pereira, Luiz Carlos and Diniz, Eli Empresariado industrial, democracia e poder político. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , 2009, no.84, p.83-99. ISSN 0101-3300
177	Forst, Rainer. Os limites da tolerância. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , 2009, no.84, p.15-29. ISSN 0101-3300
178	Nobre, Marcos. Indeterminação e estabilidade: os 20 anos da Constituição Federal e as tarefas da pesquisa em direito. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , Nov 2008, no.82, p.97-106. ISSN 0101-3300
179	Lima, Renato Sérgio de. A produção da opacidade: estatísticas criminais e segurança pública no Brasil. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , Mar 2008, no.80, p.65-69. ISSN 0101-3300
180	Limongi, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , Nov 2006, no.76, p.17-41. ISSN 0101-3300
181	Ottmann, Goetz. Cidadania mediada: processos de democratização da política municipal no Brasil. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , Mar 2006, no.74, p.155-175. ISSN 0101-3300
182	Bresser-Pereira, Luiz Carlos. O paradoxo da esquerda no Brasil. <i>Novos estud. - CEBRAP</i> , Mar 2006, no.74, p.25-45. ISSN 0101-3300
183	Billaud, Jean-Paul. A injunção da participação no campo ambiental ou a questão da incorporação dos "públicos" nos espaços de discussão. <i>Sociologias</i> , Abr 2014, vol.16, no.35, p.138-164. ISSN 1517-4522
184	Dubrow, Joshua Kjerulf and Kołczyńska, Marta A quem pertence o estudo da democracia? Sociologia, ciência política e a promessa da interdisciplinaridade na Sociologia política desde 1945. <i>Sociologias</i> , Abr 2015, vol.17, no.38, p.92-119. ISSN 1517-4522
185	Cortizo, María del Carmen. Socialismo e democracia: Bobbio e os marxistas italianos. <i>Sociologias</i> , Abr 2015, vol.17, no.38, p.254-279. ISSN 1517-4522
186	Monteiro, Lorena Madruga, Moura, Joana Tereza Vaz de and Lacerda, Alan Daniel Freire Teorias da democracia e a práxis política e social brasileira: limites e possibilidades. <i>Sociologias</i> , Abr 2015, vol.17, no.38, p.156-191. ISSN 1517-4522
187	PENTEADO, CLAUDIO LUIS DE CAMARGO, SANTOS, MARCELO BURGOS PIMENTEL and ARAÚJO, RAFAEL DE PAULA AGUIAR Democracia, Sociedade Civil Organizada e internet: estratégias de articulação online da Rede Nossa São Paulo. <i>Sociologias</i> , Ago 2014, vol.16, no.36, p.206-235. ISSN 1517-4522
188	Dubrow, Joshua Kjerulf. Governança global democrática, desigualdade política e a hipótese da resistência nacionalista. <i>Sociologias</i> , Abr 2013, vol.15, no.32, p.94-110. ISSN 1517-4522
189	Chase-Dunn, Christopher and Lerro, Bruce Democratização da governança global: perspectivas históricas mundiais. <i>Sociologias</i> , Abr 2013, vol.15, no.32, p.52-93. ISSN 1517-4522
190	Markoff, John. Democracia: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras. <i>Sociologias</i> , Abr 2013, vol.15, no.32, p.18-50. ISSN 1517-4522
191	Marengo, André. Reformas eleitorais na América Latina: grandes expectativas, poucos casos, resultados perversos. <i>Sociologias</i> , Dez 2012, vol.14, no.31, p.238-268. ISSN 1517-4522
192	Gahyva, Helga. De Boulainvilliers a Tocqueville: da liberdade como defesa de privilégios à liberdade como defesa de diferenças. <i>Sociologias</i> , Dez 2012, vol.14,

	no.31, p.168-190. ISSN 1517-4522
193	Azevedo, Rodrigo Ghiringhelli de. Criminalidade e justiça penal na América Latina. <i>Sociologias</i> , Jun 2005, no.13, p.212-241. ISSN 1517-4522
194	Sintomer, Yves, Herzberg, Carsten and Röcke, Anja Modelos transnacionais de participação cidadã: o caso do orçamento participativo. <i>Sociologias</i> , Ago 2012, vol.14, no.30, p.70-116. ISSN 1517-4522
195	Fedozzi, Luciano et al. Participação, cultura política e cidades. <i>Sociologias</i> , Ago 2012, vol.14, no.30, p.14-44. ISSN 1517-4522
196	Dal Rosso, Sadi. Crise, convite para a ação e um Manifesto Comunista. <i>Sociologias</i> , Abr 2012, vol.14, no.29, p.338-350. ISSN 1517-4522
197	Virginio, Alexandre Silva. Educação e sociedade democrática: interpretações sociológicas e desafios à formação política do educador. <i>Sociologias</i> , Abr 2012, vol.14, no.29, p.176-212. ISSN 1517-4522
198	Silva, Ricardo. Liberalismo e democracia na sociologia política de Oliveira Vianna. <i>Sociologias</i> , Dez 2008, no.20, p.238-269. ISSN 1517-4522
199	Cortes, Soraya Vargas and Gugliano, Alfredo Entre neocorporativistas e deliberativos: uma interpretação sobre os paradigmas de análise dos fóruns participativos no Brasil. <i>Sociologias</i> , Ago 2010, vol.12, no.24, p.44-75. ISSN 1517-4522
200	Egler, Tamara Tania Cohen. Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas. <i>Sociologias</i> , Abr 2010, no.23, p.208-236. ISSN 1517-4522
201	Menezes, Marilde Loiola de. Democracia de Assembleia e Democracia de Parlamento: uma breve história das instituições democráticas. <i>Sociologias</i> , Abr 2010, no.23, p.20-45. ISSN 1517-4522
202	Oliveira, Antonio. Os policiais podem ser controlados?. <i>Sociologias</i> , Abr 2010, no.23, p.142-175. ISSN 1517-4522
203	Nóbrega Jr., José Maria Pereira da. A semidemocracia brasileira: autoritarismo ou democracia?. <i>Sociologias</i> , Abr 2010, no.23, p.74-141. ISSN 1517-4522
204	Silveira, Cristiane Amaro da and Almeida, Jalcione Tecnociência, democracia e os desafios éticos das biotecnologias no Brasil. <i>Sociologias</i> , Jun 2008, no.19, p.106-129. ISSN 1517-4522
205	Milani, Carlos R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. <i>Sociologias</i> , Dez 2006, no.16, p.180-214. ISSN 1517-4522
206	Silva, Marcelo Kunrath. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. <i>Sociologias</i> , Dez 2006, no.16, p.156-179. ISSN 1517-4522
207	Souki, Léa Guimarães. A convivência de diferentes culturas políticas no espaço metropolitano. <i>Soc. estado.</i> , Ago 2012, vol.27, no.2, p.245-262. ISSN 0102-6992
208	Lima, Renato Sérgio de, Sinhoretto, Jacqueline and Bueno, Samira A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. <i>Soc. estado.</i> , Abr 2015, vol.30, no.1, p.123-144. ISSN 0102-6992
209	Reis, Bruno P. W. Da democracia participativa à pluralidade da representação: breves notas sobre a odisseia do PT na política e na ciência política brasileira. <i>Soc. estado.</i> , Abr 2014, vol.29, no.1, p.113-127. ISSN 0102-6992
210	Nogueira, Marco Aurélio. Representação, crise e mal-estar institucional. <i>Soc. estado.</i> , Abr 2014, vol.29, no.1, p.91-111. ISSN 0102-6992
211	Silva, Suylan de Almeida Midlej e. Democracia participativa e processo decisório de políticas públicas: a influência da campanha contra a Alca. <i>Soc. estado.</i> , Abr 2013, vol.28, no.1, p.53-74. ISSN 0102-6992
212	Tonella, Celene. Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições. <i>Soc. estado.</i> , Abr 2013, vol.28, no.1, p.29-52. ISSN 0102-6992
213	Prado, Marco Aurélio Máximo and Costa, Frederico Alves Estratégia de articulação

	e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política. <i>Soc. estado.</i> , Dez 2011, vol.26, no.3, p.685-720. ISSN 0102-6992
214	Barros, Flávia Lessa de. Redes e participação social em campos políticos da cooperação internacional: a experiência brasileira. <i>Soc. estado.</i> , Ago 2011, vol.26, no.2, p.301-327. ISSN 0102-6992
215	Pedde, Valdir, Santos, Everton and Nunes, Margarete Fagundes Política, religião e etnicidade: relações e deslocamento de fronteiras. <i>Soc. estado.</i> , Ago 2011, vol.26, no.2, p.277-300. ISSN 0102-6992
216	Leal, Sayonara and Vargas, Eduardo Raupp de Democracia técnica e lógicas de ação: uma análise sociotécnica da controvérsia em torno da definição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD. <i>Soc. estado.</i> , Ago 2011, vol.26, no.2, p.239-276. ISSN 0102-6992
217	Mendonça, Daniel de. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. <i>Soc. estado.</i> , Dez 2010, vol.25, no.3, p.479-497. ISSN 0102-6992
218	Rocha, Carlos Vasconcelos. Democracia em duas dimensões: cultura e instituições. <i>Soc. estado.</i> , Dez 2009, vol.24, no.3, p.863-880. ISSN 0102-6992
219	Coelho, Maria Francisca Pinheiro. A esquerda ontem e hoje: o dilema entre igualdade e liberdade. <i>Soc. estado.</i> , Ago 2009, vol.24, no.2, p.509-527. ISSN 0102-6992
220	Ribeiro, Luiz Cesar Queiróz. Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira. <i>Soc. estado.</i> , Dez 2007, vol.22, no.3, p.525-544. ISSN 0102-6992
221	Krischke, Paulo J. A cultura política em Porto Alegre e Curitiba: democracia, modernização e o conteúdo da razão pública. <i>Soc. estado.</i> , Abr 2005, vol.20, no.1, p.39-71. ISSN 0102-6992
222	Silveira, Cristiane Amaro da and Almeida, Jalcione Biossegurança e democracia: entre um espaço dialógico e novos fundamentalismos. <i>Soc. estado.</i> , Abr 2005, vol.20, no.1, p.73-102. ISSN 0102-6992
223	Campos, Luiz Augusto. “O negro é povo no Brasil”: afirmação da negritude e democracia racial em alberto guerreiro ramos (1948-1955). <i>Cad. CRH</i> , Abr 2015, vol.28, no.73, p.91-110. ISSN 0103-4979
224	Danner, Leno Francisco. Habermas: da globalização da economia à globalização da política. <i>Cad. CRH</i> , Dez 2014, vol.27, no.72, p.629-642. ISSN 0103-4979
225	Silva, Felipe Gonçalves. Entre potenciais e bloqueios comunicativos: Habermas e a crítica do Estado democrático de direito. <i>Cad. CRH</i> , Ago 2011, vol.24, no.62, p.307-330. ISSN 0103-4979
226	Melo, Rúrion. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. <i>Cad. CRH</i> , Ago 2011, vol.24, no.62, p.249-262. ISSN 0103-4979
227	Rezende, Maria José de. A substancialidade dos procedimentos oligárquicos no Brasil entre 1995 e 1998: as análises de Faoro. <i>Cad. CRH</i> , Abr 2011, vol.24, no.61, p.183-201. ISSN 0103-4979
228	Marques, Francisco Paulo Jamil Almeida. Participação política, legitimidade e eficácia democrática. <i>Cad. CRH</i> , Dez 2010, vol.23, no.60, p.591-604. ISSN 0103-4979
229	Lautier, Bruno. O consenso sobre as políticas sociais na América Latina, negação da democracia?. <i>Cad. CRH</i> , Ago 2010, vol.23, no.59, p.353-368. ISSN 0103-4979
230	Minella, Ary Cesar. Construindo hegemonia: democracia e livre mercado (atuação do NED e do CIPE na América Latina). <i>Cad. CRH</i> , Abr 2009, vol.22, no.55, p.13-40. ISSN 0103-4979
231	Bringel, Breno and Echart, Enara Movimentos sociais e democracia: os dois lados das "fronteiras". <i>Cad. CRH</i> , Dez 2008, vol.21, no.54, p.457-475. ISSN 0103-4979
232	Espiñeira, Maria Victória and Teixeira, Helder Democracia, movimentos sociais e nivelamento intelectual: considerações sobre a ampliação da participação

	política. <i>Cad. CRH</i> , Dez 2008, vol.21, no.54, p.477-492. ISSN 0103-4979
233	Abers, Rebecca Neaera and Keck, Margaret E. Representando a diversidade: estado, sociedade e "relações fecundas" nos conselhos gestores. <i>Cad. CRH</i> , Abr 2008, vol.21, no.52, p.99-112. ISSN 0103-4979
234	Lima, Licínio C. A Gestão Democrática das Escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária? <i>Educ. Soc.</i> , Dez 2014, vol.35, no.129, p.1067-1083. ISSN 0101-7330
235	Patacho, Pedro Manuel. Práticas educativas democráticas. <i>Educ. Soc.</i> , Mar 2011, vol.32, no.114, p.39-52. ISSN 0101-7330
236	Kellner, Douglas and Share, Jeff Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. <i>Educ. Soc.</i> , Out 2008, vol.29, no.104, p.687-715. ISSN 0101-7330
237	Marques, Luciana Rosa. Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na educação. <i>Educ. Soc.</i> , Abr 2008, vol.29, no.102, p.55-78. ISSN 0101-7330
238	Freitas, Dirce Nei Teixeira de. Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira: uma relação a avaliar. <i>Educ. Soc.</i> , Ago 2007, vol.28, no.99, p.501-521. ISSN 0101-7330
239	Álvares, Maria Luzia Miranda. Entre eleitoras e elegíveis: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira - quem vota? quem se candidata? <i>Cad. Pagu</i> , Dez 2014, no.43, p.119-167. ISSN 0104-8333
240	Santos, Yumi Garcia dos. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. <i>Cad. Pagu</i> , Dez 2006, no.27, p.401-426. ISSN 0104-8333
241	Silva, Thiago and Silva, Estevão Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Dez 2015, vol.23, no.56, p.75-106. ISSN 0104-4478
242	Sell, Carlos Eduardo. Max Weber: democracia parlamentar ou plebiscitária? <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Out 2010, vol.18, no.37, p.137-147. ISSN 0104-4478
243	Birolí, Flávia. Democracia e tolerância à subordinação: livre-escolha e consentimento na teoria política feminista. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Dez 2013, vol.21, no.48, p.127-142. ISSN 0104-4478
244	Reis, Guilherme Simões. A social-democracia do MAS boliviano. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Dez 2013, vol.21, no.48, p.67-83. ISSN 0104-4478
245	Brasil, Flávia de Paula Duque et al. Participação, desenho institucional e alcances democráticos: uma análise do Conselho das Cidades (ConCidades). <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Dez 2013, vol.21, no.48, p.5-18. ISSN 0104-4478
246	Braga, Maria do Socorro Sousa. Democracia e organização nos partidos políticos: revisitando os microfundamentos de Michels. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Nov 2012, vol.20, no.44, p.83-95. ISSN 0104-4478
247	Sarti, Ingrid. A lei de ferro de Michels e o pluralismo: a democracia na Guerra Fria. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Nov 2012, vol.20, no.44, p.73-81. ISSN 0104-4478
248	Marengo, André and Noll, Maria Izabel Décadas de Michels: marcos contextuais e prazo de validade para a "lei de ferro". <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Nov 2012, vol.20, no.44, p.63-72. ISSN 0104-4478
249	Nóbrega Jr., José Maria, Zaverucha, Jorge and Rocha, Enivaldo Mortes por agressão em Pernambuco e no Brasil: um óbice para a consolidação da democracia. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Out 2011, vol.19, no.40, p.43-58. ISSN 0104-4478
250	Perlatto, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Mar

	2015, vol.23, no.53, p.121-145. ISSN 0104-4478
251	Braga, Sérgio Soares, França, Andressa Silvério Terra and Nicolás, María Alejandra Os partidos políticos brasileiros e a internet: uma avaliação dos websites dos partidos políticos do Brasil. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Out 2009, vol.17, no.34, p.183-208. ISSN 0104-4478
252	Santos, Marcelo Burgos Pimentel dos, Penteado, Cláudio Luis de Camargo and Araújo, Rafael de Paula Aguiar Metodologia de pesquisa de blogs de política: análise das eleições presidenciais de 2006 e do movimento "cansei". <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Out 2009, vol.17, no.34, p.159-181. ISSN 0104-4478
253	Schlegel, Rogerio. Internauta brasileiro: perfil diferenciado, opiniões indiferenciadas. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Out 2009, vol.17, no.34, p.137-157. ISSN 0104-4478
254	Zaverucha, Jorge. De FHC a Lula: a militarização da Agência Brasileira de Inteligência. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Nov 2008, vol.16, no.31, p.177-195. ISSN 0104-4478
255	Marques, Francisco Paulo Jamil Almeida. O problema da participação política no modelo deliberativo de democracia. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Feb 2012, vol.20, no.41, p.21-35. ISSN 0104-4478
256	Almeida, Debora Rezende de. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Jun 2014, vol.22, no.50, p.175-199. ISSN 0104-4478
257	Rauschenbach, Rolf. Processos de democracia direta: sim ou não? Os argumentos clássicos à luz da teoria e da prática. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Mar 2014, vol.22, no.49, p.205-230. ISSN 0104-4478
258	Ferraz, Sérgio Eduardo. O neopragmatismo de Richard Rorty e a reflexão política contemporânea. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Mar 2014, vol.22, no.49, p.85-97. ISSN 0104-4478
259	Bolognesi, Bruno. A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Jun 2013, vol.21, no.46, p.45-68. ISSN 0104-4478
260	Sampaio, Rafael Cardoso. Quão deliberativas são discussões na rede?: um modelo de apreensão da deliberação online. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Jun 2012, vol.20, no.42, p.121-139. ISSN 0104-4478
261	Lüchmann, Lúcia Helena Hahn. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Out 2012, vol.20, no.43, p.59-80. ISSN 0104-4478
262	Costa, Paulo Roberto Neves, Roks, Tiago Junior and Santos Filho, Guatimozin de Oliveira Recrutamento, valores e padrões de ação política da elite empresarial. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Out 2012, vol.20, no.43, p.221-246. ISSN 0104-4478
263	Horochovski, Rodrigo Rossi and Clemente, Augusto Junior Democracia deliberativa e orçamento público: experiências de participação em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Curitiba. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Out 2012, vol.20, no.43, p.127-157. ISSN 0104-4478
264	Ribeiro, Ednaldo Aparecido. Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Jun 2011, vol.19, no.39, p.167-182. ISSN 0104-4478
265	Bevir, Mark. Governança democrática: uma genealogia. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Jun 2011, vol.19, no.39, p.103-114. ISSN 0104-4478
266	Kritsch, Raquel and Silva, André Luiz da Considerações acerca da noção de razão pública no debate Rawls-Habermas. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Jun 2011, vol.19, no.39,

	p.67-90. ISSN 0104-4478
267	Silva, Ricardo. Republicanismo neo-romano e democracia contestatória. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Jun 2011, vol.19, no.39, p.35-51. ISSN 0104-4478
268	Rocha, Carlos Vasconcelos. Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Fev 2011, vol.19, no.38, p.171-185. ISSN 0104-4478
269	Santos, Manoel Leonardo and Rocha, Enivaldo Carvalho da Capital social e democracia: a confiança realmente importa?. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Fev 2011, vol.19, no.38, p.43-64. ISSN 0104-4478
270	Gama Neto, Ricardo Borges. Minimalismo schumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Fev 2011, vol.19, no.38, p.27-42. ISSN 0104-4478
271	Santos, Everton and Baquero, Marcello Democracia e capital social na américa latina: uma análise comparativa. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Jun 2007, no.28, p.221-234. ISSN 0104-4478
272	Costa, Paulo Roberto Neves. Empresariado, instituições democráticas e reforma política. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Jun 2007, no.28, p.99-116. ISSN 0104-4478
273	Nóbrega Júnior, José Maria Pereira da. A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Fev 2010, vol.18, no.35, p.119-130. ISSN 0104-4478
274	Maria, João Francisco Araújo. Desenho institucional e accountability: pressupostos normativos dteoria minimalista. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Fev 2010, vol.18, no.35, p.27-40. ISSN 0104-4478
275	Bohn, Simone R. and Paiva, Denise Avolatilidade eleitoral nos estados sistema partidário e democracia no Brasil. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Jun 2009, vol.17, no.33, p.187-208. ISSN 0104-4478
276	Pastana, Débora. Justiça penal autoritária e consolidação do estado punitivo no Brasil. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Fev 2009, vol.17, no.32, p.121-138. ISSN 0104-4478
277	Lynch, Christian Edward Cyril. A primeira encruzilhada da democracia brasileira: os casos de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Ago 2008, vol.16, p.113-125. ISSN 0104-4478
278	Moura, Joana Tereza Vaz de and Silva, Marcelo Kunrath Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Ago 2008, vol.16, p.43-54. ISSN 0104-4478
279	Ratton Sanchez, Michelle et al. Política externa como política pública: uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988). <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Nov 2006, no.27, p.125-143. ISSN 0104-4478
280	Coutinho, Marcelo. Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Nov 2006, no.27, p.107-123. ISSN 0104-4478
281	Neme, Cristina. Violência e segurança: um olhar sobre a França e o Brasil. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Nov 2005, no.25, p.123-137. ISSN 0104-4478
282	Zaverucha, Jorge. A fragilidade do Ministério da Defesa brasileiro. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Nov 2005, no.25, p.107-121. ISSN 0104-4478
283	Codato, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Nov 2005, no.25, p.83-106. ISSN 0104-4478
284	Gadea, Carlos A. and Scherer-Warren, Ilse A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Nov 2005, no.25, p.39-45. ISSN 0104-4478
285	Miguel, Luís Felipe. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Nov 2005, no.25, p.25-38. ISSN 0104-4478
286	Mouffe, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> ,

	Nov 2005, no.25, p.11-23. ISSN 0104-4478
287	Sales, Carla V. As máscaras da democracia: notas sobre a teoria democrática contemporânea à luz dos eixos dahlsianos. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Jun 2005, no.24, p.233-245. ISSN 0104-4478
288	Schneider, Aaron. Conflito político e instituições orçamentárias: aprofundando a democracia no Brasil. <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Jun 2005, no.24, p.87-103. ISSN 0104-4478
289	Danner, Leno Francisco. A evolução democrática entre institucionalização e espontaneidade: Pesos e medidas da política democrática contemporânea. <i>Civitas</i> , v. 15, n. 4, e174-e190, out.-dez. 2015. ISSN: 1519-6089
290	Coutinho, George Gomes and Ribeiro, Adelia Maria Miglievich. Modelos de democracia na era das transições. <i>Civitas</i> , v. 6 n. 1 jan.-jun. 2006 p. 13-38. ISSN: 1519-6089
291	Coelho, Maria Francisca Pinheiro. A democracia no Brasil não é um mal-entendido. <i>Civitas</i> , v. 14 n. 1 jan.-abr. 2014 p. 126-136. ISSN: 1519-6089
292	Lüchmann, Lúcia Helena Hahn. Participação, oportunidades e interesses. <i>Civitas</i> , v. 6 n. 1 jan.-jun. 2006 p. 119-129. ISSN: 1519-6089
293	Honneth, Axel. Educação e esfera pública democrática: um capítulo negligenciado da filosofia política. <i>Civitas</i> , v. 13 n. 3 set.-dez. 2013, p. 544-562. ISSN: 1519-6089
294	Schulz, Markus S. Novas mídias, mobilização transnacional e as reestruturações das esferas públicas. <i>Civitas</i> , v. 7 n. 2 jul.-dez. 2007 p. 108-128. ISSN: 1519-6089
295	Reis, Guilherme Simões. Redefinindo a base teórica para o estudo dos partidos social-democratas. <i>Civitas</i> , v. 12 n. 2 maio-ago. 2012 p. 321-339 ISSN: 1519-6089
296	Tatagiba, Luciana and Teixeira, Ana Cláudia Chaves. Participação e democracia. Velhos e novos desafios. <i>Civitas</i> , v. 6 n. 1 jan.-jun. 2006 p. 223-240 ISSN: 1519-6089
297	Resende, Grazielle Andrade and Teodósio, Armindo dos Santos de Sousa. Democratização de políticas sociais no Brasil: venturas e desventuras das organizações da sociedade civil. <i>Civitas</i> , v. 14 n. 1 jan.-abr. 2014 p. 177-192. ISSN: 1519-6089
298	Pastana, Débora Regina. Estado punitivo brasileiro A indeterminação entre democracia e autoritarismo. <i>Civitas</i> , v. 13 n. 1 jan.-abr. 2013 p. 27-47. ISSN: 1519-6089
299	Messenberg, Debora. O paradoxo da democracia: a participação política dos alunos da Universidade de Brasília. <i>Civitas</i> , v. 15, n. 1, e1-e23, jan.-mar. 2015. ISSN: 1519-6089
300	Sampaio, Ana Paula Santos. Orçamento Participativo de Vitória, ES: analisando o formato institucional. <i>Civitas</i> , v. 6 n. 1 jan.-jun. 2006 p. 155-180. ISSN: 1519-6089
301	Adams, Telmo and Streck, Danilo Romeu. Lugares da participação e formação da cidadania. <i>Civitas</i> , v. 6 n. 1 jan.-jun. 2006 p. 95-117. ISSN: 1519-6089
302	Peres, Thais Helena de Alcântara. Comunidade Solidária: a proposta de um outro modelo para as políticas sociais. <i>Civitas</i> , v. 5 n. 1 jan.-jun. 2005 p. 109-126. ISSN: 1519-6089
303	Rocha, Alexandre Pereira. Policimento democrático no Brasil: Enquadramentos teóricos e desilusões empíricas. Um estudo das polícias do Distrito Federal. <i>Civitas</i> , v. 13 n. 1 jan.-abr. 2013 p. 56-76. ISSN: 1519-6089
304	Poncioni, Paula. Governança democrática da segurança pública: o caso da educação policial no Brasil. <i>Civitas</i> , v. 13 n. 1 jan.-abr. 2013 p. 48-55. ISSN: 1519-6089
305	Brunkhorst, Hauke. Propriedade privada, crítica da reificação e a socialização dos meios de produção. <i>Civitas</i> , v. 15, n. 4, out.-dez 2015, p. 595-618. ISSN: 1519-6089

306	Sacchet, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Ago 2012, vol.20, no.2, p.399-431. ISSN 0104-026X
307	Miguel, Luis Felipe and Biroli, Flávia Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Dez 2010, vol.18, no.3, p.653-679. ISSN 0104-026X
308	Miguel, Luis Felipe. Aborto e democracia. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Dez 2012, vol.20, no.3, p.657-672. ISSN 0104-026X
309	Adrião, Karla Galvão, Toneli, Maria Juracy Filgueiras and Maluf, Sônia Weidner O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Dez 2011, vol.19, no.3, p.661-682. ISSN 0104-026X
310	Araújo, Joel Zito. O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Dez 2008, vol.16, no.3, p.979-985. ISSN 0104-026X
311	Batista, Neusa Chaves. Políticas públicas de ações afirmativas para a Educação Superior: o Conselho Universitário como arena de disputas. <i>Ensaio: aval. pol. públ. Educ.</i> , Fev 2015, vol.23, no.86, p.95-128. ISSN 0104-4036
312	Estêvão, Carlos V. Direitos humanos e educação para uma outra democracia. <i>Ensaio: aval.pol.públ.Educ.</i> , Mar 2011, vol.19, no.70, p.9-20. ISSN 0104-4036
313	Martins, Angela Maria. O contexto escolar e a dinâmica de órgãos colegiados: uma contribuição ao debate sobre gestão de escolas. <i>Ensaio: aval.pol.públ.Educ.</i> , Jun 2008, vol.16, no.59, p.195-206. ISSN 0104-4036
314	Marques, Luciana Rosa. Caminhos da democracia nas políticas de descentralização da gestão escolar. <i>Ensaio: aval.pol.públ.Educ.</i> , Dez 2006, vol.14, no.53, p.507-525. ISSN 0104-4036
315	Abers, Rebecca Neaera et al. Inclusão, deliberação e controle: três dimensões dedemocracia nos comitês e consórcios de bacias hidrográficas no Brasil. <i>Ambient. soc.</i> , Jun 2009, vol.12, no.1, p.115-132. ISSN 1414-753X
316	Lenzi, Cristiano Luis. A política democrática da sustentabilidade: os modelos deliberativo e associativo de democracia ambiental. <i>Ambient. soc.</i> , Jun 2009, vol.12, no.1, p.19-36. ISSN 1414-753X
317	França, Marco Túlio Aniceto and Gonçalves, Flávio de Oliveira. Sistemas públicos de ensino fundamental e a perpetuação da desigualdade: democracia e qualidade educacional como promotoras de justiça social. <i>Rev. bras. estud. popul.</i> , Dez 2012, vol.29, no.2, p.303-322. ISSN 0102-3098